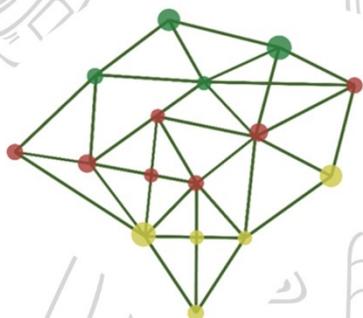




**BASE
NACIONAL
COMUM
CURRICULAR**

EDUCAÇÃO É A BASE

EDUCAÇÃO INFANTIL



Referencial
CURRICULAR
Gaúcho



JOSÉ IVO SARTORI
GOVERNADOR

JOSÉ PAULO CAIROLI
VICE-GOVERNADOR

RONALD KRUMMENAUER
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO

MARCELO AUGUSTO MALLMANN
PRESIDENTE UNDIME-RS

BRUNO EIZERIK
PRESIDENTE DO SINEPE-RS

FICHA CATALOGRÁFICA

CIP - Brasil Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

SEBE – RS Sistema Estadual de Bibliotecas Escolares

37.01 Rio Grande do Sul. Secretaria de Estado da Educação. Departamento Pedagógico,
R 585r União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação
Referencial Curricular Gaúcho: Educação Infantil. Porto Alegre
Secretaria de Estado da Educação, Departamento Pedagógico, 2018. V1

1.Políticas Públicas - Aprendizagem- Currículo-Competências-Habilidades-
Formação Continuada-Educação Infantil. Título.

CDU 37.01

COMISSÃO ESTADUAL DE MOBILIZAÇÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO-SEDUC/RS

Ronald Krummenauer

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO-SEDUC/RS

Sônia Maria Oliveira da Rosa

UNIÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO/RS
(UNDIME/RS)

Marcelo Augusto Mallmann

UNIÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO/RS
(UNDIME/RS)

Marléa Ramos Alves

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO –RS(CEED/RS)

Beatriz Edelweiss Steiner Assmann

UNIÃO NACIONAL DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DO RS
(UNCME)

Fabiane Bitello Pedro

FEDERAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DO CÍRCULO DE PAIS E MESTRES
(ACPM)

Berenice Cabreira da Costa

SINDICATO DO ENSINO PRIVADO DO RIO GRANDE DO SUL -
RS(SINEPE/RS)

Naime Pigatto

UNIÃO GAÚCHA DE ESTUDANTES

Gleison Minhos Carvalho

FÓRUM ESTADUAL DE APOIO À FORMAÇÃO DOCENTE(FEPAD)

Rosane Aragon

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**

Zilá Breitenbach

**FÓRUM NACIONAL DOS CONSELHOS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO –
FNCE**

Odila Cansian Liberali

MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL (MP-RS)

Danielle Bolzan Teixeira

**FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DOS MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO
SUL (Famurs)**

Itamar Baptista Chagas

COORDENADORAS DE CURRÍCULO

Sônia Maria de Oliveira da Rosa

Coordenadora Estadual de Currículo –CONSED

Marléa Ramos Alves

Coordenadora Estadual de Currículo-UNDIME

COORDENADORES DE ETAPAS

Patrícia Castilhos dos Reis- UNDIME/RS

Coordenadora de Etapa –Educação Infantil

Neide Beatriz Rodrigues Vargas-UNDIME/RS

Coordenadora de Etapa – Ensino Fundamental Anos Iniciais

Claudia Gewehr Pinheiro- SEDUC/RS

Coordenadora de Etapa- Ensino Fundamental Anos Finais

REDATORES DE CURRÍCULO

ARTE

Fernanda Saldanha- UNDIME/RS

Viviane Kneib-SEDUC/RS

CIÊNCIAS DA NATUREZA

Cíntia Padilha da Silva-SEDUC/RS

Eliete Teresa Sehorek-UNDIME/RS

Magda Rejane Bonapaz Motta-SEDUC/RS

EDUCAÇÃO FÍSICA

Danusa Elena Zanella-SEDUC/RS

Rodrigo Ramminger UNDIME/RS

EDUCAÇÃO INFANTIL

Elsa Maria Gass-UNDIME/RS

Patrícia Santos Anflor-UNDIME/RS

Regina Gabriela Gomes-UNDIME/RS

ENSINO RELIGIOSO

Clenice Drews Amorim-SEDUC/RS

Denise Chagas Figueiredo-SEDUC/RS

Dionísio Felipe Hatzenberger-UNDIME/RS

Elaine Terezinha Schmidt Schuck- SEDUC/RS

Josefa Janete C. de Holanda Cavalcanti-SEDUC/RS

Graziela Maria Lazzari-SEDUC/RS

Maria Inez Batista Ribas-SEDUC/RS

GEOGRAFIA

Emerson Lizandro Dias Silveira-SEDUC/RS

Fábio Luís Mallmann-UNDIME/RS

HISTÓRIA

Lilian Melo Rodrigues Reinghardt-UNDIME/RS

Raquel Padilha da Silva-SEDUC/RS

INGLÊS

Juliana Grieger-SEDUC/RS

Karina Rott-UNDIME/RS

LÍNGUA PORTUGUESA

Adriana Schneider-SEDUC/RS

Andrea Bandarra Westphalen-SEDUC/RS

Lilian Teresinha Martiny Haigert-UNDIME/RS

MATEMÁTICA

Ivanete Rocha de Miranda-SEDUC/RS

Neusa Maria Spillari da Silva Dembogurski-SEDUC/RS

Simone Mumbach-UNDIME/RS

ARTICULADOR DO REGIME DE COLABORAÇÃO

Diego Lutz-UNDIME/RS

ANALISTA DE GESTÃO BNCC/RS

Roza Dolmen Bonagamba

COLABORADORES

Cleuza Repulho

Fundação Lemann

Thereza Perez

Cedac

Sonia Regina da Luz Matos

Universidade de Caxias do Sul

Introdução às Teorias de Currículo

Angela Lopes

Movimento pela Base

Oficina: Discussão da Estrutura Curricular

Anna Penido Monteiro

Instituto Inspirare

Habilidades e Competências

Maria Helena Webster

Movimento pela Base

Habilidades - Componente Curricular Arte

COLABORADORES EXTERNOS DOS COMPONENTES CURRICULARES

ARTE

Artes Visuais: Lutiére Dalla Valle- Universidade Federal de Santa Maria

Dança: Carlise Scalamato Duarte- Universidade Federal de Santa Maria

Música: Jéssica Franciéli Fritzen- EMEF Arco-Íris e EMEI Ciranda dos Sonhos-
Imigrante/RS

Teatro: Josiane Medianeira Soares – Unisc (Escola de Educação Básica
Educar-se) - Santa Cruz do Sul/RS

CIÊNCIAS DA NATUREZA

Mauro Trojan- Instituto Paideia

Maristela Luisa Stotzl Brizzi-Seduc/RS

EDUCAÇÃO FÍSICA

Fernando Jaime Gonzalez- Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul

Júlio Saldanha Pereira- Secretaria Municipal de Esporte de Estrela/RS

Ricardo da Silva Rocha – EMEF Leo Joas Estrela/RS

EDUCAÇÃO INFANTIL

Luciane Varisco Focesi- Secretaria Municipal de Educação de Novo Hamburgo/OBECI

Paulo Sérgio Fochi- Unisinos/Ufrgs

Raquel Karpinski Lemes- Faccat

ENSINO RELIGIOSO

José Adilson Santos Antunes-Seduc/RS

Sérgio Rogério Azevedo Junqueira- Puc/PR

Marcos Sandrini (*In Memoriam*) - Faculdade Dom Bosco/ CNBB

GEOGRAFIA

Angela Maria Federhen Barden- Escola Estadual de Ensino Fundamental Irmã Branca- Lajeado/RS

Caroline Klafke- Colégio Cenecista João Batista de Mello- Lajeado/RS

Cristiane Feltraco Navarro-- Instituto Estadual De Educação-Estrela/RS

Daiani Wagner- Escola Estadual de Ensino Fundamental Tancredo de Almeida Neves

Dionísio Felipe Hatzenberger - Undime/RS

Gabriel Pinto da Silva - Seduc/RS

Ineide Bruxel Machado- Escola Estadual de Educação Básica Padre Fernando – Roca Sales /RS

Miria Teresinha Gasparotto- Escola Estadual De Ensino Médio Capitão/RS

Rosangela Penso Poletti- Escola Estadual de Ensino Médio General Souza Doca- Muçum/RS

Vânia Maria Cima- Escola Estadual de Ensino Médio Doutor Ricardo/RS

HISTÓRIA

Adriana Conceição Santos dos Santos - Seduc/RS

Dionísio Felipe Hatzenberger - Undime/RS

Lúcia Regina Brito Pereira - Seduc/RS

Rodrigo Venzon - Seduc/RS

INGLÊS

Mayra Moreira- Rede Municipal de Ensino de Caxias do Sul/RS

LÍNGUA PORTUGUESA

Cristiane Gomes- Secretaria Municipal de Educação de Esteio/RS

Cármem Maria França da Silva-Seduc/RS

Ismael Moreira Jardim - Seduc/RS

Joseane Matias- Secretaria Municipal de Educação de Novo Hamburgo/RS

MATEMÁTICA

Cláudio Cristiano Liell - Famur, Anhanguera e Faculdade Cenecista de Farroupilha.

Gladis Helena Oliveira Vieira - Seduc/RS

Luciana Schwengber - Unisc/Uniritter

Márcia Isabel da Silva- Secretaria Municipal de Educação de Novo Hamburgo/RS

TEXTO INTRODUTÓRIO

Adriana Conceição Santos dos Santos-Seduc/RS

Alessandra Maria Bohm-Seduc/RS

Ana Elisabeth Bohn Agostini-Seduc/RS

Ana Lúcia Orengo Guiel-Secretaria Municipal de Educação de Novo Hamburgo/RS

Dariane Rodrigheri-Seduc/RS
Gabriel Pinto da Silva- Seduc/RS
José Adilson Santos Antunes-Seduc/RS
Marcia da Silva Garcia-Seduc/RS
Rodrigo Venzon-Seduc/RS
Sônia Lopes dos Santos-Seduc/RS

REVISORES ORTOGRÁFICOS

Carlos Batista Bach- Secretaria Municipal de Educação de Novo Hamburgo/RS
Fernanda Vanessa Machado Bartikoski- Unisinos
Ismael Moreira Jardim- Seduc/RS
Joseane Matias- Secretaria Municipal de Educação de Novo Hamburgo/RS
Rosimar Limberger- Conselho Municipal de Educação- Santa Cruz do Sul/RS
Silvana Favreto- Seduc/RS

APOIO

Mstech

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	14
O REFERENCIAL CURRICULAR GAÚCHO E O REGIME DE COLABORAÇÃO: RESPONSABILIZAÇÃO PELA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE NO RIO GRANDE DO SUL .	14
INTRODUÇÃO	17
O REFERENCIAL CURRICULAR GAÚCHO: COMO NASCEM AS IDEIAS?	17
RIO GRANDE DO SUL: IDENTIDADES.....	20
ESTRUTURA DO DOCUMENTO	22
PRINCÍPIOS ORIENTADORES DO DOCUMENTO	22
1. CONCEPÇÕES.....	22
1.1 Educação.....	22
1.2 Aprendizagem	23
1.3 Educação e formação de sujeitos no contexto escolar.....	25
1.4 Currículo	26
1.5 Competências Gerais da Base.....	28
1.6 Interdisciplinaridade.....	31
1.7 Educação Integral.....	32
1.8 Ciência e Tecnologia Aplicadas à Educação do Século XXI	33
1.9 Avaliação	34
1.10 Formação Continuada dos profissionais da educação	36
2. MODALIDADES DE ENSINO	38
2.1 Educação Especial.....	38
2.2 Educação de Jovens e Adultos	39
2.3 Educação do Campo.....	41
2.4 Educação Escolar Indígena	43
2.5 Educação das Relações Étnico-raciais e Educação Escolar Quilombola	45
3. TEMAS CONTEMPORÂNEOS.....	48
4. EDUCAÇÃO INFANTIL	50
Caro Professor...	54
6. CONCEPÇÕES QUE ORIENTAM A PRÁTICA PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL	56
7. OS PROCESSOS DE ACOLHIMENTO E TRANSIÇÃO(ões) DE BEBÊS, CRIANÇAS BEM PEQUENAS E CRIANÇAS PEQUENAS	68
8. CONTEXTOS FAMILIARES	72

9. A AVALIAÇÃO NA E DA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	74
10. DIREITOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO E CAMPOS DE EXPERIÊNCIAS NO REFERENCIAL CURRICULAR GAÚCHO	77
11. CAMPO DE EXPERIÊNCIAS: O EU, O OUTRO E O NÓS (EO)	85
OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO - BNCC	88
OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO – RS.....	88
11.2 CAMPO DE EXPERIÊNCIAS: CORPO, GESTOS E MOVIMENTOS (CG)	98
OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO - BNCC	106
OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO - RS	106
OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO - BNCC	111
OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO - RS	111
OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO – BNCC	114
OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO - RS	114
11.4 CAMPO DE EXPERIÊNCIAS: ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO (EF).....	115
OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO - BNCC	118
OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO - RS	118
11.5 CAMPO DE EXPERIÊNCIAS: ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RFELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES (ET)	127
OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO – BNCC	130
OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO – RS.....	130
OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO – BNCC	135
OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO - RS	135
12. SÍNTESE DAS APRENDIZAGENS E DESENVOLVIMENTO DAS CRIANÇAS NO PERCURSO DA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	137
13. CONSIDERAÇÕES FINAIS	140

APRESENTAÇÃO

O REFERENCIAL CURRICULAR GAÚCHO E O REGIME DE COLABORAÇÃO: RESPONSABILIZAÇÃO PELA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE NO RIO GRANDE DO SUL

O artigo 211 da Constituição Federal, identificando a complexidade na prestação e provimento da educação pública, determina que “a União, os Estados e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino”. A regulamentação incipiente sobre um regime de colaboração na área educacional torna a fomentação de políticas educacionais como tarefa difícil. Na esteira dos dispositivos legais, destaca-se, além da Constituição Federal/88 - Art. 210 que assegura a formação básica comum, outros marcos legais como: LDB - Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional Art. 26; Plano Nacional de Educação 13.005/25 de junho de 2014, mais especificamente nas metas Meta 2 – estratégia 2.1 e Meta 3 – estratégia 3.1; assim como Plano Estadual de Educação e os Planos Municipais de Educação.

Embora o Regime de Colaboração esteja descrito nos Planos Nacional e Estadual de Educação, as ações nessa direção ainda são tímidas, pois envolvem muitas variáveis entre a União, os Estados e os Municípios, gerando entraves na operacionalização das políticas educacionais.

Na contramão desses discursos se inscreve o *Referencial Curricular Gaúcho* com enfoque nos esforços entre Estado e Municípios, bem como na articulação com as escolas privadas, num movimento de negociação constante para garantir a qualidade e equidade na elaboração deste documento. Foi necessário refletir, problematizar e agir para além das fronteiras dos Sistemas ou Redes de Ensino. Tudo isso não é tarefa fácil, pelo contrário, exige atuação conjunta, coletividade e comprometimento com a educação de território (marcas e subjetividades dos sujeitos no espaço).

O regime de colaboração aqui referido está pautado na forma cooperativa, colaborativa e não competitiva de gestão das políticas educacionais estabelecida entre a União, o Estado e os Municípios. Ele estabelece relações entre os entes federados para o desenvolvimento de ações que beneficiem todos. É neste sentido que a implementação da Base Nacional Comum Curricular e a

construção do *Referencial Curricular Gaúcho* se institui, enfrentando os desafios educacionais de todas as etapas e modalidades da educação pública e privada.

Portanto, baseia-se em regulamentação que estabelece atribuições específicas de cada representação educacional, em que os compromissos sejam partilhados e organizados por uma política referenciada na unidade nacional. Assim, tal construção requer relações de interdependência entre os entes federados, não no sentido vertical, mas na horizontalidade dos benefícios e responsabilidades. É preciso muita maturidade na gestão educacional para a garantia da integralidade do Estado como nação. É exatamente nesta perspectiva que este documento se inscreve, abrindo mão das particularidades para consolidar um documento curricular de território, observando ainda o não engessamento do currículo, mas entendendo-o como construção social balizador dos documentos próprios, respeitando seus contextos.

Para formalizar a política de regime de colaboração neste trabalho foi instituído pela Portaria N° 45/2018 no seu art. 2º quais instituições que compõem a Comissão Estadual de Mobilização para a Implementação da Base Nacional Comum Curricular- BNCC e para a Elaboração do Referencial Curricular Gaúcho, e designando assim seus representantes pela Portaria N° 342/2018 com as seguintes representações e nomeações: Secretaria de Estado da Educação – Sônia Maria Oliveira da Rosa; União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, seccional Rio Grande do Sul – Marcelo Augusto Mallmann; Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul – Beatriz Edelweiss Steiner Assmann; União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação do Rio Grande do Sul – Fabiane Bitello Pedro; Sindicato do Ensino Privado do Rio Grande do Sul – Naime Pigatto; Federação da Associação do Currículo de Pais e Mestres – Berenice Cabreira da Costa; União Gaúcha dos Estudantes Secundaristas – Gleison Minhos Carvalho; Fórum Estadual de Apoio à Formação Docente – Rosane Aragon; Comissão de Educação, Cultura Desporto, Ciência e Tecnologia da Assembleia Legislativa – Zilá Breitenbach; Ministério Público do Rio Grande do Sul – Danielle Bolzan Teixeira; Federação das Associações dos Municípios do Rio Grande do Sul – Itamar Baptista Chagas.

Nessa ótica, as proposições metodológicas adotadas constituíram-se em estratégias à implementação desta política no Estado do Rio Grande do Sul, tendo

em vista o cenário da educação nacional (implementação da BNCC). Tal movimento articulado em regime de colaboração também converge e está em consonância com as lutas históricas e debates de construção coletiva das políticas educacionais. Assim, o *Referencial Curricular Gaúcho* construído, polifonicamente, corrobora para a garantia da educação como bem público e de direito social.

Ronald Krummenauer

Secretário Estadual da Educação

Marcelo Augusto Mallmann

Presidente da Undime/RS

Secretário Municipal de Estrela/RS

INTRODUÇÃO

O REFERENCIAL CURRICULAR GAÚCHO: COMO NASCEM AS IDEIAS?

As discussões sobre o currículo vêm ganhando visibilidade através dos documentos legitimados pelo Conselho Nacional de Educação, principalmente com a homologação da Base Nacional Comum Curricular (Resolução CNE/CP Nº 2, de 22 de dezembro de 2017), sendo esta entendida como políticas educacionais regulatórias. Tais discursos se constituem como fios que se completam e tecem uma série de enunciados, nos quais cada um dos sujeitos ocupa uma posição de poder, sendo narrados e enredados entre si, dando sentido ao atual cenário de construção curricular nas 27 unidades federativas do país. Este documento é resultado da construção coletiva, balizada na Base Nacional Comum Curricular e demais marcos legais da educação voltados ao currículo e suas implicações.

Caracteriza-se pela forma democrática e colaborativa e, como tal, reflete o desejo de uma educação de qualidade para todos os estudantes, como preceitua a Constituição Federal e demais dispositivos legais correspondentes. O destaque deste documento está no reconhecimento da educação escolarizada no sentido de Território, sendo este compreendido não apenas como espaço, mas como marcas e subjetividades significativas para a formação integral dos sujeitos em condição de pertencimento. Dessa forma, os sujeitos em formação terão as mesmas oportunidades de aprendizagem, independente dos sistemas educacionais, das redes de ensino ou escolas privadas que pertencem, considerando ainda as características locais.

O *Referencial Curricular Gaúcho* está engendrado com as dez macrocompetências essenciais da BNCC. Estas devem ser desenvolvidas ao longo da educação básica com o objetivo de garantir as aprendizagens de forma espiralada (cognitivas, comunicativas, pessoais e sociais), com foco na equidade e na superação das desigualdades de qualquer natureza.

O Rio Grande do Sul, como órgão federado, estabeleceu regime de colaboração entre Estado e Municípios, bem como com as escolas privadas, objetivando definir o processo de construção de um documento gaúcho, unindo

esforços, conhecimentos, trajetórias, experiências e otimizando recursos. Neste sentido, a Secretaria de Estado da Educação do Rio Grande do Sul (SEDUC/RS) e União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação do Rio Grande do Sul (UNDIME/RS), pautadas pelo princípio da isonomia, desenvolveram um trabalho de parceria e colaboração, reunindo professores especialistas e demais profissionais da educação para construção de uma identidade de território, com foco na aprendizagem de todos. Soma-se a esta construção a articulação com o Sindicato do Ensino Privado (SINEPE/RS), reforçando o contexto educacional do Estado do Rio Grande do Sul.

A democratização metodológica da construção do documento se deu pela participação dos profissionais da educação por meio da plataforma virtual “Referencial Curricular Gaúcho”. A ferramenta possibilitou duas consultas públicas aos profissionais da educação do Rio Grande do Sul. Tais contribuições foram sistematizadas pelos Redatores de Currículo (SEDUC e UNDIME), acompanhados pelas Coordenadoras Estaduais de Currículo e as Coordenadoras de Etapa (EI, EF1 e EF2). Os estudos sobre concepções de currículo, construção dos documentos curriculares, bem como estudos dirigidos sobre competências e habilidades constituíram um arcabouço intelectual para a construção do *Referencial Curricular Gaúcho*. Na esteira metodológica sublinha-se, ainda, os esforços da construção dos fundamentos que embasam este documento, tendo a participação de diferentes instituições educacionais do Estado. O documento, uma vez construído, passou pela análise das Audiências Públicas Virtuais, acolhendo outras contribuições que ainda não haviam sido consideradas no documento. Por fim, a Conferência Estadual na capital do Estado teve como principal objetivo validar o documento construído por muitas mãos.

O *Referencial Curricular Gaúcho* está estruturado em seis cadernos pedagógicos: o primeiro que reúne princípios orientadores, concepções, tempos e espaços do currículo na Educação Infantil. Os demais organizados por Áreas do Conhecimento: Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Ensino Religioso. Os seis cadernos apresentam os fundamentos pedagógicos, a caracterização de suas áreas e componentes curriculares, bem como o quadro organizacional do currículo construído, contendo unidades

temáticas, objeto do conhecimento, competências e habilidades da BNCC e habilidades acrescidas das contribuições dos profissionais da educação do Estado do Rio Grande do Sul.

Este é um documento balizador para construção dos currículos nas escolas de diferentes esferas no Estado do Rio Grande do Sul. Cabe aos sistemas e redes de ensino, bem como às escolas privadas, a construção de *Documento Orientador*, viabilizando as peculiaridades locais no que tange às questões curriculares.

Sônia Maria Oliveira da Rosa
Coordenadora Estadual de Currículo – Consed/SEDUC/RS

Marléa Ramos Alves
Coordenadora Estadual de Currículo – Undime/RS

RIO GRANDE DO SUL: IDENTIDADES

Alguns autores apontam que a identidade regional dos estados do Sul é fruto da formação social e territorial, única no Brasil, constituída socialmente no século XIX e politicamente entre 1892 e 1930¹. O principal período de constituição dessa formação foi o século XIX e a formação especificamente do Rio Grande do Sul foi fruto do fato da fronteira estar em guerra, envolvido pelas disputas militares entre Portugal e Espanha pela posse da Colônia de Sacramento no século XVII. Seu território ora pertenceu à Espanha, ora a Portugal. Uma terra que se formou pela cruz e pela espada. Pela cruz das Missões Jesuíticas e pela espada com que se traçaram suas fronteiras.

O Rio Grande do Sul possui 497 municípios, sendo a capital do Estado o município de Porto Alegre. Sua área total é de 281.737,888 km². Está situado na região Sul e tem por limites o Estado de Santa Catarina, os países Argentina e Uruguai, além do Oceano Atlântico. Possui uma população estimada (2017) de 11.322.895 e Densidade Demográfica de 37,96 hab./km².

O Estado apresenta o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Em 2010 o IDH do Rio Grande do Sul era 0,746, que situou essa Unidade Federativa (UF) na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDH entre 0,700 e 0,799). A dimensão que mais contribui para o IDHM da UF é Longevidade, com índice de 0,840, seguida de Renda, com índice de 0,769, e de Educação, com índice de 0,642. O Rio Grande do Sul é atualmente a quarta economia do Brasil pelo tamanho do Produto Interno Bruto - PIB, chegando a R\$ 381,9 bilhões². O RS participa com 6,3% do PIB nacional, sendo superado pelos estados de São Paulo

Dessa forma, o cultivo da cultura gaúcha, a lembrança das nossas lutas, os conflitos e conquistas, o desenvolvimento, o respeito às manifestações de

1 FUNDAÇÃO de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/3-decadas/detalhe.php?ref=02&vol=volume1>>

2 <http://www.atlassocioeconomico.rs.gov.br>

toda ordem nos torna um povo de “grandes feitos”, corroborando para o orgulho cívico de geração em geração. Com esse mesmo espírito, o Rio Grande do Sul acolhe o mosaico étnico-racial que compõe a população gaúcha.

Fica o convite para uma leitura atenta a este documento construído de forma coletiva e em Regime de Colaboração, envolvendo as esferas educacionais gaúchas.

ESTRUTURA DO DOCUMENTO

PRINCÍPIOS ORIENTADORES DO DOCUMENTO

1. CONCEPÇÕES

1.1 Educação

Considerando as mudanças históricas, sociais, políticas e econômicas, muitas são as concepções de educação que vão se instituindo nas sociedades, implicando em paradigmas educacionais que compõem o vasto território da educação, nas suas mais diversas dimensões. Este documento não pretende realizar estudo histórico sobre as concepções da educação nas suas mais diferentes correntes teóricas já estudadas.

Interessa aqui pautar a concepção de educação como processos em constante transformação. Em seu sentido mais amplo, compreender o desenvolvimento integral do sujeito (físico, intelectual, emocional, afetivo, social e cultural), que permita as formas de inserção social, envolvendo educação escolar e extraescolar.

A literatura, no campo educacional, sinaliza que o fenômeno educativo representa a expressão de interesses sociais em conflito. Muito se tem estudado e debatido que a educação deve ter caráter emancipatório, entendendo também que as dialéticas das relações estão em pleno movimento e transitam por dentro destas instituições escolarizadas, implicando em transformações sociais. Dessa forma, as práticas educativas pressupõem vetores de diferentes sentidos na formação humana, a fim de que se torne efetivo o processo educativo.

A complexidade da sociedade do século XXI impõe outras maneiras de vislumbrar o mundo, exigindo da educação escolarizada outras formas de práticas educativas diárias, no interior das salas de aula, sendo essas efetivas a fim de promover a formação humana na sua integralidade.

Na perspectiva do mundo contemporâneo, o universo simbólico das crianças e adolescentes está também vinculado aos suportes variados (imagens, infográficos, fotografia, sons, música, textos) veiculados através da internet, da TV, da comunicação visual de ambientes públicos, da publicidade, do celular, entre outros. Dessa forma, estabelecer relações com as diversas competências

e habilidades implica abrir oportunidades para que os estudantes acessem estes e outros tipos de suportes e veículos, com o objetivo de selecionar, organizar e analisar criticamente a informação presente em tais artefatos culturais.

A educação escolarizada pensada para este documento está pautada no direito de aprender independente do sistema ou rede educacional em que pertencem os estudantes. Também implica na contextualização e sistematização dos conceitos articulados com processos de aprendizagem organizados de forma interdisciplinar e transdisciplinar; na construção do conhecimento orientado pelo professor em atividades diversificadas com foco no desenvolvimento de competências e habilidades de cada etapa de ensino, vinculando as macrocompetências da BNCC; e o entendimento do estudante como protagonista do processo educativo.

1.2 Aprendizagem

A sala de aula é um local de descobertas, interação social, superação e desafios. E, é também nela que a aprendizagem acontece, envolvendo experiências construídas por fatores emocionais, neurológicos, relacionais e ambientais. Aprender é o resultado da interação entre estruturas mentais e o meio, o conhecimento é construído e reconstruído continuamente. Nessa perspectiva, o pátio escolar, as praças, as ruas, entre outros espaços, potencializam o desenvolvimento de habilidades cognitivas, sociais, motoras e emocionais dos estudantes, dando ênfase ao desemparedamento.

A aprendizagem se intensifica por meio da participação, mediação e interatividade. No caso da educação escolarizada, os ambientes propícios para aprendizagem precisam ser dimensionados, bem como o papel dos atores e coautores do processo, que precisam ser compreendidos como articuladores e mediadores do processo de aprendizagem. A educação escolarizada, entendida como campo de interatividade, contempla tempos e espaços novos, diálogo, problematização e produção própria dos educandos. Nesse sentido, mediar significa intervir e promover mudanças. Como mediador, o docente passa a ser coautor, comunicador e colaborador, fomentando a criatividade no processo de aprendizagem dos estudantes.

Considerada um processo natural, a aprendizagem escolar resulta de uma complexa atividade mental, na qual o pensamento, a percepção, a emoção, a memória, a motricidade e os conhecimentos prévios estão onde os sujeitos possam sentir o prazer de aprender.

Discorrer sobre aprendizagem escolar, neste documento, implica em um conceito diretamente vinculado à construção curricular, organizada para orientar, dentre outros, os diversos níveis de ensino e as ações pedagógicas. O Referencial Curricular Gaúcho associa-se à identidade da instituição escolar, à sua organização e funcionamento e ao papel que exerce a partir das aspirações e expectativas da sociedade e da cultura em que se insere. São nos documentos escolares que se instituem a experiência, bem como a planificação no âmbito da escola, colocada à disposição dos estudantes visando potencializar o seu desenvolvimento integral, a sua aprendizagem e a capacidade de conviver de forma produtiva e construtiva na sociedade. Nessa concepção, o currículo é construído a partir do projeto pedagógico da escola e viabiliza a sua operacionalização, orientando as atividades educativas, as formas de executá-las, definindo suas finalidades.

Tudo isso tem espaço no projeto pedagógico da escola, como ponto de referência para definir a prática escolar e promover aprendizagem, orientando e operacionalizando o currículo no contexto local, a fim de promover o desenvolvimento e a aprendizagem dos estudantes, considerando-se os seguintes aspectos já defendidos por especialistas na área educacional: a atitude da escola para diversificar e flexibilizar o processo de aprendizagem, dando atenção às diferenças individuais dos estudantes; a identificação das necessidades educacionais, priorizando meios favoráveis à sua educação; a consideração dos documentos referências sobre currículo, abrindo possibilidades de propostas curriculares diversificadas e flexíveis; a possibilidade de incluir professores especializados, serviços de apoio e outros, não convencionais, para favorecer o processo educacional

1.3 Educação e formação de sujeitos no contexto escolar

É incontestável a incessante transformação do mundo, sob o signo da globalização e de outros modos de acesso e compartilhamento de informações, impactando diretamente nas relações estabelecidas entre os interesses e necessidades dos estudantes e nos recursos didáticos e metodológicos utilizados para a aquisição dos saberes, conhecimentos e valores que serão construídos nos espaços escolares.

Por essa razão, se faz necessária a promoção de um ensino que concentre suas ações na busca de uma aprendizagem significativa, atentando para as diferentes experiências de vida de cada um, compreendendo que estas diferenças podem estar ligadas a uma série de fatores, tais como: classe social, gênero, relações étnico-raciais, sexualidade, religiosidade, faixa etária, linguagem, origem geográfica, etc.

Tendo em vista a influência histórica e cultural das instituições escolares na constituição das sociedades, cabe ressaltar o atravessamento de diversas áreas do conhecimento (e, dentro destas, diferentes vertentes de pensamento) na construção de uma abrangente e complexa rede de significados teóricos e conceituais, que contribuem para o fomento dos debates e a busca por respostas, ainda que provisórias, em torno desta temática.

Contribuições provenientes dos campos de pesquisa das Ciências Sociais, Filosofia, Psicologia, Psicopedagogia, entre outros, fornecem subsídios às inquietações inerentes aos processos de Ensino-Aprendizagem. Questionamentos que envolvem aspectos constitutivos do tema, entre eles: princípios e fins da educação, qualificação e democratização do ensino, processos de aquisição da aprendizagem, aspectos curriculares e didático-metodológicos.

A diversidade cultural e identitária e os significados da escola para quem a compõe traz uma grande complexidade dos processos de ensino e aprendizagem e nas interações que ali se estabelecem. A escola terá diferentes significados, funções e representações para estes sujeitos: local de

sociabilização, de troca de experiências, de aprendizagem e formação de cidadania, entre tantos outros.

Deste modo, a Escola pode ser compreendida como um espaço localizado entre a família e a sociedade, contribuindo na subjetivação da construção de aspectos afetivos, éticos e sociais, individuais e grupais, ensinando, portanto, modos de ser e estar na vida e na sociedade. Necessário ressaltar que o desenvolvimento de aspectos cognitivos, biológicos, psíquicos e sociais fazem parte das etapas do Ciclo Vital nesta interação.

Portanto, vale destacar a importância da utilização dos dispositivos legais que norteiam e servem como parâmetros balizadores para garantir os direitos dos sujeitos que experienciam as vivências escolares, entre eles, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira e a Constituição Federal, documentos estes sintonizados na promoção da oferta do Acesso e Permanência universal a um modelo de Educação Pública Laica, Gratuita e de Qualidade, pois trata-se de um direito humano fundamental, devendo ainda ser compreendido, enquanto um dever compartilhado entre a família, a sociedade e o Estado, consagrando-se, portanto, como uma ferramenta para a promoção de igualdade e da cidadania.

1.4 Currículo

As discussões sobre o currículo têm incorporado questões sobre os conhecimentos escolares, sobre os procedimentos e as relações sociais que constituem o cenário em que os conhecimentos circulam, sobre as transformações que formam os estudantes, sobre os valores que inculcam e as identidades que constroem. Tais discussões são fortemente marcadas por questões pertinentes ao conhecimento, verdade, poder e identidade.

As reflexões sobre o currículo são muito amplas e, por uma questão de delimitação teórica, faremos um recorte e assumiremos neste texto o currículo como as experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento, em meio a relações sociais, e que contribuem para a construção das identidades dos estudantes. Currículo associa-se, assim, ao conjunto de esforços pedagógicos desenvolvidos com intenções educativas.

No currículo se sistematizam esforços pedagógicos. O currículo, em outras palavras, engendra o espaço central em que todos atuam, nos diferentes níveis do processo educacional, conferindo autoria na sua elaboração. O papel do professor neste processo de constituição curricular é, assim, fundamental, sendo ele um dos grandes artífices na construção dos currículos que se materializam nas escolas e nas salas de aula. Dessa forma, sinaliza a necessidade de constantes discussões e reflexões, na escola, sobre o currículo, tanto o currículo formalmente planejado e desenvolvido quanto o currículo que não tem visibilidade, oculto, porém presente. E, como profissionais da educação, temos o compromisso de participar crítica e criativamente na elaboração de currículos mais atraentes, mais democráticos, mais fecundos.

Nesse sentido, cabe deslocar a discussão das relações entre currículo e conhecimento escolar para as relações entre currículo e cultura. A pluralidade cultural do mundo em que vivemos se manifesta de forma impetuosa em todos os espaços sociais, inclusive nas escolas e nas salas de aula. Tal pluralidade frequentemente acarreta confrontos e conflitos, tornando cada vez mais agudos os desafios a serem enfrentados pelos profissionais da educação. No entanto, essa mesma pluralidade pode propiciar o enriquecimento e a renovação das possibilidades de atuação pedagógica.

O conhecimento escolar é um dos elementos centrais do currículo e sua aprendizagem constitui condição indispensável para que os conhecimentos socialmente produzidos possam ser apreendidos, criticados e reconstruídos por todos os estudantes do país. Assim, justifica-se a importância de selecionarmos, para inclusão no currículo, conhecimentos relevantes e significativos.

Assumimos a concepção de relevância, como o potencial que o currículo possui de tornar as pessoas capazes de compreender o papel que devem ter na mudança de seus contextos imediatos e da sociedade em geral. Relevância, nesse sentido, sugere conhecimentos e experiências que corroborem na formação de sujeitos sensíveis, autônomos, críticos e criativos que se sintam capazes de analisar como as coisas passaram a ser o que são e como fazer para mudá-las.

Nessa perspectiva, o currículo constitui um dispositivo em que se concentram as relações entre a sociedade e a escola, entre os saberes e as práticas socialmente construídos e os conhecimentos escolares.

Por fim, o currículo e seus componentes constituem um conjunto articulado e normalizado de saberes, definido por uma determinada ordem, onde se produzem significados sobre o mundo. Dessa forma, torna-se fundante, além das discussões sobre o currículo, que os profissionais da educação se debruçam sobre as discussões e reflexões de uma política cultural.

Caberá às escolas, à luz da BNCC, do Referencial Curricular Gaúcho e do Documento Orientador dos sistemas e redes de ensino público e privado, construir o seu currículo considerando as especificidades locais e a trajetória pedagógica, referendado no seu Projeto Político-Pedagógico.

1.5 Competências Gerais da Base

A Base Nacional Comum Curricular tem como fio condutor 10 Competências Gerais a serem desenvolvidas ao longo da Educação Básica, ou seja, da Educação Infantil ao Ensino Médio. Essas competências visam assegurar aos alunos uma formação humana integral e, por isso, não constituem um componente em si. Ao contrário: elas devem ser tratadas de forma interdisciplinar, capilarizadas por todos os componentes curriculares.

No século 21, a interconectividade e a complexidade das transformações sociais, culturais, tecnológicas, entre outras, têm ampliado a relevância e necessidade de compor outras competências para além das cognitivas. As competências pessoais e sociais estão organizadas em autoconsciência, autogestão, consciência social, habilidades de relacionamento e tomada de decisão responsável. A BNCC apresenta dez competências gerais da Base Nacional Comum Curricular já apresentada neste documento.

Nesse sentido as competências pessoais e sociais apresentam um conjunto de habilidades que permitem compreender as próprias emoções e formas de relacionar-se com os outros, viabilizando o autoconhecimento, colaboração e resolução de problemas. Essas competências fazem parte da formação integral e do desenvolvimento dos sujeitos.

Em consonância com a BNCC, as competências pessoais e sociais devem estar imbricadas e articuladas com as áreas do conhecimento e componentes curriculares em movimento espiralado, possibilitando o desenvolvimento das seguintes competências: a) respeitar e expressar sentimentos e emoções, atuando com progressiva autonomia emocional; b) atuar em grupo e demonstrar interesse em construir novas relações, respeitando a diversidade e solidarizando-se com os outros; e c) conhecer e respeitar as formas de convívio social.

Ressignificar o ambiente escolar com as diferentes competências de ordem cognitiva, comunicativa, pessoais e sociais impacta diretamente na formação integral dos estudantes.



Fonte: BNCC (2018)

1.6 Interdisciplinaridade

A interdisciplinaridade e contextualização devem assegurar a transversalidade do conhecimento de diferentes disciplinas e eixos temáticos, perpassando todo o currículo e propiciando a interlocução entre os saberes e os diferentes campos do conhecimento (DCN, pág. 68, 2013).

A partir das Competências Gerais, a BNCC propõe competências específicas que permeiam todas as áreas de conhecimento. Os objetos de conhecimentos permitem o trabalho efetivo e articulado das habilidades expressas neste documento, bem como o aprofundamento resultante das contribuições dos profissionais da educação do Estado do Rio Grande do Sul. Nesse sentido, a interdisciplinaridade e contextualização são desafios que rompem com a lógica do conteúdo isolado.

O desafio é justamente trabalhar o currículo de forma articulada, entendendo que as habilidades são elementos constitutivos para o desenvolvimento integral dos estudantes nos mais variados contextos.

Organizar o currículo na perspectiva interdisciplinar implica trabalhar de forma articulada, possibilitando diálogo entre os conhecimentos. Dessa forma, o reconhecimento dos pontos de ligação entre os conhecimentos faz parte da prática pedagógica em sala de aula, possibilitando a superação do saber fragmentado. É um trabalho que precisa ser pensado a partir dos contextos escolares, em que os sujeitos envolvidos no processo possam explicar, compreender, intervir, mudar algo que desafie o pensamento isolado das disciplinas.

No contexto escolar, a interdisciplinaridade é a capacidade de utilizar diferentes conhecimentos para resolver um fenômeno apresentado (social, político, cultural, ambiental, entre outros). É importante sublinhar que a interdisciplinaridade pressupõe um eixo integrador, que pode ser o objeto de conhecimento, um projeto de investigação ou um plano de intervenção.

Nesta perspectiva, o professor é compreendido como mediador e orientador com o objetivo de possibilitar aos estudantes a aprendizagem dos conhecimentos relacionados. O professor desempenha papel fundamental na

organização de atividades e na formulação de situações que propiciem aos estudantes oportunidades de compreensão das aprendizagens significativas. Esses movimentos interdisciplinares acontecem a partir da abertura e expansão de fronteiras do conhecimento.

A interdisciplinaridade pode ser entendida pela seguinte tríade: interlocução de saberes em detrimento dos conhecimentos fragmentados; aproximação na apropriação dos conhecimentos pelos professores e estudantes; e intensidade das aproximações dos conhecimentos num mesmo projeto.

1.7 Educação Integral

A BNCC afirma o comprometimento com a educação integral dos sujeitos. Desta forma, o Referencial Curricular Gaúcho ratifica que esta perspectiva se constitui como um dos princípios norteadores na construção deste momento educacional.

A educação integral vem sendo discutida, no Brasil, desde o Manifesto dos Pioneiros, em 1930. Diferentes propostas multifacetadas sobre esta temática desenharam alguns projetos em todo território brasileiro.

Nesse sentido a percepção dos sujeitos na sua integralidade humana, como sujeitos sociais, culturais, éticos e cognitivos, permite compreender e aceitar que todos os estudantes são iguais em capacidades, sendo as desigualdades reflexo dos diferentes contextos. E é nessa perspectiva que este documento assume o propósito de garantir a todos os envolvidos na seara educativa o direito de aprender. Este direito fundamental inscrito na Constituição Federal do Brasil e em tantos outros dispositivos legais e normativos precisa estar presente nos projetos educativos, considerando as experiências significativas em todos os âmbitos da formação humana, as descobertas e aprendizagens que dão sentido às trilhas curriculares.

Importa alinhar conceitos ao considerar o Referencial Currículo Gaúcho - Educação Integral e Escola em Tempo Integral: a) Escola em Tempo Integral pressupõe ampliação da jornada escolar em no mínimo 7 horas, e uma proposta pedagógica que pense o Currículo de forma a atender o estudante neste espaço

de tempo; b) Educação Integral não é o mesmo que Escola em Tempo Integral, ou seja, não está relacionada, diretamente com jornada escolar. É entender o estudante em seu desenvolvimento global.

Como a própria BNCC trazem seu texto introdutório, implica “compreender a complexidade e a não linearidade desse desenvolvimento, rompendo com visões reducionistas que privilegiam ou a dimensão intelectual (cognitiva) ou a dimensão afetiva”. Exige uma visão plural, singular e integral da criança, do adolescente, do jovem e do adulto e suas capacidades de aprendizagem.

Cabe agora, aos educadores, assumir a intenção pedagógica de elaborar o currículo, considerando a Educação Integral como eixo central deste processo construído coletivamente.

1.8 Ciência e Tecnologia Aplicadas à Educação do Século XXI

Estamos em 2018, século XXI, início da quarta Revolução Industrial e da era do conhecimento digital, em que o modo de viver e interagir com o mundo é mediado pelas tecnologias digitais de informação e comunicação. Neste contexto, quais os desafios para a escola? Sabemos que a escola precisa encontrar um novo rumo, com diferentes e modernos métodos de aprendizagem que integrem pedagogicamente tecnologias antigas e novas, uma aprendizagem voltada para o estudante protagonista e para o uso pedagógico apropriado das ferramentas digitais, o que requer um professor qualificado, inserido didaticamente a essa nova perspectiva, para que possa mediar a educação digital.

As tecnologias digitais, sempre em mudança, trazem para o contexto escolar uma inquietação, pois, ao mesmo tempo em que exigem da escola uma nova abordagem, também proporcionam a oportunidade de abandonar um modelo obsoleto, refletindo sobre uma metodologia contemporânea, que promove a participação efetiva dos estudantes, a humanização dos processos escolares e a implantação de metodologias ativas nas quais o projeto pedagógico contemple a nova realidade escolar, com inúmeras alternativas de

interações, conexões, experiências, ensino pela pesquisa, descobertas e desafios.

O estudante não é mais um telespectador, consumidor, mas um agente de conhecimento e mudança. E, neste contexto, o professor também não é o detentor do saber, mas o facilitador e orientador que mostra o caminho, que tem o papel de promover a reflexão, avaliação e escolhas, possibilitando ao estudante a autoaprendizagem, com o uso adequado de toda a tecnologia disponível. A escola precisa ser um porto tecnológico de apoio voltado à pesquisa, à criação e à formação integral do estudante.

Espaços diferenciados, equipamentos tecnológicos, conectividade, capacitação para o uso pedagógico das tecnologias digitais, gestão democrática, princípios éticos, motivação, cooperação e políticas públicas eficientes. Com a aprovação e implantação da nova Base Nacional Comum Curricular – BNCC, outras políticas educacionais devem estar alinhadas e articuladas às mudanças que a escola precisa fazer para formar cidadãos curiosos, investigativos, reflexivos, críticos, imaginativos, criativos, autores, protagonistas. Cidadãos responsáveis, aptos a interagir e criar tecnologias voltadas à resolução de problemas pessoais e coletivos.

1.9 Avaliação

Ao abordarmos questões pertinentes ao currículo, e este compreendido não como conteúdos prontos a serem passados aos estudantes, mas sim, como uma construção e seleção de conhecimentos e práticas produzidas em contextos concretos e em dinâmicas sociais, políticas e culturais, intelectuais e pedagógicas e, sobretudo entendendo que os currículos são orientados pela dinâmica da sociedade. Cabe pautarmos algumas reflexões acerca da avaliação que envolve legitimidade técnica e legitimidade política na sua realização.

É a formação profissional do sujeito que ocupa o papel de quem avalia, que confere legitimidade técnica à avaliação. Esse sujeito precisa estabelecer e respeitar princípios e critérios refletidos coletivamente, referenciados no projeto político-pedagógico, na proposta curricular e em suas convicções acerca do

papel social que desempenha a educação escolar. E aqui se demarca a legitimidade política do processo de avaliação, pois envolve o coletivo da escola.

Compreende-se avaliação como algo inerente aos processos cotidianos e de aprendizagem, em que todos os sujeitos estão envolvidos. A avaliação não pode ser compreendida como algo à parte, isolado, já que tem subjacente uma concepção de educação e uma estratégia pedagógica.

Avalia-se para redirecionar o planejamento a fim de contemplar e garantir o desenvolvimento das competências pelos estudantes. Essa é a base da distinção entre medir e avaliar. Medir refere-se ao presente e ao passado e visa obter informações a respeito do progresso efetuado pelos estudantes. Avaliar refere-se à reflexão sobre as informações obtidas com vistas a planejar o futuro.

A avaliação é uma das atividades que permeia o processo pedagógico. Este processo inclui ações que implicam na própria formulação dos objetivos da ação educativa, na definição de seus conteúdos, métodos, instrumentos, entre outros.

Sendo parte de um processo maior, a avaliação deve ser usada tanto no sentido de um acompanhamento do desenvolvimento do estudante, como no sentido de uma apreciação ao longo do processo, com o objetivo de reorientá-lo.

Entende-se que os estudantes aprendem de variadas formas, em tempos nem sempre tão homogêneos, a partir de diferentes vivências pessoais e experiências anteriores e, junto a isso, entende-se que o papel da escola deva ser o de incluir, de promover crescimento, de desenvolver possibilidades para que os sujeitos realizem aprendizagens vida afora, de socializar experiências, de perpetuar e construir cultura. Percebe-se a avaliação como promotora desses princípios, portanto, seu papel não deve ser o de classificar e selecionar os estudantes, mas sim o de auxiliar professores e estudantes a compreender de forma mais organizada seus processos de ensinar e aprender.

O foco da avaliação é fornecer informações acerca das ações de aprendizagem, ela diz respeito à construção da autonomia por parte do estudante, na medida em que lhe é solicitado um papel ativo em seu processo de aprender. Ou seja, a avaliação precisa ocorrer concomitantemente e

vinculada ao processo de aprendizagem, numa perspectiva interacionista e dialógica, atribuindo ao estudante e a todos os segmentos da comunidade escolar a responsabilidade do processo de construção e avaliação do conhecimento. Assim, o sucesso do aluno não depende somente dele ou do professor, é também responsabilidade da família e do contexto social em que está inserido.

1.10 Formação Continuada dos profissionais da educação

[...] hoje, exige-se do professor mais do que um conjunto de habilidades cognitivas, sobretudo se ainda for considerada a lógica própria do mundo digital e das mídias em geral, o que pressupõe a aprender a lidar com os nativos digitais. Além disso, lhe é exigida com pré-requisito para o exercício da docência, a capacidade de trabalhar cooperativamente, em equipe, e de compreender, interpretar e aplicar a linguagem e os instrumentos produzidos ao longo da evolução tecnológica, econômica e organizativa". (DCN, pág. 59, 2013)

A formação continuada está inscrita em significados produzidos pelos educadores que partilham os discursos pedagógicos, sendo que esses organizam e regulam as práticas docentes. Nesse sentido, tais práticas se resultam, em boa parte, da articulação dos processos que levam o reconhecimento dos saberes e fazeres docentes, contribuindo para aprofundar sua lógica de funcionamento.

Essa discussão materializa-se no parágrafo terceiro do Art. 3 da Resolução Nº 2, de 1º de julho de 2015, que trata sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e formação continuada, sublinhando que a

[...] formação docente inicial e continuada para a educação básica constitui processo dinâmico e complexo, direcionado à melhoria permanente da qualidade social da educação e à valorização profissional, devendo ser assumida em regime de colaboração pelos entes federados nos respectivos sistemas de ensino e desenvolvida pelas instituições de educação credenciadas (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (BRASIL) [Resolução nº 2], 2015).

O Parecer do Conselho Estadual de Educação nº 752/2005 complementa o discurso sobre a formação docente em programas que “garantam a disponibilidade, a capacitação, a atualização e a formação em serviço aos professores, de acordo com o novo paradigma proposto para o ensino fundamental” (CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO (RS) [Parecer nº 752], 2005, p. 6).

Nessa ótica, os discursos legais e pedagógicos vão se tornando terrenos nos quais os professores discutem, questionam e contribuem para as diversas práticas culturais de formação docente. O ganho dessa abordagem está na desnaturalização das “verdades” engessadas. Para isso, seria mais produtivo se, nas formações continuadas, as discussões ocorressem em vários sentidos, de forma aberta, em que as contestações críticas e produtivas fossem consideradas nas relações de poder, compreendendo as facetas dos processos de escolarização. Dessa forma, a formação continuada torna-se uma prática cultural que deve ser de responsabilidade ética e política de quem a prática.

A formação continuada de professores deve incentivar a apropriação dos saberes pelos professores, levando-os a uma prática crítico-reflexiva, engendrando a vida cotidiana da escola e os saberes derivados da experiência docente. Significa dizer que o professor precisa refletir sobre sua prática em suas múltiplas dimensões.

Sendo assim, a formação do professor acontece também na escola, através de seus contextos e de sua prática educativa, em que se torna sujeito reflexivo e investigador da sala de aula, formulando estratégias e reconstruindo sua ação pedagógica. O processo reflexivo exige também a predisposição de questionamentos críticos e de intervenção formativa sobre a própria prática docente.

Para tanto, é preciso considerar a formação inicial e a formação continuada por meio de uma prática reflexiva do processo e do resultado das ações em sala de aula, reconhecendo as diferentes contribuições que possam tornar possível a trilha formativa.

2. MODALIDADES DE ENSINO

2.1 Educação Especial

A educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e demais modalidades. Realiza o atendimento educacional especializado - AEE, disponibiliza os recursos, serviços e orienta quanto à sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas escolas de ensino regular. Ao longo de todo o processo de escolarização, esse atendimento deve estar articulado com a proposta pedagógica da escola.

O atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos estudantes, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos estudantes com vistas à autonomia e independência.

Do ponto de vista pedagógico, a acessibilidade trata de garantir o acesso ao currículo comum a todos, por meio de estratégias, materiais, recursos e serviços que permitam ao estudante com deficiência ou altas habilidades/superdotação, participar de todas as atividades escolares. Para que o currículo seja acessível, deve-se prever, de acordo com as necessidades do estudante, o Atendimento Educacional Especializado; plano de AEE; ensino do Sistema Braille; ensino do uso do Soroban; estratégias para autonomia no ambiente escolar; orientação e mobilidade; ensino do uso de recursos de tecnologia assistiva; ensino do uso da Comunicação Alternativa e Aumentativa – CAA; estratégias para o desenvolvimento de processos cognitivos; estratégias para enriquecimento curricular; profissional de apoio; tradutor/intérprete da Língua Brasileira de Sinais/Língua Portuguesa; guia intérprete.

A educação especial converge suas ações para o atendimento às especificidades dos estudantes no processo educacional e, no âmbito de uma atuação mais ampla na escola, orienta a organização de redes de apoio, a identificação de recursos e serviços, o desenvolvimento de práticas

colaborativas e a formação continuada dos professores para que possam assumir as peculiaridades da função e, que além do conhecimento teórico, sejam efetivos mediadores do processo de aprendizagem.

Para atuar na educação especial, o professor deve ter como base da sua formação conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área. Essa formação possibilita a sua atuação no atendimento educacional especializado, aprofunda o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns do ensino regular, nas salas de recursos, nos centros de atendimento educacional, nas classes hospitalares e nos ambientes domiciliares, para a oferta dos serviços e recursos de educação especial.

Na perspectiva da educação inclusiva, lança-se um olhar para a singularidade do sujeito dentro do contexto coletivo, oportunizando o que for necessário para que todos possam aprender, reconhecendo e valorizando as diferenças humanas. Para isso as escolas necessitam garantir o acesso, a participação, a interação, a autonomia e a inclusão de todos os estudantes.

Deve ser considerado tanto o conhecimento prévio e o nível atual de desenvolvimento do estudante, quanto às possibilidades de aprendizagem futura, configurando uma ação pedagógica processual e formativa que analisa o desempenho do estudante em relação ao seu progresso individual, prevalecendo na avaliação os aspectos qualitativos que indiquem as intervenções pedagógicas do professor. No processo de avaliação, o professor deve criar estratégias considerando que alguns estudantes podem apresentar demandas específicas.

Assim, a educação especial passa a integrar a proposta pedagógica da escola regular, promovendo o atendimento às necessidades educacionais específicas de todos os estudantes.

2.2 Educação de Jovens e Adultos

Na contemporaneidade, a perspectiva de uma “Educação ao Longo da Vida” ou EJA, modalidade de ensino que acolhe sujeitos que, por diferentes fatores sociais, culturais e econômicos não obtiveram acesso à escolarização na

idade considerada regular, constituindo-se na função de resgatar tais processos educacionais.

O desafio da escola é permitir uma travessia possível do campo dos sonhos para a realidade, ofertando a estes sujeitos a aquisição de habilidades e competências indispensáveis para os desafios cotidianos. Portanto, reinventar a educação pressupõe construir redes, pontes, articular desejos, ideias, iniciativas e projetos visando estabelecer uma proposta sócio/educativa capaz de estimular no estudante a confiança, a autoestima, as inteligências emocionais e sociais para compreender a si mesmo e ao outro e, assim, (re)significar o próprio futuro. Para isso, se faz necessária uma prática educativa que articule currículos, metodologias de ensino, processos avaliativos e ferramentas tecnológicas que garantam o resgate e a valorização do conhecimento e da aprendizagem do sujeito.

Para muitos estudantes da EJA os sonhos têm importante papel, sendo muitas vezes o gatilho que os fizeram seguir em frente e lutar por tal conquista. Para isso, a escola tem que ser um sonho coletivo, que retrate o cotidiano e as inquietudes dos mesmos, descortinando a oferta de novas formas de ser e estar no mundo e na sociedade.

Nesse contexto, atendendo às normas estabelecidas na Constituição Federal de 1988 e na LDBEM 9.394/96, considerando as discussões propostas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (Resolução CNE/CEB 04/2010), pelo Plano Estadual de Educação (Lei 14705/15), pelo Parecer CNE/CEB n° 6/2010 e pela resolução CNE n° 3, de 15 de junho de 2010, que institui diretrizes operacionais para a Educação de Jovens e Adultos, pela resolução CEEEd n°313, de 16 de março de 2011, resolução n° 316, de 17 de agosto de 2011, resolução CEEEd n° 331, de 30 de setembro de 2015, e pela resolução CEEEd n° 336, de 02 de março de 2016 e pela resolução CEEEd n°343, de 11 de abril de 2018, traça-se a Educação de Jovens e Adultos no Rio Grande do Sul a partir de uma rede de construção colaborativa e social, que incentiva e qualifica os processos formativos que se desenvolvem na vivência/convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais, respeitando e enaltecendo o conhecimento individual.

Nesse sentido, tais aprendizagens inter-relacionam-se com as demandas, desafios e proposições cotidianas dos espaços de vida e de trabalho dos jovens, adultos e idosos, ofertando políticas de promoção de saúde, garantia de Direitos Humanos e sustentabilidade, além da garantia do atendimento à pessoa com deficiência, altas habilidades, dificuldades, problemas ou transtornos de aprendizagens.

Acredita-se em uma educação que promova o diálogo, a escuta solidária e que abra caminhos ao aflorar feitos e experiências significativas. Esta proposta não tem a intenção de formar estudantes como ouvintes e espectadores, mas como atores e protagonistas. É através da perspectiva de valorização e de incentivo para que os estudantes compreendam o mundo provisoriamente, permitindo-lhes experimentar e a ousar em busca de novos conhecimentos.

2.3 Educação do Campo

Segundo o Decreto Federal nº 7.352/2010, que dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, entende-se por populações do campo, os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural; e por escola do campo, aquela situada em área rural, conforme definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a populações do campo.

Nesta mesma legislação, art. 1º, a Política de Educação do Campo destina-se à ampliação e qualificação da oferta de educação básica e superior às populações do campo, e será desenvolvida pela União em regime de colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, de acordo com as diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação e o disposto neste Decreto.

A educação do campo/rural contempla alguns princípios fundamentais, entre eles, o respeito à diversidade do campo; incentivo à formulação de projetos político-pedagógicos específicos para as escolas do campo; os recursos didáticos pedagógicos, que deverão atender as especificidades e apresentar conteúdos relacionados aos conhecimentos da população do campo, considerando os saberes próprios da comunidade em diálogo com os saberes acadêmicos; organização do calendário escolar de acordo com as fases do ciclo produtivo e as condições climáticas de cada região; formação de profissionais da educação para o atendimento às especificidades das escolas do campo.

A Constituição Estadual do Rio Grande do Sul de 1989 é a única da Federação que inscreve a educação do campo/rural no contexto de um projeto estruturador para o conjunto do país. No artigo 217 da Constituição Estadual, é atribuído ao Estado elaborar política para o ensino fundamental e médio de orientação e formação profissional, visando, entre outras finalidades, auxiliar, através do ensino agrícola, na implantação da reforma agrária.

ALDBEN/96 contempla um tratamento da educação rural no âmbito do direito à igualdade, reconhecendo a diversidade sociocultural e o respeito às diferenças, possibilitando a definição de diretrizes operacionais para a educação rural.

O Plano Estadual de Educação apresenta várias estratégias para incentivar a permanência do estudante da zona rural na escola rural; entre elas, a construção junto com a comunidade de uma proposta pedagógica voltada à realidade, superando a fragmentação do currículo e respeitando as diferentes metodologias que consideram os sujeitos com suas histórias e vivências.

A Resolução nº 342/2018 do CEE/RS, consolida as Diretrizes Curriculares da Educação Básica nas Escolas do Campo e estabelece condições para a sua oferta no Sistema Estadual de Ensino, parágrafo único. Aos Estados, Distrito Federal e Municípios que desenvolverem a educação do campo em regime de colaboração com a União caberá criar e implementar mecanismos que garantam sua manutenção e seu desenvolvimento nas respectivas esferas, de acordo com o disposto neste Decreto.

A Base Nacional Comum Curricular determina aprendizagens essenciais para a formação do estudante por meio de competências e habilidades, entres elas, a valorização da diversidade de saberes e vivências culturais. Neste caso,

a escola localizada no meio rural possui uma especificidade própria, congrega uma cultura diversa de saberes que possibilita a elaboração de uma proposta pedagógica diferenciada que reflete sua realidade no currículo escolar.

Portanto, a escola do meio rural deve focar seu trabalho pedagógico em competências e habilidades que sejam capazes de preparar o jovem para lidar com situações de seu cotidiano e ser capaz de resolver problemas reais, colocando o estudante como protagonista, ou seja, um agente ativo em seu processo de ensino e aprendizagem.

2.4 Educação Escolar Indígena

A modalidade Educação Escolar Indígena, na Educação Básica, tem como principal normativa a Resolução CNE/CEB nº 5/2012, que detalha seus fundamentos pedagógicos por etapas e modalidades. Essa normativa condensa um conjunto amplo de legislações nacionais e internacionais que embasam a especificidade dos processos educativos escolares de cada povo indígena.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 210, e a LDB, em seu artigo 32 § 3º, asseguram às comunidades indígenas a utilização na escola de suas línguas maternas e de seus processos próprios de aprendizagem. Assegura ainda, a LDB, em seus artigos 78 e 79, a oferta aos povos indígenas da educação escolar bilíngue e intercultural por meio de programas integrados de ensino e pesquisa que têm por objetivos a recuperação de suas memórias históricas, a reafirmação de suas identidades étnicas e a valorização de suas línguas e ciências; bem como o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e das demais sociedades indígenas e não indígenas. Esses programas, planejados com audiência das comunidades indígenas, têm por objetivos fortalecer as práticas socioculturais e a língua materna de cada comunidade indígena e desenvolver currículos específicos, neles incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades.

Nesse sentido, a Constituição Estadual de 1989 define, em seu artigo 265, que o estado proporcionará às comunidades indígenas o ensino regular, ministrado de forma intercultural e bilíngue, na língua indígena da comunidade e

em português, respeitando, valorizando e resgatando seus métodos próprios de aprendizagem, sua língua e tradição cultural. Define ainda que o ensino indígena será implementado através da formação qualificada de professores indígenas bilíngues para o atendimento dessas comunidades; e subordina sua implantação à solicitação pela comunidade indígena interessada ao órgão estadual de educação.

A Resolução CNE/CEB nº 5/2012, define, dentre outras questões relevantes, que a Educação Escolar Indígena deve se constituir num espaço de construção de relações interétnicas orientadas pela manutenção da pluralidade cultural, pelo reconhecimento de diferentes concepções pedagógicas e pela afirmação dos povos indígenas como sujeitos de direitos.

Em seu artigo 7º, essa resolução define que os saberes e as práticas indígenas devem ancorar o acesso a outros conhecimentos de modo a valorizar os modos próprios de conhecer, investigar e sistematizar de cada povo indígena, valorizando a oralidade e a história indígena. Da mesma forma, a Educação Escolar Indígena deve contribuir para o projeto societário e para o bem viver de cada comunidade indígena, contemplando ações voltadas à manutenção e preservação de seus territórios e dos recursos neles existentes.

Por fim, em seu artigo 15º, a referida resolução detalha que na organização curricular das escolas indígenas devem ser observados, dentre outros critérios, o reconhecimento dessas escolas quanto aos seus aspectos comunitários, bilíngues e multilíngues, de interculturalidade e diferenciação; e também de flexibilidade na organização dos tempos e espaços curriculares, tanto no que se refere à base nacional comum quanto à parte diversificada, de modo a garantir a inclusão dos saberes e procedimentos culturais produzidos pelas comunidades indígenas, tais como línguas indígenas, crenças, memórias, saberes ligados à identidade étnica, às suas organizações sociais, às relações humanas, às manifestações artísticas e às práticas desportivas.

Dessa forma, a Resolução CNE/CP nº 2/2017 estabelece e corrobora, em seu artigo 8º § 2º, que as escolas indígenas e quilombolas terão no seu núcleo comum curricular suas línguas, saberes e pedagogias, além das áreas do conhecimento, das competências e habilidades correspondentes, de exigência nacional da BNCC.

2.5 Educação das Relações Étnico-raciais e Educação Escolar Quilombola

A Constituição Federal, em especial nos Art. 3º inciso IV, Art. 210 § 2º, Art. 215 § 1º, Art. 216 V § 5º e Art. 231; na Constituição Estadual, prioritariamente nos Art. 221, Art. 264 e Art. 265, traz em seu texto os deveres da República Federativa do Brasil enquanto Estado Laico e combatente de toda forma de discriminação ou preconceito, no intuito de promoção de uma educação antirracista e antidiscriminatória em todo o seu território. As Lei 10.639/03, e a 11.645/08 que alteraram a lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, introduzindo os artigos 26-A e 79-B, determinando a inclusão da temática: História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e dos Povos Indígenas, no currículo das Escolas Públicas e Privadas. E ainda, o Parecer 03/04 e a Resolução 01/04 do Conselho Nacional de Educação, bem como a Resolução 267/09 do Conselho Estadual de Educação, que estabelecem normas a serem observadas para cumprimento da referida Lei nos Sistemas de Ensino.

Nesta mesma direção, o Plano Nacional de Educação – PNE, Lei Nº13.005 de 25/06/2014 e Plano Estadual de Educação - PEE Lei Nº 14.705, de 25/06/2015, assim como o Plano Estadual de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais e o Ensino das Culturas e Histórias Afro-Brasileiras, Africanas e dos Povos Indígenas, instituído pelo Decreto Estadual nº 53.817/17, vêm na lógica de estabelecer orientações acerca das obrigações e competências administrativas e metodológicas da aplicabilidade do conteúdo descrito nas referidas normativas legais.

No entanto, de nada adianta o extenso material legal que sustenta a obrigatoriedade do tema da Educação das Relações Étnico-raciais no currículo das escolas em todos os níveis e modalidades da Educação brasileira, sem o entendimento da adequada forma que o referido tema deve ser tratado nos mesmos, bem como nas práticas metodológicas e cotidianas das escolas.

A organização metodológica do ensino nada mais é do que um caminho, um meio pelo qual objetiva-se um fim. Assim, espera-se que as escolas, bem como os sistemas a que pertencem, realizem a revisão curricular necessárias

para a implantação da temática Étnico-racial, uma vez que possuem a liberdade para ajustar seus conteúdos e contribuir no necessário processo de democratização do espaço escolar, da ampliação do direito de todos e todas à educação, e do reconhecimento de outras matrizes de saberes da sociedade brasileira.

O ensino-aprendizagem voltado apenas para a absorção de conhecimento e que tem sido objeto de preocupação constante de quem ensina deverá dar lugar ao ensinar a pensar, saber comunicar-se e pesquisar, ter raciocínio lógico, fazer sínteses e elaborações teóricas, ser independente e autônomo; enfim, ser socialmente competente, aceitando que a igualdade está apenas no campo dos direitos e que o exercício da diferença deve ser entendido enquanto prática de alteridade e do reconhecimento da equidade enquanto possibilidade de tratamento.

A abordagem legal da Educação Escolar Quilombola começa na Constituição Federal de 1988, o texto da constituição, art. 68 das disposições transitórias, diz o seguinte: “Aos remanescentes das comunidades de quilombos, que estejam ocupando suas terras é reconhecida sua propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os respectivos títulos.”

Entretanto, foi apenas em 2003, através do Decreto Federal Nº 4.8878, que foi regulamentado o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades quilombolas, sendo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA o órgão competente na esfera federal.

Recentemente o termo quilombo tem assumido novos significados. O termo não se refere apenas a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou ocupação biológica, nem a ocupações relativas às áreas insurrecionais, mas a grupos que desenvolvem práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução dos seus modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio de uso comum, baseado em laços de parentesco e solidariedade.

De acordo com a Resolução CNE/CEB 08/12, em seu art.9, Educação Escolar Quilombola é compreendida como: Escolas Quilombolas e Escolas que

atendem a estudantes oriundos de territórios quilombolas. Por escolas quilombolas entende-se aquelas localizadas em territórios quilombolas.

A referida norma emitida pelo CNE, sob o nº 08/2012, aponta que “a construção do projeto político-pedagógico da Escola quilombola, deverá pautar-se na realização de diagnóstico da realidade da comunidade quilombola e seu entorno, num processo dialógico que envolva as pessoas da comunidade, as lideranças e as diversas organizações existentes no território. Na realização do diagnóstico e na análise dos dados colhidos sobre a realidade quilombola e seu entorno, o projeto político-pedagógico deverá considerar: os conhecimentos tradicionais, a oralidade, a ancestralidade, a estética, as formas de trabalho, as tecnologias e a história de cada comunidade quilombola; as formas por meio das quais as comunidades quilombolas vivenciam os seus processos educativos cotidianos em articulação com os conhecimentos escolares e demais conhecimentos produzidos pela sociedade mais ampla. Além disso, a questão da territorialidade, associada ao etnodesenvolvimento e à sustentabilidade socioambiental e cultural das comunidades quilombolas deverá orientar todo o processo educativo definido no projeto político-pedagógico.”

Neste sentido, é fundamental o desenvolvimento de um currículo construído a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, considerando que é urgente garantir aos estudantes o direito de se apropriar dos conhecimentos tradicionais oriundos das comunidades remanescentes de quilombos e das suas formas de produção, contribuindo para o seu reconhecimento, valorização e continuidade, já que as escolas, que estão dentro destas características, não se reconhecem como tal e desconhecem, em sua maioria, a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana ou têm experiência consistente em educação das relações étnico-raciais. O importante aqui é a possibilidade de uma apropriação conceitual acerca do tema, com leituras de mundo e de imagens/textos que ofereçam um embasamento teórico a gestores e professores de escolas em territórios de quilombos ou que recebem estudantes oriundos de comunidades remanescentes, no sentido da apropriação, dos princípios e da metodologia que emana do conceito da Pedagogia Griô e da filosofia de vida quilombola culturalmente constituída.

3. TEMAS CONTEMPORÂNEOS

O compromisso com a construção do sujeito integral implica, necessariamente, uma prática educacional voltada para a compreensão da realidade social, dos direitos e responsabilidades em relação à vida pessoal, coletiva e ambiental. Nessa perspectiva é que são incorporadas como Temas Transversais questões da Ética, da Pluralidade Cultural, do Meio Ambiente, da Educação Alimentar e Nutricional, da Saúde e da Orientação Sexual e as Transformações da Tecnologia no Século XXI. Esses, entre outros que constituam a formação integral dos sujeitos, corroborando com as premissas dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Isso não significa que tenham que ser criadas novas áreas ou disciplinas. Pelo contrário, tais temáticas precisam ser incorporadas nas áreas já existentes e no trabalho educativo da escola. É essa forma de organizar o trabalho didático que garante a transversalidade. O desafio que se apresenta para as escolas é justamente a amplitude do trabalho pedagógico com foco nas problemáticas sociais que o contexto escolar apresenta.

Este documento não tem a intencionalidade de conceituar cada um dos temas apresentados, mas traz à pauta que a inclusão de questões sociais no contexto escolar não é uma preocupação inédita e precisa ser transversal ao currículo, contemplando sua complexidade e sua dinâmica. Assim, o currículo ganha em flexibilidade e abertura, uma vez que os temas podem ser priorizados e contextualizados de acordo com as diferentes realidades locais e regionais e, inclusive, outros temas podem ser incluídos.

Os temas contemporâneos, por tratarem de questões sociais, têm natureza diferente das áreas. Sua complexidade faz com que nenhuma das áreas, isoladamente, seja suficiente para abordá-los. Ao contrário, tais problemáticas atravessam os diferentes campos do conhecimento. É no contexto escolar que a integração, a extensão e a profundidade do trabalho podem acontecer em diferentes projetos pedagógicos. Isso se efetiva mediante a organização didática eleita pela escola de acordo com as prioridades e relevâncias locais.

Nesse sentido, a proposta de transversalidade aos temas contemporâneos traz a necessidade de diálogos em que a escola assuma reflexões e que atue de forma a garantir a perspectiva político-social no direcionamento do trabalho pedagógico.

As inclusões dessas temáticas implicam necessidade de um trabalho sistemático e contínuo no decorrer de toda a escolaridade, possibilitando a articulação das competências gerais da BNCC, das competências das áreas do conhecimento e das habilidades apresentadas na extensão deste documento.

Na prática pedagógica, a interdisciplinaridade e a transversalidade estão intimamente ligadas, pois as questões trazidas pelos temas contemporâneos são articuladas entre os objetos de conhecimento. Dessa forma, não é possível fazer um trabalho pautado na transversalidade em uma perspectiva disciplinar rígida. Tanto a transversalidade quanto a interdisciplinaridade promovem uma compreensão abrangente dos diferentes objetos de conhecimento, afastando as dicotomias.

Se por um lado, tais temáticas possibilitam que as equipes pedagógicas façam novas conexões entre elas e as áreas e/ou outros temas, permitindo um trabalho didático que viabilize a reflexão e planejamento articulado, considerando a especificação dos objetos de aprendizagem aos temas; por outro lado, esses temas também exigem dos educadores preparo para o desenvolvimento dos projetos em sala de aula.

Portanto, a construção curricular nas escolas contempla a aproximação das áreas do conhecimento aos temas contemporâneos que fazem parte da realidade global e local dos sujeitos engendrados no contexto escolar. Assim, a transversalidade possibilita aos profissionais da educação o desenvolvimento do fazer pedagógico com uma abordagem mais dinâmica e menos imperativa ou ortodoxa.



EDUCAÇÃO INFANTIL

Vivemos em um momento histórico propício para transformarmos nossos anseios em conquistas na educação, momento de uma construção curricular democrática, com a participação de todos. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC publicada em 2017), como documento normativo, é referência para a implementação do Referencial Curricular Gaúcho, um documento com a identidade do nosso Estado, com nossas tradições, costumes e valores que foram construídos a partir da riqueza cultural e social a qual pertencemos.

A quarta versão da BNCC³ define seis Direitos de aprendizagem e desenvolvimento que precisam se efetivar nas práticas pedagógicas da Educação Infantil, por meio dos Campos de Experiências, arranjo curricular que acolhe os saberes e as experiências concretas das crianças entrelaçando-as aos conhecimentos do patrimônio cultural. Por sua vez, cada Campo de Experiências apresenta Objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, tomando sempre como eixos estruturantes as interações e a brincadeira.

De acordo com a metodologia estabelecida a nível nacional, os estados elaboraram um documento curricular que respondesse às questões locais, sendo que no Estado do Rio Grande do Sul, a Secretaria de Estado de Educação (SEDUC) e a União dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), em regime de colaboração, elaboraram o Referencial Curricular Gaúcho, considerando as particularidades culturais, sociais e históricas deste território.

Durante a trajetória de construção da BNCC⁴, a participação efetiva dos educadores foi a chave para termos um documento construído

³BNCC - Documento normativo instituído pela Resolução CNE/CP n° 2 de 22 de dezembro de 2017.

⁴A BNCC teve seu início de construção no ano de 2014, tendo a primeira versão em setembro de 2015 com mais de doze mil contribuições recebidas pelo portal do MEC. Em maio de 2016, Consed e Undime reúnem mais de 9 mil educadores e especialistas originando desta discussão a segunda versão do documento. Em maio de 2017, o MEC entrega ao CNE o documento final para sua homologação.

democraticamente. Nos mesmos moldes, foi proposta a construção do Referencial Curricular Gaúcho, com a criação da plataforma virtual currículo.educacao.rs.gov.br, para que os 497 municípios do Estado mobilizassem seus educadores da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, das redes públicas e privadas em torno do debate sobre a educação e o currículo, o qual gerou importantes contribuições que colaboraram para a construção do presente documento.

O Referencial Curricular Gaúcho para a Educação Infantil deriva do documento nacional (BNCC), assim como está em diálogo e consonância com os conceitos, princípios e finalidades expressos nas Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil (DCNEI, 2009). O propósito deste documento é oferecer subsídios para que as redes e as escolas (re)elaborem suas Propostas Curriculares, na busca da qualificação permanente de suas práticas educativas e no atendimento aos Direitos de aprendizagem comuns a todas as crianças do nosso Estado. Nesse sentido, o Referencial Curricular Gaúcho está alinhado ao disposto nos marcos legais: Constituição Federal (1988), LDB (1996), DCNEI(2009), Emenda Constitucional nº 59 (2009), Lei nº 12.796 (2013), Plano Nacional de Educação (PNE, 2014), além de considerar a diversidade e a especificidade dos aspectos culturais, sociais e históricos do Estado do Rio Grande do Sul e que compõem a parte diversificada do currículo deste território.

Como referência no Estado do Rio Grande do Sul, o documento promove reflexões sobre novas propostas de organização dos ambientes, espaços, materiais e práticas pedagógicas dos contextos de aprendizagem promovidos nas instituições educativas, além de ser um passo importante no processo histórico de integração da Educação Infantil ao conjunto da Educação Básica.

São mudanças muito importantes para serem implementadas em todos os municípios gaúchos, nas práticas pedagógicas e também para gerar uma ampla reflexão sobre os processos de aprendizagem das crianças baseadas nas interações e na brincadeira.

Os textos introdutórios trazem uma visão contemporânea de concepção de crianças e infâncias, orientando as instituições de Educação Infantil e dialogando com os educadores sobre os processos educativos, tendo por base os Direitos de aprendizagem e desenvolvimento e os Campos de Experiências.

Apresenta, também, aspectos relevantes sobre a organização da ação pedagógica, inclusão, diversidade, equidade e avaliação. Além de propor formas de acolhimento das crianças nas instituições, compreendendo a inserção das famílias no ambiente escolar como forma de articular ações conjuntas para favorecer o desenvolvimento integral das crianças. Os Direitos de aprendizagem e desenvolvimento aparecem interligados aos Campos de Experiências e alinhados tanto aos objetivos traçados pela BNCC como aos objetivos do Referencial Curricular Gaúcho.

Apresentamos um documento produzido a várias mãos: mãos dos educadores gaúchos, portanto, um documento nosso!

Caro Professor...

Você está vivendo um momento histórico para a qualificação das práticas desenvolvidas na Educação Infantil: a elaboração do primeiro documento curricular, na história do Rio Grande do Sul, para bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas. O objetivo principal deste documento é o de orientar a elaboração dos currículos das redes e das escolas, no sentido de garantir as aprendizagens essenciais a que todas as crianças têm direito e o desenvolvimento integral nas dimensões intelectual, física, afetiva, social, ética, moral e simbólica. O documento apresenta os objetivos de aprendizagem propostos pela BNCC, como também os objetivos de aprendizagem sugeridos pelos educadores por meio da plataforma do Referencial Curricular Gaúcho, além de ações e contribuições para sua implementação no cotidiano da Educação Infantil, organizados nos cinco Campos de Experiências: O Eu, o Outro e o Nós; Corpo, Gestos e Movimentos; Traços, Sons, Cores e Formas; Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação; Espaços, Tempos, Quantidades, Relações e Transformações.

A estrutura dos documentos, tanto da BNCC como do Referencial Curricular Gaúcho para a Educação Infantil está organizada considerando três faixas etárias: bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas.

Nesse sentido, seguiu-se a organização nestes três grupos etários não para separar as crianças ou restringi-las rigidamente, mas para acolher as especificidades das características e as possibilidades das aprendizagens das crianças, bem como orientar os educadores no desenvolvimento de suas práticas educativas. O modo como cada rede de ensino organiza seus agrupamentos não precisa ser modificado, a organização adotada, tanto na BNCC como no Referencial Curricular Gaúcho, serve como um norte, um guia para a estruturação desses documentos com relação aos grupos etários.

O trabalho pedagógico na Educação Infantil precisa estar pautado na promoção de experiências, proporcionando o bem-estar físico e emocional, o desenvolvimento integral, a manifestação das múltiplas linguagens e a promoção de aprendizagens significativas a todas as crianças.

As Diretrizes Curriculares da Educação Infantil (2009) definem as interações e as brincadeiras como os dois grandes eixos da Educação Infantil e afirmam a indissociabilidade entre o cuidar e o educar. Por isso, neste documento, reafirmamos que as práticas cotidianas devem estar centradas nas experiências, nas interações e na brincadeira para que, por meio delas, as crianças desenvolvam e ampliem suas potencialidades, construindo significados e descobertas. Com o seu protagonismo, construiremos, juntos, uma Educação Infantil de qualidade, significativa e de forma integral para o nosso Estado do Rio Grande do Sul!

6. CONCEPÇÕES QUE ORIENTAM A PRÁTICA PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

6.1 O Currículo da Educação Infantil

O currículo da Educação Infantil é concebido como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico. Tais práticas são efetivadas por meio do brincar e das interações que as crianças estabelecem, desde bem pequenas, com os professores e as outras crianças e afetam a construção de suas identidades. (BRASIL, 2010).

As práticas pedagógicas que compõem a proposta curricular da Educação Infantil têm como eixos norteadores as interações e a brincadeira, garantindo experiências que promovam o conhecimento de si e do mundo por meio da ampliação de experiências sensoriais, expressivas, corporais e que favoreçam a relação das crianças com as diferentes linguagens e o progressivo domínio por elas de vários gêneros e formas de expressão (BRASIL, 2010).

Todas as ações desenvolvidas na escola da infância são marcadas pela intencionalidade educativa e pela indissociabilidade entre o educar e o cuidar, bem como pelo acesso ao conhecimento sistematizado através de práticas pedagógicas significativas para as crianças. Assim, os conteúdos que emergem dessa etapa apresentam uma profunda relação com a vida cotidiana, entre eles, a alimentação, a higiene, o repouso, o domínio do corpo, o brincar, o movimento, a exploração de si e do entorno, dentre tantas outras linguagens. As linguagens são conjuntos de representações que podem ser expressas pela oralidade, sonoridades, escrita, imagens, desenhos, gestos e expressões corporais e por uma infinidade de outras formas de representação e expressão que o homem puder criar (BRASIL, 2009).

Os dois grandes eixos descritos pelas DCNEI (2010) – as interações e a brincadeira – devem garantir às crianças aprendizagens significativas a serem (re)produzidas e (re)inventadas, de maneira simbólica e em diversas situações, organizadas e potencializadas por meio do planejamento docente. Para que isso aconteça, é necessário que o brincar seja valorizado e intencionalmente

pensado pelo professor, permitindo que as crianças vivam experiências e ampliem conhecimentos. Ao brincar, as crianças se relacionam entre elas e com os adultos, tomam iniciativas, representam papéis, solucionam problemas, experimentam diferentes materiais e vivenciam desafios por meio dos quais se desenvolvem e ampliam suas aprendizagens.

Os princípios fundamentais expressos nas DCNEI estão presentes e se evidenciam no currículo da Educação Infantil, quais sejam:

Éticos: da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades. Políticos: dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática. Estéticos: da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais (BRASIL, 2010, p.16).

Os princípios éticos, políticos e estéticos sustentam o reconhecimento e a afirmação do trabalho realizado na Educação Infantil, garantindo às crianças, desde bem pequenas, o direito a uma educação integral, desenvolvida a partir de uma organização pedagógica que respeite e valorize a infância. Há que se destacar que, quando defendemos os direitos das crianças, estamos afirmando que a todas devem ser garantidos os direitos de brincar, conviver, participar, explorar, expressar e conhecer-se, tais como estão expressos na BNCC.

O currículo da Educação Infantil deve ser organizado a partir da indissociabilidade entre o cuidar e o educar, compreendendo o cuidado para além dos aspectos físicos, integrando-se às ações educativas, as quais devem garantir os direitos e os interesses de aprendizagem das crianças. Portanto, cuidar e educar estão intimamente relacionados, não há como cuidar sem educar, nem educar sem cuidar no cotidiano vivido na escola da infância. Podemos compreender estes conceitos a partir de uma ideia que contemple um cuidado educativo ou uma educação cuidadosa.

Cuidar, na Educação Infantil, envolve a atenção dedicada às necessidades básicas de higiene, alimentação e repouso. Sobretudo, a concepção de cuidar está direcionada à atitude do adulto em relação às crianças, ou seja, ao modo como toca um bebê quando está higienizando, ao modo como alimenta uma criança que ainda precisa de sua ajuda nessa atividade ou ao

modo como o horário de uma refeição é realizada. Além disso, o cuidado também se vincula à atenção do adulto em relação aos direitos das crianças.

Nesse sentido, educar transcende a ideia de um trabalho organizado por currículos ou programas pré-definidos e prescritivos. O entendimento de educar valoriza, escuta e respeita as características, os conhecimentos e as experiências das crianças, compreendendo-as como sujeitos de direitos, sociais, ativos, potentes. Escutar as crianças não pode ser entendido como “deixar livre” ou “seguir tudo o que as crianças estão propondo”. As DCNEI e a BNCC, assim como o quadro teórico em que está situado esse termo na pedagogia, esclarecem que escutar é compreender as necessidades das crianças e saber traduzi-las em situações de aprendizagem, portanto, está diretamente ligada à intenção do adulto.

O currículo, assim compreendido, emerge da escuta atenta às crianças, de suas necessidades e desejos e deixa de ser um caminho linear, com objetivos predefinidos. Pensar o currículo supõe mudar a concepção de aprendizagem apenas como uma aquisição para uma concepção de aprendizagem como construção narrativa da experiência, como história de aprendizagens de crianças, grupos e turmas com seus professores.

Diante disso, o papel do professor é complexo e precisa ser reinventado na Educação Infantil, uma vez que são muitos os aspectos que se entrelaçam na sua ação. O professor cria os contextos para as experiências das crianças, narrando-as, registrando-as e interpretando-as, assim como cria os contextos de bem-estar global e de cuidado. O papel do professor é de fazer-se presente e de estar junto às crianças com interesse, acompanhando, perguntando, inventando e oferecendo o tempo e o espaço para as investigações das crianças e para a construção de sentidos sobre o mundo que as rodeia.

Conforme as DCNEI (2010), a criança é considerada o centro do planejamento curricular. Dessa forma, é para ela e com ela que o professor deve (re)pensar o planejamento de propostas pedagógicas que visem a garantia dos direitos das crianças, respeitando-as em seus ritmos próprios e seus contextos sociais e culturais.

Para planejar, é fundamental estar com as crianças e ouvir sobre o cotidiano delas na escola, suas experiências e seus saberes. É preciso estar

com as crianças no seu significado mais intenso, que transcende a simples tarefa de acompanhá-las durante o tempo em que estão na escola.

O professor precisa ser sensível e atento aos enredos das crianças, desenvolvendo seu papel propositivo, articulador e mediador das aprendizagens. Observar, registrar, interpretar e compreender o dia a dia das crianças na Educação Infantil são elementos essenciais para garantir a intencionalidade educativa. As curiosidades e desejos das crianças informam ao professor o que ele deve proporcionar para que possam investigar, experimentar e vivenciar o novo, a cada dia. Pensar o tempo, o espaço, os materiais, os agrupamentos de crianças e as intervenções do professor são fundamentais na elaboração do planejamento na Educação Infantil.

A ação de planejar na Educação Infantil é entendida como um percurso intencionalmente pensado que permita às crianças vivenciarem situações significativas, superando a ideia de planejar aulas ou atividades, que engessam a possibilidade da construção de sentidos pessoais e coletivos, limitando o surgimento do novo, do autêntico e do inusitado. O planejamento abre um leque de possibilidades, entre elas, a oportunidade das crianças se expressarem e produzirem diferentes percursos. Nesse sentido, as propostas projetadas para as crianças possibilitam pistas para o professor (re)planejar as investigações junto às crianças. É o olhar cuidadoso do professor que lhe dará os subsídios para planejar as próximas ações, que sempre terão como foco a garantia dos direitos de aprendizagem das crianças.

Pensar um currículo para os bebês, as crianças bem pequenas e as crianças pequenas implica considerar que eles são, simultaneamente, potentes “pois tem um corpo capaz de sentir, pensar, emocionar-se, imaginar, transformar, inventar, criar, dialogar” (BRASIL, 2009, p. 23) e impotentes, “pois necessitam de atenção, proteção, alimentação, brincadeiras, higiene, escuta, afeto” (ibidem), e em dar as condições para a constituição de um desenvolvimento nos aspectos físico, cognitivo e psíquico, respeitando as especificidades da faixa etária, bem como o tempo e o ritmo de cada criança. O currículo deve proporcionar explorações, experimentações e descobertas em um espaço de vida coletivo, seguro, acolhedor e convidativo, que envolva o brincar e o bem-estar. As vivências cotidianas, incluindo os momentos de alimentação,

higiene, descanso, trocas de fraldas, entre outros, fazem parte do currículo, assim como as situações para que as crianças possam vivenciar diversas formas de linguagens, interagindo com seus pares e com crianças de idades diferentes, tendo ao seu alcance uma variedade e uma quantidade suficiente de materiais e brinquedos, estruturados ou não.

O currículo pensado para os bebês, para as crianças bem pequenas e para as crianças pequenas considera que a infância deve ser vivenciada através das interações e da brincadeira; valoriza a escuta das crianças e suas narrativas, respeitando o tempo de cada uma, bem como os conhecimentos já construídos; promove situações em que as crianças possam se desenvolver de forma integral, explorando, experimentando, criando e agindo sobre os mais variados tipos de brinquedos e materiais, formulando hipóteses para suas descobertas e proporciona contextos onde o faz-de-conta e o jogo simbólico estejam presentes, expressando sentimentos, emoções e novas aprendizagens.

O currículo para os bebês, as crianças bem pequenas e as crianças pequenas compreende que os Direitos de aprendizagem e desenvolvimento devem ser garantidos a todas as crianças sem nenhuma forma de distinção. Tem, no brincar e nas interações, os elementos mais potentes para as aprendizagens das crianças. Parte da observação, valorizando o conhecimento prévio, respeitando o tempo de cada um e suas especificidades. Propõe tempos e espaços potentes para investigar, interagir, explorar, comunicar, experimentar e construir novas narrativas e aprendizagens.

6.2 Crianças e Infâncias

As crianças são sujeitos históricos, de direitos e desejos, que vivem e se desenvolvem nos contextos sociais e culturais em que estão inseridas. Nessas condições, fazem amizades, brincam, desejam, aprendem, observam, experimentam, questionam, constroem sentidos sobre o mundo e sobre suas identidades pessoais e coletivas, produzindo cultura. As crianças utilizam diversas linguagens para construir conhecimentos e buscam compreender o mundo através das relações e interações que estabelecem com os adultos e com

outras crianças de diferentes idades, da mesma forma com o ambiente. (BRASIL, 2009).

Os bebês, as crianças bem pequenas e as crianças pequenas são sujeitos que necessitam de atenção, proteção, alimentação, brincadeiras, higiene, escuta e afeto. O fato de serem simultaneamente frágeis e potentes em relação ao mundo, de serem biologicamente sociais, as torna reféns da interação, da presença efetiva do outro e, principalmente, do investimento afetivo dado pela confiança do outro. (BRASIL, 2009, p. 23).

As crianças são seres criativos e ativos e vivem suas infâncias no presente, não se resumindo a serem preparadas para o futuro. Através das interações e da brincadeira, as aprendizagens e o desenvolvimento se constituem e se ampliam. Não há um modo padronizado e único de viver a infância, por isso compreende-se que há diversas infâncias, assim como são diversas as realidades culturais, sociais, econômicas e políticas da sociedade em que se inserem. Portanto,

[...] temos concebido as crianças como seres humanos concretos, um corpo presente no aqui e agora em interação com outros, portanto, com direitos civis. As infâncias, temos pensado como a forma específica de conceber, produzir e legitimar as experiências das crianças. Assim, falamos em infâncias no plural, pois elas são vividas de modo muito diverso. Ser criança não implica em ter que vivenciar um único tipo de infância. As crianças, por serem crianças, não estão condicionadas as mesmas experiências. (BRASIL, 2009, p.22).

A infância não é vista apenas como uma etapa da vida ou um momento do desenvolvimento das pessoas em uma determinada faixa etária, que precisa ser superada e se encerra com a juventude. Ela deixa marcas que permanecem ao longo da vida e constituem os seres humanos, marcando um jeito de ser e estar no mundo. Como experiência, a infância não é vivida da mesma maneira por todas as crianças, já que elas são diferentes entre si e vivem em contextos sociais e culturais diferentes e são marcadas pelo pertencimento de classe social, etnia, gênero.

Uma concepção de infância plural, que percebe as crianças como sujeitos ativos, que participam e intervêm no meio, entende que através de suas ações as crianças reelaboram, recriam e agem sobre o mundo e que seus processos de interação envolvem o criar e o transformar. Pela brincadeira, as crianças

incorporam os elementos do mundo em que vivem, ao mesmo tempo em que agem sobre eles e estabelecem relações sociais e aprendizagens.

Na elaboração da proposta pedagógica, é importante destacar a diferença entre crianças e alunos, uma vez que frequentemente essas palavras são compreendidas como sinônimas. Muitas vezes, ao ingressarem na escola, as crianças passam a ser vistas apenas como alunos, porém é preciso ter clareza que as crianças têm direitos a serem garantidos, que são os de se desenvolver e aprender por meio da experiência peculiar de viverem suas infâncias.

Nessa perspectiva, o Referencial Curricular Gaúcho compreende que a criança é o centro do planejamento curricular, sujeito de direitos que se desenvolve nas interações, relações e práticas cotidianas, com singularidades próprias. O brincar, como linguagem própria da infância, assim como o cuidado e as experiências diversas com os saberes dos diferentes campos, oportunizam o desenvolvimento integral e saudável das crianças.

6.3 Categorias da Ação Pedagógica: Tempo, Espaço, Materiais, Organização de grupo e Intervenção do professor

As DCNEI (2010) e a BNCC (2017) indicam que as interações e a brincadeira devem estar no centro das práticas educativas desenvolvidas nas escolas da infância, o que significa considerar e valorizar as ações dos bebês e das crianças bem pequenas e pequenas e articulá-las às propostas planejadas pelo professor. Entende-se que a aprendizagem se dá pela experiência e não pela transmissão de informação.

Organizar as experiências que acontecem no cotidiano da escola é responsabilidade do professor, mediante um planejamento elaborado a partir de quatro componentes: tempo, espaço, materiais e grupo. Esses elementos, assim como o tipo de intervenção do professor, podem ser considerados como as grandes categorias da Pedagogia da Infância. Tal maneira de considerar o planejamento docente favorece que se desenvolvam propostas menos fragmentadas e condições mais orgânicas e concretas para as crianças viverem suas infâncias na coletividade e terem seu direito de aprender garantido.

O planejamento consiste em organizar as condições que promovam as aprendizagens das crianças e uma possibilidade de organizar tais condições é considerar as duas modalidades coincidentes de planejar: o contexto e a sessão.

Planejar o contexto significa fazer um esboço mais amplo sobre a gestão do tempo, sobre a organização dos espaços, sobre a oferta dos materiais e sobre os arranjos dos grupos, criando ambientes satisfatórios para que as atividades cotidianas sejam percebidas como ocasiões privilegiadas em que as crianças estabelecem relações diretas com os adultos e aprendem conteúdos importantes para a construção da sua autonomia e do seu bem-estar.

Já a sessão refere-se ao momento intencionalmente pensado para as atuações das crianças contemplando os elementos: tempos, espaços, materiais, grupos de crianças, permeados pelas intervenções do professor.

Ao planejar uma sessão para as crianças, a organização do contexto poderá até sugerir as produções das crianças, porém ela não definirá as narrativas que irão acontecer, pois essas vão depender das condições e possibilidades oferecidas pelo professor através da organização do espaço, da oferta dos materiais e da gestão do tempo investido para cada sessão. O tempo, o espaço e os materiais são planejados pelo professor, que possui razões claras para a escolha e a organização dos mesmos. Nesse sentido, o papel do professor é o de ser mediador, oportunizando momentos significativos de experiências e de aprendizagens. O professor intervém nas experiências e situações vividas pelas crianças ao organizar os espaços, definir os tempos, dispor os materiais e eleger o grupo de crianças que estarão envolvidas nas narrativas, mediando encontros, descobertas e aprendizagens.

É pela brincadeira que as crianças se relacionam umas com as outras, elaboram hipóteses para as questões que lhe são importantes, criam e participam de situações reais e imaginárias, investigam o mundo, aprendem, etc. A brincadeira, por excelência, é a linguagem das crianças e é na ação de brincar que as crianças mostram em que estão interessadas. Ao observar de maneira atenta e sensível a brincadeira das crianças, o professor terá elementos para planejar sua intervenção, organizando ambientes e condições para garantir e ampliar a brincadeira e as aprendizagens das crianças.

Por isso, o professor precisa estar convencido e ter conhecimento de que a brincadeira é fundamental na construção das identidades e do pensamento das crianças, portanto, eixo estruturante de todas as práticas pedagógicas e do currículo da Educação Infantil (DCNEI 2010). Na brincadeira, as crianças exploram as possibilidades e limites de seu próprio corpo através dos movimentos e experimentam objetos e materiais, conhecendo-os, comparando-os e organizando-os. Este é o princípio da aprendizagem pela investigação e pela experiência, e é experimentando os materiais e os espaços, em relação com seus pares e com os adultos, que os bebês, as crianças bem pequenas e as crianças pequenas descobrem e aprendem. Portanto, a oferta diversificada de materiais, objetos e brinquedos estruturados e não estruturados, confeccionados com materiais artificiais e naturais, que ofereçam aos bebês e às crianças bem pequenas e pequenas a possibilidade de conhecer a materialidade real dos objetos (como peso, cor, textura, gosto, temperatura, cheiro, etc) são um aspecto importante do planejamento do professor.

Da mesma maneira, organizar os espaços para brincar e para viver o cotidiano na escola da infância é uma importante ação do professor, já que o espaço é revelador de uma concepção de crianças e infâncias e pode ser considerado o parceiro pedagógico do professor, na medida em que possibilita que os bebês, as crianças bem pequenas e as crianças pequenas participem da organização dos mesmos e por eles circulem com autonomia, segurança e sejam desafiadas a ampliar suas aprendizagens e seu desenvolvimento.

Os espaços externos também precisam ser planejados para garantir as aprendizagens essenciais a que os bebês, as crianças bem pequenas e as crianças pequenas têm direito nessa etapa educativa. É imprescindível garantir o desemparedamento da infância, organizando as condições para que, diariamente e por um tempo amplo, os bebês e as crianças bem pequenas e pequenas possam brincar ao ar livre, em contato com a natureza e com elementos como terra, água, pedras, areia, plantas, pequenos animais. Ao brincarem nos pátios, as crianças vivem experiências com as mais diversas linguagens - oral, social, corporal, entre outras - construindo aprendizagens complexas e de cuidado e admiração em relação à natureza. Planejar pátios ricos de possibilidades, que instiguem a curiosidade, promovam a convivência,

a brincadeira e o movimento, proporcionem a exploração dos sentidos e da observação, com elementos e recantos variados, compõe a proposta pedagógica da escola e o planejamento do professor.

A organização do tempo é outro aspecto fundamental do planejamento docente. Todos os dias, os bebês e as crianças bem pequenas e pequenas passam importantes períodos de tempo na escola, em que vivem atividades cotidianas que deixam marcas temporais. Além disso, as atividades que são realizadas diariamente como alimentar-se, vestir-se, limpar-se, dormir ou repousar podem significar situações em que as crianças se relacionam diretamente com os adultos e constroem aprendizagens para a constituição de sua autonomia e bem-estar. Respeitar o tempo das crianças e acolher sua participação nestes momentos é essencial. Priorizar o tempo para a brincadeira e as interações e para a realização das atividades cotidianas pelas crianças e com elas significa reconsiderar e planejar a maneira como são organizados os contextos, de modo que sejam favoráveis para as aprendizagens.

Ainda é muito importante que sejam oferecidas aos bebês e às crianças bem pequenas e pequenas múltiplas possibilidades de se relacionar e brincar com as múltiplas linguagens, relacionando aos conhecimentos que já possuem os conhecimentos dos diferentes Campos de Experiências. Por isso, organizações curriculares que não consideram a integralidade do desenvolvimento das crianças, desvinculadas da realidade cultural e social nas quais as crianças estão inseridas ou ainda preparatórias e mecânicas não devem compor o currículo da Educação Infantil. Tais práticas educacionais, como as que se organizam a partir de áreas de conhecimento compartimentadas, datas comemorativas descontextualizadas, rotinas padronizadas, não consideram a complexidade das ações e interações presentes no cotidiano da escola da infância. Ao planejar as ações pedagógicas, é preciso sempre ter em conta e refletir sobre as concepções de educação, conhecimento, infâncias e crianças, para reorientar as escolhas realizadas.

As práticas pedagógicas que consideram os bebês, as crianças bem pequenas e as crianças pequenas como sujeitos de sua aprendizagem e desenvolvimento fundamentam-se na escuta e na observação sensível e interessada do professor, cujos registros sustentam a reflexão sobre as próprias

práticas e as retroalimentam, conferindo intencionalidade às propostas. Dessa maneira, os bebês e as crianças terão assegurados seus direitos de conviver, brincar, participar, explorar, expressar-se e conhecer-se, expressos nas DCNEI e na BNCC.

6.4 Diversidade, inclusão e equidade

Cada criança é um sujeito único com especificidades próprias que precisam ser reconhecidas e valorizadas pelos educadores para promover seu desenvolvimento integral. A diversidade se apresenta tanto nas características físicas quanto nas psíquicas, sociais, culturais e biológicas compondo a riqueza e a singularidade de cada sujeito, família, cultura. No entanto, muitas vezes, a diversidade é vista como ponto de partida para as desigualdades, gerando exclusão e desvalorização de modos de ser ou estar que não são considerados homogêneos ou normais. Com a consolidação das legislações que afirmam os direitos das crianças, entre eles o direito à educação desde a Educação Infantil, é preciso pensar em como garantir uma experiência educativa que, ao mesmo tempo, seja coletiva e universal, assim como considere as singularidades e a individualidade de cada criança. De acordo com o documento *Práticas Cotidianas na Educação Infantil: bases para a reflexão sobre as orientações curriculares*:

As pedagogias contemporâneas procuram compreender a diversidade dos sujeitos não como uma falha, mas como uma riqueza, e defendem a inclusão das singularidades. São pedagogias que afirmam a abertura ao novo como forma de reinvenção do espaço escolar. Assim, é importante garantir nos estabelecimentos de educação infantil, com adultos e crianças pequenas que aí convivem, uma postura de celebrar a diversidade das crianças, das famílias e das comunidades. Ou seja, favorecer relações participativas e coerentes entre o ambiente da escola e os que nela vivem. (BRASIL, 2009, p. 61).

As interações e a brincadeira dão sustentabilidade à inclusão da diversidade quando são proporcionadas práticas educativas que promovam a participação efetiva de todas as crianças. Por isso, é importante que as práticas pedagógicas favoreçam experiências de aprendizagem com a participação das crianças, que integrem atenção e respeito às particularidades de cada criança e de seus modos de se relacionar e dar sentido ao mundo. Quando a escola opta por educar em coletividade, permitindo que as crianças tenham autonomia para

fazer algumas escolhas, com solidariedade e respeito aos outros, também realiza a inclusão de um modo orgânico. (BRASIL, 2009, p.61).

Através dessas práticas, as crianças desenvolvem valores essenciais para sua formação cidadã, como o de respeitar e valorizar todas as pessoas, independente de raça, religião, cultura, condição econômica ou das limitações por deficiência. Nessas experiências, as crianças aprendem a considerar o outro como pessoa, tratando-o com dignidade, independente de sua condição bio-psico-social. Portanto, na Educação Infantil, etapa em que as crianças constroem pertencimento e identidade individual e coletiva, a aproximação com as diferentes manifestações culturais regionais e locais, próprias das famílias e da comunidade que fazem parte da escola, precisam ser valorizadas e compartilhadas nas práticas cotidianas e na organização dos currículos.

A atenção acolhedora à diversidade também se refere às crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Nos processos inclusivos, é preciso considerar as necessidades individuais para que sejam promovidas intervenções educativas capazes de garantir a equidade no acesso aos direitos de aprendizagem, como a comunicação alternativa (LIBRAS para crianças com surdez, pranchas de comunicação para crianças com paralisia cerebral), entre outros materiais e equipamentos que atendam as especificidades e auxiliem na aprendizagem e no desenvolvimento das crianças com deficiência.

A escola deve proporcionar um ambiente que acolha a diversidade para que as crianças e as famílias sintam-se apoiadas e respeitadas. As atividades precisam ser pensadas de forma a proporcionar a participação de todos, de forma cooperativa e colaborativa. Os espaços físicos das escolas também precisam ser planejados ou adaptados, contemplando rampas e construções/adequações de banheiros e portas para a passagem de cadeira de rodas, eliminando barreiras que impeçam à criança com deficiência de estar inserida em todos os ambientes da escola.

No contexto da valorização da diversidade, se assegura que todos possam compartilhar espaços de aprendizagem, de interação e de cooperação, no qual educadores, crianças, adultos e famílias possam conviver com semelhanças e diferenças e aprendam a respeitar e valorizar as diferenças. Para

tanto, é necessário pensar propostas curriculares contextualizadas, que reconheçam e valorizem as crianças em suas peculiaridades de etnia, de gênero e de cultura, para que aprendam a valorizar o multiculturalismo existente no nosso país, estado e municípios. Práticas pedagógicas que reconheçam as diferenças são capazes de transformar a realidade social da exclusão, pois possibilitam a construção de identidades, autoestima, autorreconhecimento, processos indispensáveis para a formação cidadã. Quando afirmamos que a criança é um cidadão de direitos, estamos considerando a sua história, sua origem, sua cultura, suas potencialidades e limitações e o meio social em que vive.

As experiências que as crianças vivenciam são retratadas em suas brincadeiras, desta forma, o brincar de crianças dos diversos meios sociais e culturais deve ser acolhido, considerado e valorizado nas práticas pedagógicas da Educação Infantil.

7. OS PROCESSOS DE ACOLHIMENTO E TRANSIÇÃO DE BEBÊS, CRIANÇAS BEM PEQUENAS E CRIANÇAS PEQUENAS

Na Educação Infantil, há diferentes transições a serem consideradas, como os processos transitórios de casa para instituição de Educação Infantil, transições no interior da instituição, transição Creche/Pré-escola e transição Pré-escola/Ensino Fundamental. Considerar o ingresso de bebês e crianças na Educação Infantil demanda um processo de acolhimento e adaptação que envolve as próprias crianças, as famílias e os profissionais da escola. Assim como deve prever ações de transição e acolhimento para a entrada das crianças no Ensino Fundamental.

A adaptação ocorre sempre que a criança se depara com uma nova etapa ou um novo ambiente educativo, podendo ser em relação à mudança de escola, de turma, de professor referência ou mesmo entre os diferentes momentos da jornada diária. Na Educação Infantil, o novo por vezes gera insegurança, visto que os bebês e as crianças, que vivem exclusivamente em seus contextos familiares, deparam-se com a diversidade presente em um ambiente coletivo, com um funcionamento diferente do habitual em seus lares, passando a

participar de atividades incomuns ao seu cotidiano e a conviver com adultos e crianças inicialmente estranhos.

Entende-se, então, que a adaptação é considerada como um momento de transição, tendo em vista que, de maneira gradativa, a criança vai criando vínculos com professores e outros adultos, com outras crianças e com o meio. Esse período demanda sensibilidade e olhar atento do professor e demais profissionais da instituição, de modo que as necessidades das crianças sejam atendidas.

A adaptação na Educação Infantil precisa ser compreendida na perspectiva do acolhimento como princípio norteador para o trabalho educativo. A organização do ambiente precisa ser pensada para acolher e motivar as aprendizagens das crianças; as rotinas e as jornadas diárias precisam acolher as experiências dos bebês e das crianças, dando-lhes o tempo necessário para brincar e explorar; o período de adaptação precisa acolher as crianças e suas famílias e levar em conta as emoções que surgem neste período e depois dele.

Não há contradição entre acolhimento e ação educativa, pois, acolher significa valorizar as manifestações das crianças e reconhecê-las como experiências reais, capazes de levá-las à construção de aprendizagens e de vínculos significativos.

Um dos elementos facilitadores para esse processo de adaptação são as propostas educativas, que, geralmente, priorizam uma organização peculiar dos espaços, dos tempos e da própria rotina cotidiana, ou seja, do ambiente compreendido numa dimensão que abrange tanto os espaços físicos quanto as relações que neles se estabelecem.

Assim compreendidos, os ambientes precisam ser planejados para acolher as atividades lúdicas, para oportunizar que as crianças realizem ações com autonomia, fazendo surgir situações interessantes, relações que permitem bem-estar, contextos que promovam a riqueza da brincadeira e a construção de vínculos entre as crianças e o professor.

O processo de transição das crianças que passam da Educação Infantil para o Ensino Fundamental não se restringe a uma simples transferência de ritos

e propostas da Educação Infantil para o 1º ano do Ensino Fundamental, pois existem especificidades a serem consideradas em cada etapa.

É necessário refletir sobre um currículo voltado para a integração e a continuidade dos processos de aprendizagem das crianças entre as etapas, tendo como ênfase o acolhimento afetivo e a continuidade das aprendizagens realizadas pelas crianças na Educação Infantil, sem adotar práticas preparatórias ou antecipar processos de aprendizagem específicos da etapa seguinte, mas garantir as especificidades de cada momento do percurso educativo das crianças.

As DCNEB reafirmam que:

Art. 11. Na transição para o Ensino Fundamental a proposta pedagógica deve prever formas para garantir a continuidade no processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, respeitando as especificidades etárias, sem antecipação de conteúdos que serão trabalhados no Ensino Fundamental. (DCNEB, 2013, p. 100).

Ao planejar a transição das crianças para o Ensino Fundamental, é preciso conhecer a trajetória educativa realizada na Educação Infantil, buscando informações contidas em relatórios, portfólios ou outros registros que documentem e evidenciem o desenvolvimento e as aprendizagens das crianças, bem como organizar visitas, compartilhar materiais e diálogos entre os professores das duas etapas, buscando evitar a fragmentação e a descontinuidade do trabalho pedagógico.

Envolver diretamente as crianças e o contexto familiar em ações de transição como visitas, reuniões, conversas, entrevistas, entre outras, são estratégias de acolhimento e adaptação que apoiarão as crianças a superarem os desafios da transição.

A BNCC afirma a necessidade de que as propostas pedagógicas garantam os direitos das crianças, tanto na Educação Infantil quanto no Ensino Fundamental. A infância não se encerra quando as crianças completam 6 anos e ingressam na etapa seguinte, mas continua ao longo dos primeiros anos do Ensino Fundamental.

Considerando os Direitos e os Objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, tanto a BNCC quanto o Referencial Curricular Gaúcho apresentam uma síntese das aprendizagens que são esperadas em cada Campo de Experiências, ao longo de toda a Educação Infantil, como um elemento balizador e indicativo para o planejamento das ações educativas desenvolvidas na escola da infância, a serem ampliadas e aprofundadas no Ensino Fundamental, jamais sendo utilizada como requisitos para o acesso ao Ensino Fundamental.

8. CONTEXTOS FAMILIARES

As pessoas que representam o contexto familiar das crianças precisam garantir a educação e o cuidado (material, cognitivo e afetivo), referência na construção das primeiras formas de significar o mundo e dos primeiros conhecimentos e saberes, que seguirão com elas ao longo da vida. A escola precisa buscar o estabelecimento de vínculos de confiança com as famílias, compartilhando valores e práticas de educação e cuidado para uma ação de complementaridade educativa.

Existem muitas e diversas formas de configurações familiares e, além dos pais, outros adultos podem ser responsáveis e importantes na vida das crianças, como os avós, tios, padrinhos e irmãos mais velhos que são referências de afeto e de pertencimento para as crianças. Por isso, reconhecer e acolher as diferentes organizações familiares e estabelecer vínculos é essencial.

Na Educação Infantil, a relação com o contexto familiar tem início antes mesmo da chegada das crianças à escola, desde o primeiro momento em que as famílias procuram a escola com a demanda do atendimento de seus filhos. A maneira como a escola acolhe e recebe as famílias desde o começo revela as concepções de criança, educação, infância, aprendizagem e desenvolvimento que fundamentam o trabalho educativo, assim como apresenta e valoriza a escola na comunidade.

Essas concepções se efetivam em ações pautadas pelo diálogo, pela escuta, pelo compartilhamento, pela atenção às emoções e sentimentos das famílias e pelo respeito ao ponto de vista do outro.

As DCNEB (2013) apontam a necessidade de um atendimento aos direitos da criança na sua integralidade, o que requer das instituições, na organização de sua proposta pedagógica e curricular, assegurar espaços e tempos para a participação, o diálogo e a escuta das famílias, bem como o respeito e a valorização das diferentes culturas e formas em que elas se organizam.

Com o objetivo de enriquecer as experiências cotidianas das crianças, é preciso planejar ações e projetos educacionais de integração e de participação das famílias na instituição. Essa parceria promove vínculos que favorecem um

clima de respeito mútuo, confiabilidade e trabalho colaborativo, fundamental para o sucesso da educação das crianças.

Pais ou responsáveis e educadores necessitam ser grandes parceiros na caminhada de formação integral das crianças. A valorização da participação e da diversidade cultural das famílias também promove a construção de relações positivas de pertencimento e identidade e qualifica a proposta pedagógica, articulando os dois contextos de desenvolvimento das crianças – escola e família.

9. A AVALIAÇÃO NA E DA EDUCAÇÃO INFANTIL

A avaliação, como importante instrumento de reflexão e de (re)orientação das práticas pedagógicas, precisa ser pensada nas duas dimensões que a compõem: a avaliação na Educação Infantil e a avaliação da Educação Infantil.

A avaliação na Educação Infantil toma como foco do processo avaliativo as próprias crianças, a partir da concepção de que avaliar é acompanhar e registrar a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças nos contextos nos quais elas estão inseridas, a partir de um olhar teórico-reflexivo sobre as manifestações sucessivas e gradativas das crianças, respeitando suas individualidades.

A LDBEN (1996), no Art. 31, preconiza que: “a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao Ensino Fundamental”. Nessa perspectiva, a avaliação na Educação Infantil não assume o fim de seleção ou de classificação ou ainda de comparação entre as crianças. A avaliação será sempre da criança em relação a ela mesma e não comparativamente com as outras crianças. Cabe ressaltar que práticas de verificação da aprendizagem, tais como diagnósticos, perfis de entrada e saída e provinhas para as crianças na Educação Infantil são inapropriadas e não devem compor a avaliação nessa etapa educativa.

Portanto, na Educação Infantil, a avaliação se efetiva pela necessidade de se criar procedimentos de acompanhamento e registro das aprendizagens e do desenvolvimento das crianças, conforme estabelecido nas DCNEI (2009), de modo a garantir:

I – a observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano; II – utilização de múltiplos registros realizados por adultos e crianças (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns etc.); III – a continuidade dos processos de aprendizagens por meio da criação de estratégias adequadas aos diferentes momentos de transição vividos pela criança (transição casa/instituição de Educação Infantil, transições no interior da instituição, transição creche/pré-escola e transição pré-escola/Ensino Fundamental); IV – documentação específica que permita às famílias conhecer o trabalho da instituição junto às crianças e os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança na Educação Infantil; V – a não retenção das crianças na Educação Infantil.

Os registros são tidos como formas de documentar todo o processo, sendo constitutivos da ação educativa. O processo avaliativo precisa buscar a articulação com as famílias e assegurar “documentação específica que permita às famílias conhecer o trabalho da instituição junto às crianças e os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança”. (DCNEI 2009), a fim de que as famílias acompanhem e participem dos processos educativos das crianças junto aos educadores, realizando trocas e apontando caminhos para novas estratégias e ações.

Por isso, observar, registrar e refletir são condições importantes para qualificar a avaliação. A observação das crianças pelo professor precisa ser atenta, curiosa e investigativa, evidenciando os modos concretos e singulares com que elas se expressam, se relacionam, brincam, aprendem, agem.

Avaliar é um exercício de conhecer melhor cada criança, sua individualidade, suas preferências, suas maneiras particulares de se relacionar com as diferentes situações que vivencia, com um sentido de investigação e não de julgamento. O modo de avaliar também revela a identidade e as concepções do professor e implica ética, zelo, respeito e atenção para com as crianças.

O processo avaliativo, observa, narra, interpreta, reflete e comunica os processos educativos que se desenvolvem na escola e respeita, valoriza e confia nas crianças. A avaliação proporciona um diálogo entre a escola, os adultos, o contexto familiar e a comunidade, apoia a vida das crianças na escola e cria memórias da vida individual de cada criança e do grupo de crianças; constitui material pedagógico para a reflexão sobre o processo educativo, como base para a discussão, ressignificação e avaliação de práticas.

Não é possível avaliar apenas a aprendizagem sem considerar o contexto que se criou para que a aprendizagem acontecesse. Ao se observar e registrar os processos educativos das crianças, observa-se na mesma medida a oferta educacional.

A avaliação precisa buscar elementos tanto para a elaboração de relatórios e pareceres avaliativos das crianças como para repensar o fazer educativo do professor e da instituição. As formas e instrumentos de registro podem ser os mais variados e o fundamental é que permitam captar a

singularidade de cada criança na relação com as experiências vividas, com outras crianças e com os educadores.

A avaliação nessa etapa tem como foco as próprias instituições e as práticas educativas que ali se realizam, em busca da melhoria da qualidade dos serviços ofertados às crianças e às suas famílias nesses contextos. Conforme as DCNEB (2013), a avaliação é um importante instrumento de reflexão sobre a prática pedagógica na busca de melhores caminhos para orientar as aprendizagens das crianças.

A avaliação da Educação Infantil está aliada ao planejamento e constitui uma oportunidade às instituições reverem suas práticas e buscarem avanços em sua proposta pedagógica. Nesse sentido, a avaliação da realidade educativa que é oferecida às crianças e ao contexto familiar possibilita o aperfeiçoamento de todos, destacando os acertos e as dificuldades para buscar mudanças e formas mais adequadas de realização do trabalho.

A avaliação envolve um percurso formador, envolvendo as concepções que norteiam as práticas e a possibilidade de contemplar e comprometer os educadores e as famílias nos processos educativos. Constitui uma prática contínua de observação, registro, reflexão e intervenção no espaço educativo, implicando o questionamento e a retomada de aspectos como ações, rotinas, decisões, recursos, espaços, bem como os modos com que são utilizados, articulados aos objetivos e aos princípios norteadores da Educação Infantil.

A avaliação deverá sempre acompanhar o processo educativo, com caráter processual e não classificatório. É fundamental não se perder de vista os dois focos da avaliação na Educação Infantil: a instituição e seu trabalho pedagógico planejado e realizado, assim como os processos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças. Somente na articulação entre os dois focos que se constroem processos avaliativos mais contextualizados e se efetiva o aprimoramento do trabalho educativo.

Portanto, implementar a avaliação na e da Educação Infantil em sintonia com a legislação e com as concepções de crianças e infâncias que tais documentos expressam, revela a sensibilidade e a responsabilidade do professor com o percurso educativo de cada criança e com seus direitos e, ainda,

com a valorização da própria profissão e com a proposta educativa da instituição em que atua, assim possibilitando aprendizagens significativas para as crianças.

10. DIREITOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO E CAMPOS DE EXPERIÊNCIAS NO REFERENCIAL CURRICULAR GAÚCHO

Na Educação Infantil, as interações e a brincadeira compõem o eixo estruturante das propostas pedagógicas, assegurando às crianças os direitos de conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. Os seis Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento, de acordo com a BNCC,

(...) asseguram as condições para que as crianças aprendam em situações nas quais possam desempenhar um papel ativo em ambientes que as convidem a vivenciar desafios e a sentirem-se provocadas a resolvê-los, nas quais possam construir significados sobre si, os outros e o mundo social e natural. (BNCC, 2017, p. 35).

Os Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento fundamentam-se nos princípios éticos, políticos e estéticos estabelecidos pelas DCNEI, que orientam as propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil de todo o país. São eles:

CONVIVER com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas.

BRINCAR de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos) de forma a ampliar e diversificar suas possibilidades de acesso a produções culturais. A participação e as transformações introduzidas pelas crianças nas brincadeiras devem ser valorizadas, tendo em vista o estímulo ao desenvolvimento de seus conhecimentos, sua imaginação, criatividade, experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais.

PARTICIPAR ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das

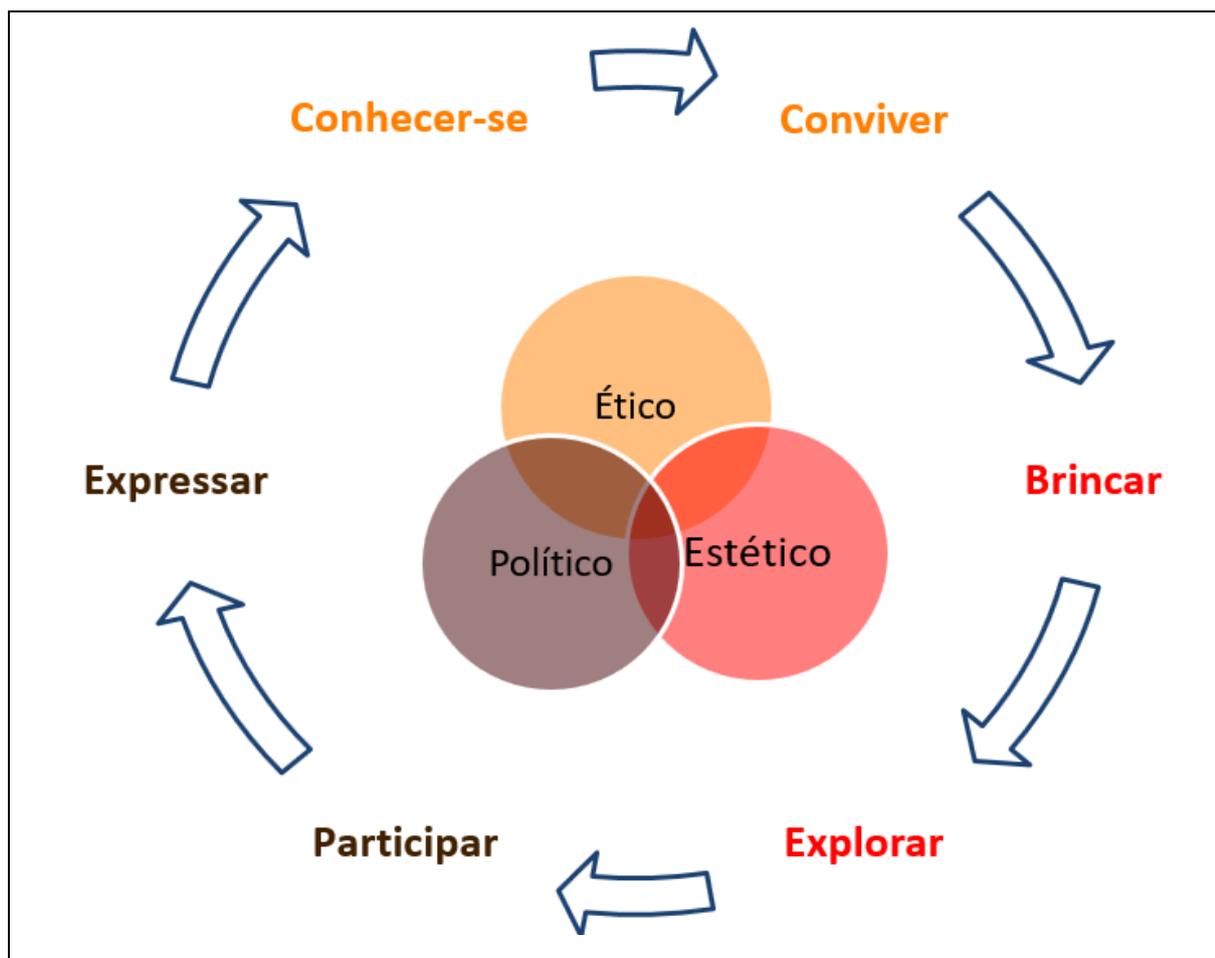
brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando.

EXPLORAR movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura em suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia.

EXPRESSAR, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens.

CONHECER-SE e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário.

A figura abaixo ilustra a inter-relação entre os seis Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento e os princípios orientadores da Educação Infantil:



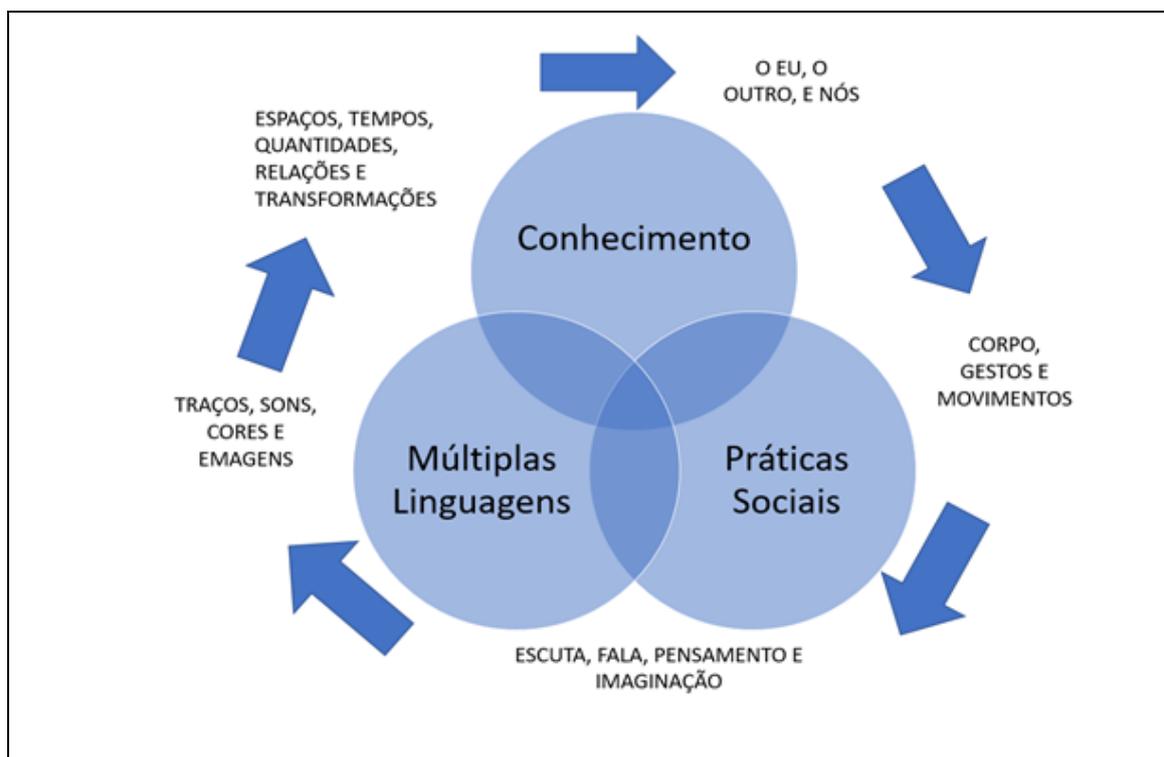
Adaptado do Movimento pela Base

A concepção de uma criança ativa e capaz, com direitos e desejos, sujeito que observa, questiona, levanta hipóteses, constrói e se apropria de conhecimentos por meio da ação e nas interações com o mundo físico e social convoca a refletir e a modificar as formas tradicionais de planejar e desenvolver as práticas pedagógicas, diferenciando-se da estrutura baseada em áreas do conhecimento, mais familiar aos currículos efetivados no Ensino Fundamental e Médio.

A BNCC, de modo a orientar os Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) das instituições de Educação Infantil, propõe que nos Campos de Experiências as crianças tenham garantidos os seis Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento mediadores de significativas aprendizagens. Estes Direitos são retomados em cada Campo de Experiências e são a referência para a elaboração de objetivos de aprendizagem e desenvolvimento e para o planejamento do professor.

A estruturação curricular da Educação Infantil está organizada em cinco Campos de Experiências, conforme proposto na BNCC (2017). Os Campos de Experiências constituem um arranjo curricular que acolhe as situações e experiências concretas de vida das crianças e seus saberes, os diversos contextos das culturas locais e regionais e articula-os aos conhecimentos que fazem parte do patrimônio que a humanidade produziu. Na ideia dos Campos de Experiências, reside a articulação das dimensões do conhecimento, das práticas sociais e das múltiplas linguagens.

Na figura abaixo, evidencia-se a relação entre os diferentes Campos de Experiências:



Adaptado do Movimento pela Base

Assim, a organização curricular por Campos de Experiências é fundamentada em uma concepção de criança que age, cria, produz sentidos sobre si e sobre o mundo e aprende nas relações e experiências que vive, de maneira integrada. Portanto, os Campos de Experiências subvertem a lógica disciplinar de estruturar o conhecimento, centrando-se na produção de saberes

das crianças que são sustentados pelas relações e interações. Daí a importância de práticas educativas que valorizam experiências concretas da vida cotidiana.

Desse modo, a proposta curricular do Estado do Rio Grande do Sul para a Educação Infantil organiza-se conforme o estabelecido na BNCC (2017) e nas DCNEI (2009), em seu Art. 3º, onde destaca que:

O currículo da Educação Infantil é concebido como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade. (BRASIL, 2009).

A partir dessas recomendações, é preciso considerar que a aprendizagem tem, como ponto de partida, o que a criança já sabe e o que ela é capaz de fazer. O conceito de experiência reconhece que a imersão das crianças em práticas sociais e culturais criativas e interativas promove significativas aprendizagens criando momentos plenos de afetividade e descobertas. A presença de um professor sensível e atento é fundamental para que as crianças vivam experiências mediadoras de valiosas aprendizagens em que expressem seus desejos e descobertas pelo corpo, gestos e palavras. Cabe ao professor proporcionar experiências ricas, desafiadoras e variadas que possibilitem a cada criança desenvolver seu próprio percurso educativo, que é único e fruto de uma variedade de experiências que as crianças vivenciam na escola. Isso significa que cada criança tem um potencial de desenvolvimento sobre o qual o professor deve atuar.

A organização curricular por Campos de Experiências propõe que as ações pedagógicas sejam desenvolvidas a partir de uma escuta atenta sobre as crianças, colocando em relação aos saberes das crianças e os saberes dos professores, por meio de uma pedagogia relacional, em que o conhecimento é construído na interação entre as crianças, com os adultos e com o mundo.

Nesse sentido, as ações planejadas pelo professor devem ser marcadas pela intencionalidade educativa na organização de experiências que permitam às crianças articular e conhecer a si, o outro, a natureza, a cultura e a produção científica por meio das interações e da brincadeira (BRASIL, 2017). Como orienta a BNCC:

Parte do trabalho do educador é refletir, selecionar, organizar, planejar, mediar e monitorar o conjunto das práticas e interações, garantindo a pluralidade de situações que promovam o desenvolvimento pleno das crianças. (BRASIL, 2017, p. 37).

Pensar um currículo organizado por Campos de Experiências é compreender que esses Campos articulam-se entre si, que não há uma fragmentação ou divisão disciplinar entre os Campos; é reconhecer que as crianças têm em si o desejo de aprender e que o papel do adulto passa por desconstruir algumas práticas tradicionais e enrijecidas e construir novas práticas que possibilitem às crianças dar significado aos diferentes contextos de interação e que possam representar, em suas brincadeiras, diferentes fatos de suas vivências. Em outras palavras, os Campos de Experiências expressam a forma interdisciplinar que os conhecimentos são produzidos.

Os Campos de Experiências podem subsidiar as práticas das crianças isoladamente ou reunindo os objetivos de um ou mais Campos, e envolvem todos os momentos da jornada das crianças na Educação Infantil, incluindo o acolhimento inicial, o momento das refeições, a participação delas no planejamento das atividades, as festividades e encontros com as famílias, as atividades de expressão, investigação, as brincadeiras, realizadas ao longo da jornada diária e semanal das crianças. Dessa maneira, os referidos Campos não são trabalhados apenas em um dia marcado da semana, nem há expectativa de haver uma aula de 45 minutos para o trabalho com um Campo em cada dia ou para que determinado bimestre do ano letivo seja dedicado apenas a um Campo.

É importante destacar que as experiências que perpassam pelos diversos Campos consideram que as crianças estão descobrindo como é estar no mundo, como as coisas funcionam e como podem ser chamadas. Por isso, as práticas sociais e da cultura são aprendizagens que ganham significado e compõem os Campos de Experiências a serem contemplados na organização curricular da escola da infância: as acolhidas e transições diárias, a alimentação, a higiene, o repouso, o convívio com outras crianças e adultos, as brincadeiras e a ampliação de repertórios da cultura por meio da articulação de saberes das crianças com os conhecimentos que a humanidade já sistematizou.

Em conformidade com a BNCC (2017), são cinco os Campos de Experiências para os bebês, as crianças bem pequenas e as crianças pequenas:

- ***O Eu, o Outro e o Nós;***
- ***Corpo, Gestos e Movimentos;***
- ***Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação;***
- ***Traços, Sons, Cores e Formas;***
- ***Espaços, Tempos, Quantidades, Relações e Transformações.***

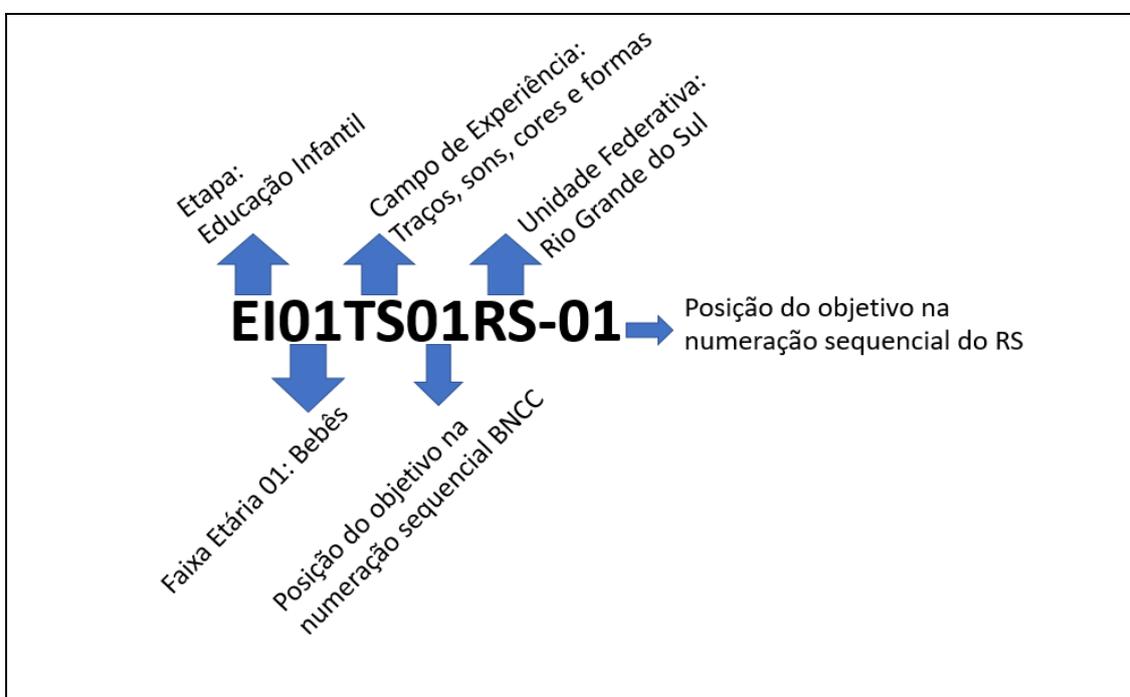
Além de assegurados os Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento e a organização curricular por Campos de Experiências, reconhece-se que cada faixa etária possui especificidades quanto às possibilidades de aprendizagem e às características do desenvolvimento das crianças. É importante destacar que os grupos etários estabelecidos na BNCC (2017) não devem ser considerados de forma rígida, pois as crianças se desenvolvem e aprendem de acordo com ritmos próprios que precisam ser observados nas práticas pedagógicas. Assim, a BNCC define três grupos etários, a partir dos quais constituem-se os Objetivos de aprendizagem e desenvolvimento. São eles:

CRECHE		PRÉ-ESCOLA
BEBÊS	CRIANÇAS BEM PEQUENAS	CRIANÇAS PEQUENAS
0 a 1 ano e 6 meses	1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses	4 anos a 5 anos e 11 meses

FONTE: Base Nacional Comum Curricular, 2017, p. 42

Os Objetivos de aprendizagem e desenvolvimento propostos para cada grupo etário são apresentados nos Campos de Experiências, como subsídios para o planejamento das práticas pedagógicas. Os parâmetros para a organização dos grupos têm como referência a faixa etária e a proposta pedagógica das instituições, observada a legislação vigente.

O Referencial Curricular Gaúcho da Educação Infantil organiza-se de acordo com a BNCC, em que cada objetivo de aprendizagem e desenvolvimento aparece identificado por um código alfanumérico, acrescido do código do objetivo do território gaúcho, com a seguinte composição, como demonstra a figura a seguir:



Fonte: Código Objetivos de Aprendizagem RCG

O esquema acima demonstra como os Objetivos de aprendizagem e desenvolvimento são indicados no documento.

- As duas primeiras letras (EI) indicam a primeira etapa da Educação Básica, a Educação Infantil.

- Os dois primeiros números indicam o grupo por faixa etária, ou seja, 01 = Bebês (zero a 1 ano e 6 meses), 02 = Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses) e 03 = Crianças pequenas (4 anos a 5 anos e 11 meses).

- O segundo par de letras indica um dos Campos de Experiências: EO = O Eu, o Outro e o Nós; CG = Corpo, Gestos e Movimentos; TS = Traços, Sons, Cores e Formas; EF = Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação; ET = Espaços, Tempos, Quantidades, Relações e Transformações.

- Os dois números seguintes indicam a posição do Objetivo na numeração sequencial do Campo de Experiências para cada grupo etário; no entanto a sequência dos códigos alfanuméricos não sugere ordem ou hierarquia entre os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento.

- O terceiro par de letras (RS) indica o Estado do Rio Grande do Sul.

- Os dois últimos números indicam a posição do objetivo na numeração do Campo de Experiências para cada grupo/faixa etária dentro do território gaúcho.

É importante destacar que os Campos de Experiências não são lineares, ou seja, não obedecem a uma ordem de prioridades, mas articulam-se entre si. Ao realizar a leitura dos Objetivos de aprendizagem e desenvolvimento na Educação Infantil, o professor deve atentar para o contínuo das aprendizagens no grupo etário (progressão vertical) e entre os grupos etários (progressão horizontal), preocupando-se com a inter-relação entre os campos, evitando a fragmentação e a descontinuidade do trabalho pedagógico.

A seguir, são apresentados cada um dos Campos de Experiências e seus respectivos Objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, elaborados mediante a participação de professores e profissionais da Educação Infantil de todo o Estado do Rio Grande do Sul, levando-se em conta as especificidades e características dos contextos regionais e locais, de forma a contribuir para a potencialização das práticas pedagógicas nas instituições de Educação Infantil do território gaúcho.

11. CAMPO DE EXPERIÊNCIAS: O EU, O OUTRO E O NÓS (EO)

Este Campo destaca experiências que possibilitam às crianças, nas experiências com outras crianças e adultos, viverem situações de atenção social e outras práticas sociais. Por meio dessas práticas, elas aprendem a se perceber

como um EU, alguém que tem características e desejos e a considerar seus parceiros como outros que também têm seus desejos e interesses próprios e, assim, tomar consciência de um nós. Interações positivas ajudam as crianças a estabelecer atitudes de confiança e amizade.

É necessário perceber que a constituição da criança, como um sujeito social, se dá pela sua interação e/ou vivência coletiva, ampliando o modo como a criança percebe a si e aos outros, compreendendo-se inserida em um grupo que reconhece e respeita as singularidades e diferenças que constituem cada um de nós como um sujeito único, mas, ao mesmo tempo, pertencente a um grupo social.

Na definição do Campo de Experiências, O Eu, o Outro e o Nós (EO), o Referencial Curricular Gaúcho, de acordo com a BNCC (2017)⁵, compreende que os direitos da criança precisam ser assegurados desde a organização dos ambientes educativos, do espaço e do tempo, de modo a promover oportunidades de se conhecer e se relacionar, autonomamente. Diante disso, a construção de identidade - O Eu - pela criança é fundamental para o seu desenvolvimento e acontece durante toda a vida, devendo ser priorizado na Educação Infantil e demanda uma atenção especial no processo educacional. O Campo O Eu, o Outro e o Nós possibilita à criança se relacionar - O Outro - com outras crianças e com adultos e nessa convivência desenvolver formas

⁵O Eu, o Outro e o Nós - É na interação com os pares e com adultos que as crianças vão constituindo um modo próprio de agir, sentir e pensar e vão descobrindo que existem outros modos de vida, pessoas diferentes, com outros pontos de vista. Conforme vivem suas primeiras experiências sociais (na família, na instituição escolar, na coletividade), constroem percepções e questionamentos sobre si e sobre os outros, diferenciando-se e, simultaneamente, identificando-se como seres individuais e sociais. Ao mesmo tempo que participam de relações sociais e de cuidados pessoais, as crianças constroem sua autonomia e senso de autocuidado, de reciprocidade e de interdependência com o meio. Por sua vez, na Educação Infantil, é preciso criar oportunidades para que as crianças entrem em contato com outros grupos sociais e culturais, outros modos de vida, diferentes atitudes, técnicas e rituais de cuidados pessoais e do grupo, costumes, celebrações e narrativas. Nessas experiências, elas podem ampliar o modo de perceber a si mesmas e ao outro, valorizar sua identidade, respeitar os outros e reconhecer as diferenças que nos constituem como seres humanos.(BNCC, 2017, p. 38)

amorosas, afetivas, cooperativas, democráticas ampliando a confiança e a participação da criança nas atividades individuais e coletivas - O Nós.

Esses conceitos ampliam a percepção das crianças para a existência de outros ambientes sociais, outras culturas, lugares, costumes diferentes dos seus, envolvendo noções de equidade, de não discriminação de outros seres humanos e de preservação do nosso planeta.

11.1. Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento no Campo de Experiências O Eu, o Outro e o Nós

CONVIVER com crianças e adultos em pequenos grupos, reconhecendo e respeitando as diferentes identidades e pertencimento étnico-racial, de gênero e religião de seus parceiros.

BRINCAR com diferentes parceiros desenvolvendo sua imaginação e solidariedade.

EXPLORAR diferentes formas de interagir com parceiros diversos em situações variadas, ampliando sua noção de mundo e sua sensibilidade em relação aos outros.

PARTICIPAR ativamente das situações do cotidiano, tanto daquelas ligadas ao cuidado de si e do ambiente, como das relativas às atividades propostas pelo/a professor/a.

EXPRESSAR às outras crianças e/ou adultos suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, oposições.

CONHECER-SE e construir uma identidade pessoal e cultural, valorizando suas características e as das outras crianças e adultos, aprendendo a identificar e combater atitudes preconceituosas e discriminatórias.

11.1.1 Objetivos de Aprendizagem e Desenvolvimento

Os Objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os bebês, as crianças bem pequenas e as crianças pequenas são assim descritos na BNCC (2017) e no Referencial Curricular Gaúcho:

11.1.1.1 Objetivos de Aprendizagem e Desenvolvimento para os Bebês

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO – BNCC	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO – RS
<p>(EI01EO01) Perceber que suas ações têm efeitos nas outras crianças e nos adultos.</p>	<p>(EI01EO01RS-01) Mostrar-se ativa, sem a intervenção constante de um adulto.</p> <p>(EI01EO01RS-02) Envolver-se em jogos simples de dar e receber, lançar objetos no chão e manifestar-se ao recebê-los de volta.</p> <p>(EI01EO01RS-03) Demonstrar interesse em seguir algumas normas em atividades da rotina, participando em contextos de convívio social, como brincar ao lado de outras crianças imitando ou mostrando suas ações.</p>
<p>(EI01EO02) Perceber as possibilidades e os limites de seu corpo nas brincadeiras e interações das quais participa.</p>	<p>(EI01EO02RS-01) Desenvolver a linguagem corporal, a atenção e a curiosidade por tudo que a rodeia.</p> <p>(EI01EO02RS-02) Interessar-se por experimentar novos movimentos ao explorar objetos ou brinquedos conhecidos, como segurar objetos nas mãos e levá-los à altura dos olhos na busca por explorá-los, subir em objetos volumosos, lançar objetos em determinada direção.</p>
<p>(EI01EO03) Interagir com crianças da mesma faixa etária e adultos ao explorar espaços, materiais, objetos, brinquedos.</p>	<p>(EI01EO03RS-01) Experimentar situações do cotidiano em que exista o compartilhamento de materiais, brinquedos e espaços com outras crianças.</p>

	<p>(EI01E003RS-02) Participar de brincadeiras com professores, como esconder e achar, imitando os professores e/ou colegas e encadeando ações simples como derrubar uma torre de blocos ou pegar um caminhão e imitar seu som.</p> <p>(EI01E003RS-03) Interessar-se por brincar de faz-de-conta junto com outras crianças, compartilhando brinquedos e a representação das atividades sociais.</p>
<p>(EI01E004) Comunicar necessidades, desejos e emoções, utilizando gestos, balbucios, palavras.</p>	<p>(EI01E004RS-01) Vivenciar um processo de inserção que respeite o seu tempo e oportunize o seu acolhimento e adaptação.</p> <p>(EI01E004RS-02) Comunicar-se com outros bebês e com adultos, fazendo uso de diferentes formas de comunicação, buscando contato, atenção e prolongamento das situações de interação.</p> <p>(EI01E004RS-03) Usar gestos com a intenção de conseguir algo, apontando o que deseja, colocando a mão na barriga para manifestar que está com fome, apontar para torneira demonstrando sede, apontar para pessoas ou objetos como forma de mostrar reconhecimento.</p> <p>(EI01E004RS-04) Sentir-se confiante nas situações de comunicação e cuidados pessoais com o adulto que escuta, observa e responde aos seus interesses e necessidades.</p>
<p>(EI01E005) Reconhecer seu corpo e expressar suas sensações em momentos de alimentação, higiene, brincadeira e descanso.</p>	<p>(EI01E005RS-01) Desenvolver a autoestima e afetividade no convívio em grupo.</p>

	<p>(EI01EO05RS-02) Construir relações de vínculos profundos e estáveis com os professores, manifestando interesses e necessidades, através de diferentes formas de expressar-se e comunicar-se.</p> <p>(EI01EO05RS-03) Demonstrar prazer na participação em atividades relacionadas à sua alimentação, sono, descanso e higiene.</p>
<p>(EI01EO06) Interagir com outras crianças da mesma faixa etária e adultos, adaptando-se ao convívio social.</p>	<p>(EI01EO06RS-01) Enriquecer os conhecimentos e as vivências na escola e no contato com familiares do seu grupo de convivência.</p> <p>(EI01EO06RS-02) Mostrar interesse pelas ações e expressões de seus colegas ou ter prazer em interagir com os companheiros em situações de brincadeira, buscando compartilhar significados comuns.</p>

11.1.1.2. Objetivos de Aprendizagem e Desenvolvimento para as Crianças bem Pequenas

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO – BNCC	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO – RS
<p>(EI02EO01) Demonstrar atitudes de cuidado e solidariedade na interação com crianças e adultos.</p>	<p>(EI02EO01RS-01) Compartilhar ações e brincadeiras em pequenos grupos, por meio de situações em que pode dividir brinquedos, negociar enredos para as brincadeiras, perceber gestos, sentimentos e ações dos colegas, com outras crianças e adultos.</p>
<p>(EI02EO02) Demonstrar imagem positiva de si e confiança em sua capacidade para enfrentar dificuldades e desafios.</p>	<p>(EI02EO02RS-01) Vivenciar desafios e brincadeiras com o corpo, desenvolvendo noções de bem-estar e autoconfiança.</p> <p>(EI02EO02RS-02) Manusear, nos momentos de refeição, utensílios como colher, garfo e faca, progressivamente, passando a servir-se sozinha, com apoio do adulto.</p> <p>(EI02EO02RS-03) Explorar e reconhecer a própria imagem corporal: no espelho, brincando com luz e sombra, em fotografias e vídeos.</p> <p>(EI02EO02RS-04) Demonstrar satisfação e confiança em suas possibilidades corporais, realizando escolhas e resolvendo desafios nas brincadeiras e interações com outras crianças.</p>
<p>(EI02EO03) Compartilhar os objetos e os espaços com crianças da mesma faixa etária e adultos.</p>	<p>(EI02EO03RS-01) Desenvolver a partilha de brinquedos, objetos e espaços e a convivência com crianças da sua idade, de idades diferentes e adultos.</p>

	<p>(EI02EO03RS-02) Explorar espaços diversos na sala referência, acessando e interagindo com uma diversidade de materiais e propostas que instiguem a descoberta, a interação, o brincar simbólico e a organização em pequenos grupos.</p>
<p>(EI02EO04) Comunicar-se com os colegas e os adultos, buscando compreendê-los e fazendo-se compreender.</p>	<p>(EI02EO04RS-01) Vivenciar momentos diários em que as crianças possam falar e escutar umas às outras - nas rodas de conversa, nos momentos de refeição, nos espaços da sala referência, na brincadeira livre, no pátio, em duplas, trios ou pequenos grupos.</p> <p>(EI02EO04RS-02) Expressar-se, por meio de movimentos corporais, de produções artísticas e de representações ao brincar de faz-de-conta.</p> <p>(EI02EO04RS-03) Relatar situações e fatos vividos, ampliando seu vocabulário e utilizando novas palavras e frases cada vez mais complexas.</p>
<p>(EI02EO05) Perceber que as pessoas têm características físicas diferentes, respeitando essas diferenças.</p>	<p>(EI02EO05RS-01) Participar de festividades e comemorações significativas para as crianças, as famílias e a comunidade local.</p> <p>(EI02EO05RS-02) Identificar algumas características físicas suas e reconhecer diferenças com as de outras crianças.</p> <p>(EI02EO05RS-03) Representar diferentes papéis e imitar ações e comportamentos de outras pessoas nas brincadeiras de faz-de-conta.</p>

	<p>(EI02EO05RS-04) Desenvolver o respeito às individualidades de cada ser humano através do diálogo, interações e brincadeiras.</p>
<p>(EI02EO06) Respeitar regras básicas de convívio social nas interações e brincadeiras.</p>	<p>(EI02EO06RS-01) Participar de passeios no entorno da escola, no bairro e na cidade, para conhecer e ampliar a experiência cultural e social.</p> <p>(EI02EO06RS-02) Explorar e conhecer histórias, brincadeiras, brinquedos e objetos típicos do folclore gaúcho e da cultura local.</p> <p>(EI02EO06RS-03) Explorar e participar, cotidianamente, dos diferentes espaços da escola como refeitório, pátio, biblioteca, praça, assim como de espaços da comunidade local.</p> <p>(EI02EO06RS-04) Perceber e vivenciar gradativamente, regras simples de convívio em espaços diferentes e em momentos de alimentação, cuidados com seu corpo e nas brincadeiras.</p>
<p>(EI02EO07) Resolver conflitos nas interações e brincadeiras, com a orientação de um adulto.</p>	<p>(EI02EO07RS-01) Buscar o auxílio do adulto para resolver situações de conflito nas brincadeiras e em outros momentos do cotidiano.</p> <p>(EI02EO07RS-02) Expressar, reconhecer e falar sobre seus sentimentos, criando estratégias para resolver conflitos com o apoio do adulto.</p>

11.1.1.3 Objetivos de Aprendizagem e Desenvolvimento para as Crianças

Pequenas

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO – BNCC	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO – RS
<p>(EI03EO01) Demonstrar empatia pelos outros, percebendo que as pessoas têm diferentes sentimentos, necessidades e maneiras de pensar e agir.</p>	<p>(EI03EO01RS-01) Perceber as diferentes emoções de cada ser humano, a importância da amizade, da confiança, do respeito à diversidade e gerenciar situações de frustração.</p> <p>(EI03EO01RS-02) Demonstrar interesse em construir novas relações, respeitando a diversidade.</p> <p>(EI03EO01RS-03) Conhecer e reconhecer os integrantes das famílias de seu grupo de convivência, percebendo as diversidades socioculturais, ampliando o conhecimento do outro e da comunidade em que se vive.</p> <p>(EI03EO01RS-04) Demonstrar respeito pelo outro, mostrando-se empático e solidário, expressando seus sentimentos e desejos através da comunicação oral.</p> <p>(EI03EO01RS-05) Engajar-se em decisões coletivas, aceitando a escolha da maioria.</p>

<p>(EI03EO02) Agir de maneira independente, com confiança em suas capacidades, reconhecendo suas conquistas e limitações.</p>	<p>(EI03EO02RS-01) Desenvolver a autonomia nas diversas situações, interagindo em diferentes ambientes e com diferentes pessoas.</p> <p>(EI03EO02RS-02) Relacionar-se com os outros, convivendo com a diversidade, brincando e expressando sentimentos.</p> <p>(EI03EO02RS-03) Respeitar as regras de convivência e diferenças culturais e sociais.</p> <p>(EI03EO02RS-04) Dialogar para a resolução de conflitos e trocas de experiências.</p> <p>(EI03EO02RS-05) Perceber sua capacidade de realizar atividades de vida diária de forma autônoma, como vestir-se, tomar banho, arrumar-se, entre outros, sem o auxílio do adulto, contribuindo para o desenvolvimento da autoconfiança e da autoestima.</p>
<p>(EI03EO03) Ampliar as relações interpessoais, desenvolvendo atitudes de participação e cooperação.</p>	<p>(EI03EO03RS-01) Agir de maneira independente, com confiança em suas capacidades, reconhecendo suas conquistas e limitações.</p> <p>(EI03EO03RS-02) Colocar-se no lugar do outro, compreendendo que cada um tem o seu próprio tempo, as suas habilidades, o seu modo de perceber o mundo e as coisas à sua volta.</p> <p>(EI03EO03RS-03) Ampliar as relações interpessoais, desenvolvendo atitudes de participação e cooperação,</p>

	através de brincadeiras e jogos tradicionais da cultura regional e local.
(EI03EO04) Comunicar suas ideias e sentimentos a pessoas e grupos diversos.	<p>(EI03EO04RS-01) Compreender a importância de respeitar o outro e de também se colocar no lugar dele, percebendo através de brincadeiras que a maneira de pensar e agir é diferente entre as pessoas.</p> <p>(EI03EO04RS-02) Desenvolver relações de amizade, demonstrando sentimento de afeto e valorização das pessoas.</p> <p>(EI03EO04RS-03) Reconhecer diferentes emoções em si mesmo e nos outros.</p>
(EI03EO05) Demonstrar valorização das características de seu corpo e respeitar as características dos outros (crianças e adultos) com os quais convive.	<p>(EI03EO05RS-01) Demonstrar valorização das características de seu corpo e respeitar as características dos outros (crianças e adultos) com os quais convive, incluindo a diversidade étnica do território regional e local.</p> <p>(EI03EO05RS-02) Reconhecer seu corpo e expressar suas sensações em momentos de alimentação, higiene, brincadeiras e descanso.</p>
(EI03EO06) Manifestar interesse e respeito por diferentes culturas e modos de vida.	(EI03EO06RS-01) Expressar ideias e sentimentos sobre a cultura regional a pessoas e grupos diversos.

	<p>(EI03EO06RS-02) Reconhecer pessoas que fazem parte de sua comunidade próxima, conversar com elas (comunidade escolar).</p> <p>(EI03EO06RS-03) Conhecer e se relacionar com crianças e pessoas de outros grupos sociais, seja por meio de situações presenciais ou por outros meios de comunicação.</p> <p>(EI03EO06RS-04) Conhecer-se, construir a sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo assim uma imagem positiva de si e de seu grupo de pertencimento.</p> <p>(EI03EO06RS-05) Valorizar a diversidade cultural regional e local, através do reconhecimento de seus costumes, alimentação e vestuário.</p>
<p>(EI03EO07) Usar estratégias pautadas no respeito mútuo para lidar com conflitos nas interações com crianças e adultos.</p>	<p>(EI03EO07RS-01) Ampliar atitudes de colaboração e partilha na interação com adultos e crianças, buscando soluções para conflitos interpessoais.</p> <p>(EI03EO07RS-02) Usar diferentes estratégias simples e pacíficas ao tentar resolver conflitos com outras crianças, buscando compreender a posição e o sentimento do outro.</p> <p>(EI03EO07RS-03) Usar estratégias para resolver seus conflitos relacionais considerando soluções que satisfaçam ambas as partes.</p>

11.2 CAMPO DE EXPERIÊNCIAS: CORPO, GESTOS E MOVIMENTOS (CG)

Na primeira infância, o corpo é o instrumento expressivo e comunicativo que serve de suporte para o desenvolvimento emocional e mental, sendo essencial na construção de afetos e conhecimentos. Este Campo destaca linguagens que as crianças desde cedo fazem uso e que as orientam em relação ao mundo, como gestos, mímicas, posturas e movimentos expressivos que constituem uma linguagem vital com a qual as crianças expressam emoções, reconhecem sensações, interagem, brincam, ocupam espaços e neles se localizam, construindo conhecimento de si e do mundo. Ainda neste Campo, destaca-se a importância da construção positiva da autoimagem, como um dos pressupostos básicos para o desenvolvimento integral do sujeito.

A criança, na sua integralidade, conhece e explora o mundo por meio da linguagem corporal, sendo manifestada por meio dos gestos, expressão facial, mímicas, deslocamentos espaciais, manipulação e exploração dos objetos, das brincadeiras e da sua cultura, expressando suas vontades e emoções, vivenciando diferentes experiências em relação ao gênero, à etnia ou raça, à classe, à religião e à sexualidade.

Na Educação Infantil, o corpo é o ponto de partida para as interações e a brincadeira, eixo estruturante da ação pedagógica, e o modo pelo qual as crianças podem se apropriar dos sentidos e funções do mundo social e cultural. Ao professor cabe assegurar em suas ações pedagógicas o cuidado físico, o desenvolvimento motor, a ampliação de repertório de gestos, o uso do corpo em diferentes espaços promovendo a emancipação e a liberdade, evitando seu cerceamento em situações individuais e coletivas.

O Referencial Curricular Gaúcho, baseado no conceito do Campo de Experiências apresentado na BNCC (2017)⁶, expressa que o movimento, o gesto e o corpo são manifestações de linguagem, através das quais as crianças se expressam e se apropriam de sua corporeidade, na relação com os outros e com o meio.

11.2.1 Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento no Campo de Experiências Corpo, Gestos e Movimentos

CONVIVER com crianças e adultos experimentando marcas da cultura corporal nos cuidados pessoais, na dança, música, teatro, artes circenses, escuta de histórias e brincadeiras.

BRINCAR utilizando criativamente o repertório da cultura corporal e do movimento.

EXPLORAR amplo repertório de movimentos, gestos, olhares, produção de sons e de mímicas, descobrindo modos de ocupação e de uso do espaço com o corpo.

⁶Com o corpo (por meio dos sentidos, gestos, movimentos impulsivos ou intencionais, coordenados ou espontâneos), as crianças, desde cedo, exploram o mundo, o espaço e os objetos do seu entorno, estabelecem relações, expressam-se, brincam e produzem conhecimentos sobre si, sobre o outro, sobre o universo social e cultural, tornando-se, progressivamente, conscientes dessa corporeidade. Por meio das diferentes linguagens, como a música, a dança, o teatro, as brincadeiras de faz de conta, elas se comunicam e se expressam no entrelaçamento entre corpo, emoção e linguagem. As crianças conhecem e reconhecem as sensações e funções de seu corpo e, com seus gestos e movimentos, identificam suas potencialidades e seus limites, desenvolvendo, ao mesmo tempo, a consciência sobre o que é seguro e o que pode ser um risco à sua integridade física. Na Educação Infantil, o corpo das crianças ganha centralidade, pois ele é o partícipe privilegiado das práticas pedagógicas de cuidado físico, orientadas para a emancipação e a liberdade, e não para a submissão. Assim, a instituição escolar precisa promover oportunidades ricas para que as crianças possam, sempre animadas pelo espírito lúdico e na interação com seus pares, explorar e vivenciar um amplo repertório de movimentos, gestos, olhares, sons e mímicas com o corpo, para descobrir variados modos de ocupação e uso do espaço com o corpo (tais como sentar com apoio, rastejar, engatinhar, escorregar, caminhar apoiando-se em berços, mesas e cordas, saltar, escalar, equilibrar-se, correr, dar cambalhotas, alongar-se etc.). (BNCC, 2017, p. 38-39).

PARTICIPAR de atividades que envolvem práticas corporais, desenvolvendo autonomia para cuidar de si.

EXPRESSAR corporalmente emoções e representações tanto nas relações cotidianas como nas brincadeiras, dramatizações, danças, músicas, contação de histórias.

CONHECER-SE nas diversas oportunidades de interações e explorações com seu corpo.

11.2.2 Objetivos de Aprendizagem e Desenvolvimento

Os Objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os bebês, as crianças bem pequenas e as crianças pequenas são assim descritos na BNCC e no Referencial Curricular Gaúcho:

11.2.2.1 Objetivos de Aprendizagem e Desenvolvimento para os Bebês

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO – BNCC	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO – RS
(EI01CG01) Movimentar as partes do corpo para exprimir corporalmente emoções, necessidades e desejos.	<p>(EI01CG01RS-01) Deslocar seu corpo de forma autônoma no espaço, criando hipóteses e estimulando suas potencialidades, partindo do seu interesse.</p> <p>(EI01CG01RS-02) Brincar livremente, exercendo autonomia de fazer escolhas.</p>
(EI01CG02) Experimentar as possibilidades corporais nas brincadeiras e interações em ambientes acolhedores e desafiantes.	<p>(EI01CG02RS-01) Mover-se e deslocar-se no espaço, apresentando controle e organicidade.</p> <p>(EI01CG02RS-02) Escolher as posições mais adequadas para manipular objetos com tranquilidade ou para estar atenta ao seu entorno.</p>

	<p>(EI01CG02RS-03) Brincar com o próprio corpo, envolvendo-se em brincadeiras de cobrir e descobrir o rosto ou outra parte do corpo, ficar em pé, andar com cada vez mais destreza, subir pequenos degraus e depois descer, de acordo com seu tempo.</p> <p>(EI01CG02RS-04) Imitar movimentos de outros bebês ou adultos nas situações de jogos e brincadeiras; segurar objetos com mãos e pés, passando de uma mão para outra; chutar bola; andar segurando-se em mobiliários; arrastar-se em busca de brinquedos; virar o corpo com intenção de pegar brinquedos; pegar, amassar, empilhar, montar, encaixar, mover, lançar, interagir com objetos de diferentes formas, cores, pesos, texturas, tamanhos.</p> <p>(EI01CG02RS-05) Brincar com água, terra, areia, palha, barro e outros elementos naturais.</p> <p>(EI01CG02RS-06) Brincar de procurar e achar objetos escondidos, de esconder-se e ser encontrado, de entrar e sair de espaços pequenos, como caixas e túneis.</p>
<p>(EI01CG03) Imitar gestos e movimentos de outras crianças, adultos e animais.</p>	<p>(EI01CG03RS-01) Perceber seu corpo em relação ao contexto, encontrando uma postura adequada para determinada ação, de maneira autônoma e espontânea.</p> <p>(EI01CG03RS-02) Brincar imitando professores e/ou colegas, cuidando da boneca, movimentando o caminhão, utilizando seus gestos e movimentos para chamar a atenção do adulto ou dos colegas.</p>

	<p>(EI01CG03RS-03) Dançar com outras crianças ao som de músicas de diferentes gêneros.</p> <p>(EI01CG03RS-04) Acompanhar a narrativa ou leitura de histórias fazendo expressões e gestos para acompanhar a ação de personagens de histórias diversas lidas e/ou contadas pelo adulto.</p>
<p>(EI01CG04) Participar do cuidado do seu corpo e da promoção do seu bem-estar.</p>	<p>(EI01CG04RS-01) Envolver-se de forma ativa e com progressiva autonomia em momentos como troca de fraldas, alimentação e sono, compartilhando com o adulto algumas ações como segurar a mamadeira, buscar seu travesseiro, segurar a fralda no momento da troca.</p> <p>(EI01CG04RS-02) Reconhecer as pessoas que lhe cuidam, solicitando colo ou aconchego ao adulto referência, participando de situações de troca e interação com ele, desenvolvendo atitudes de respeito ao seu corpo e ao do outro.</p> <p>(EI01CG04RS-03) Buscar o adulto quando sente algum desconforto ou desprazer, relacionados à ampliação dos vínculos e expressões de suas necessidades.</p> <p>(EI01CG04RS-04) Sensibilizar-se quando algum colega chora, buscando objetos de conforto para seus colegas ou para si.</p>

<p>(EI01CG05) Utilizar os movimentos de preensão, encaixe e lançamento, ampliando suas possibilidades de manuseio de diferentes materiais e objetos.</p>	<p>(EI01CG05RS-01) Ampliar o repertório, tanto no que diz respeito ao conhecimento de materiais distintos (metal, madeira, plástico, pequeno, grande, frio, quente) como no que se refere ao que fazer com eles (encaixar, desencaixar, rodar, acoplar, desacoplar, empurrar, puxar), além do espaço para imaginar (sons de água, vento, chuva).</p> <p>(EI01CG05RS-02) Utilizar pequenos objetos com coordenação e precisão, como colocar argolas em pinos, encaixar chaves em fechaduras.</p>
---	---

11.2.2.2 Objetivos de Aprendizagem e Desenvolvimento para as Crianças bem

Pequenas

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO – BNCC	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO – RS
<p>(EI02CG01) Apropriar-se de gestos e movimentos de sua cultura no cuidado de si e nos jogos e brincadeiras.</p>	<p>(EI02CG01RS-01) Conhecer as diversas expressões da diversidade cultural regional e da comunidade local, através de jogos, brincadeiras, histórias, músicas, cantigas, danças típicas.</p> <p>(EI02CG01RS-02) Vivenciar práticas de cuidado de si como alimentar-se e vestir-se, além de realizar a higiene pessoal, gradativamente e com o apoio do adulto.</p> <p>(EI02CG01RS-03) Brincar com materiais naturais, tocos, pedras, folhas, água, areia, terra), com utensílios e brinquedos produzidos com materiais reais (chaleiras, panelas, colheres de pau, latas) e típicos da cultura local, aperfeiçoando as habilidades manuais.</p>

<p>(EI02CG02) Deslocar seu corpo no espaço, orientando-se por noções como em frente, atrás, no alto, embaixo, dentro, fora etc., ao se envolver em brincadeiras e atividades de diferentes naturezas.</p>	<p>(EI02CG02RS-01) Brincar em espaços internos e em espaços externos e ao ar livre, em contato com a natureza, diariamente e por um tempo significativo.</p> <p>(EI02CG02RS-02) Explorar desafios oferecidos pelo espaço por meio de movimentos como correr, caminhar, saltar, subir, descer, escalar, rolar, arrastar-se, pendurar-se, equilibrar-se, balançar-se, bem como por meio de brincadeiras de esconder e achar, de percorrer trajetos no ambiente da escola, usando referências como perto, longe, em cima, embaixo, atrás, entre outras.</p>
<p>(EI02CG03) Explorar formas de deslocamento no espaço (pular, saltar, dançar), combinando movimentos e seguindo orientações.</p>	<p>(EI02CG03RS-01) Explorar suas capacidades motoras, por meio de atividades lúdicas e significativas, tanto nas atividades orientadas pelo professor como as de livre escolha.</p> <p>(EI02CG03RS-02) Explorar posturas e movimentos corporais diversos, como mímicas, dramatizações, danças.</p> <p>(EI02CG03RS-03) Utilizar brinquedos estruturados e com regras, assim como não estruturados e que possibilitem o jogo simbólico e a criação de diferentes estratégias e enredos (panos, tocos, potes, cones, caixas, cordas, entre outros).</p> <p>(EI02CG03RS-04) Vivenciar momentos de relaxamento e de movimentação.</p>

<p>(EI02CG04) Demonstrar progressiva independência no cuidado do seu corpo.</p>	<p>(EI02CG04RS-01) Interessar-se pelo cuidado do próprio corpo, solicitando o auxílio do adulto e realizando com progressiva independência os cuidados de atenção pessoal (escovar os dentes, limpar o nariz, limpar-se após usar o banheiro, pentear o cabelo, trocar a roupa, colocar o calçado).</p> <p>(EI02CG04RS-02) Participar dos momentos de refeição, manuseando utensílios como prato, copo, talheres e manifestando preferência por determinados alimentos e interesse por experimentar novos.</p>
<p>(EI02CG05) Desenvolver progressivamente as habilidades manuais, adquirindo controle para desenhar, pintar, rasgar, folhear, entre outros.</p>	<p>(EI02CG05RS-01) Aprimorar a motricidade fina, realizando movimentos manuais, sem caráter de repetição e treinamento, mas considerando a brincadeira e a criatividade das crianças.</p> <p>(EI02CG05RS-02) Descobrir e coordenar movimentos manuais por meio de brincadeiras e ações com objetos diversos e de diferentes materialidades, como carregar, segurar, amassar, rasgar, recortar, modelar, encaixar, empilhar, construir, equilibrar, lançar, pegar.</p> <p>(EI02CG05RS-03) Experimentar suas possibilidades motoras e expressivas por meio de gestos, posturas e ritmos para expressar-se e comunicar-se, ampliando a capacidade de interagir com o meio.</p>

11.2.2.3 Objetivos de Aprendizagem e Desenvolvimento para as Crianças

Pequenas

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO – BNCC	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO – RS
<p>(EI03CG01) Criar com o corpo formas diversificadas de expressão de sentimentos, sensações e emoções, tanto nas situações do cotidiano quanto em brincadeiras, dança, teatro, música.</p>	<p>(EI03CG01RS-01) Desenvolver o domínio corporal na realização de tarefas do cotidiano, com crescente autonomia e independência.</p> <p>(EI03CG01RS-02) Apresentar desenvolvimento corporal saudável, evidenciado em atividades psicomotoras diversificadas.</p> <p>(EI03CG01RS-03) Coordenar diferentes movimentos, identificando seu corpo e suas nomenclaturas; dançar diferentes ritmos; cantar diferentes estilos de tons; interpretar as ações do corpo, através de brincadeiras e brinquedos tradicionais das diferentes culturas.</p> <p>(EI03CG01RS-04) Apresentar-se em situações de brincadeira ou teatro, desenvolvendo suas características corporais, seus interesses, sensações e emoções.</p> <p>(EI03CG01RS-05) Reconhecer suas habilidades ou atitudes e conseguir usá-las em suas atividades diárias.</p> <p>(EI03CG01RS-06) Expressar e comunicar suas características por meio de diferentes movimentos.</p> <p>(EI03CG01RS-07) Aceitar e valorizar suas características corporais, expressando-se de diferentes formas e construindo uma imagem positiva de si mesmo.</p>

(EI03CG02) Demonstrar controle e adequação do uso de seu corpo em brincadeiras e jogos, escuta e reconto de histórias, atividades artísticas, entre outras possibilidades.

(EI03CG02RS-01) Reconhecer seu corpo e seus limites ao dramatizar diferentes situações, ao representar diversas vivências do seu cotidiano, ao brincar e explorar habilidades sensoriais e motoras como andar, pular, correr e demais movimentos.

(EI03CG02RS-02) Brincar em espaços externos e em contato com a natureza, favorecendo a brincadeira livre.

(EI03CG02RS-03) Adaptar seus movimentos às situações proporcionadas nas brincadeiras coletivas, de pequenos grupos ou duplas.

(EI03CG02RS-04) Participar de conversas em pequenos grupos, escutando seus colegas e esperando sua vez para falar.

(EI03CG02RS-05) Movimentar-se seguindo uma sequência e adequando-se ao compasso definido pela música ou pelas coordenadas dadas por seus colegas em brincadeiras ou atividades em pequenos grupos.

(EI03CG03) Criar movimentos, gestos, olhares e mímicas em brincadeiras, jogos e atividades artísticas como dança, teatro e música.

(EI03CG03RS-01) Desenvolver o interesse por danças rítmicas, coreografias, teatros, atividades lúdicas, jogos e brincadeiras da cultura regional e local.

(EI03CG03RS-02) Desenvolver habilidades motoras, por meio de atividades lúdicas e significativas, como atividades com culinária típica, brinquedos e brincadeiras tradicionais e danças típicas da cultura local e regional.

<p>(EI03CG04) Adotar hábitos de autocuidado relacionados a higiene, alimentação, conforto e aparência.</p>	<p>(EI03CG04RS-01) Executar atividades com autonomia, como trocar de roupa, usar o banheiro (baixar e levantar as calças, fazer a higiene após as necessidades fisiológicas, lavar as mãos sem molhar a blusa, etc.), utilizando espelhos para que este cuidado contribua para estimular a autoestima.</p> <p>(EI03CG04RS-02) Realizar, de forma independente, ações de cuidado com o próprio corpo (buscar água quando sentir sede, identificar e valorizar alimentos saudáveis, etc.).</p> <p>(EI03CG04RS-03) Servir-se e alimentar-se com independência, participando do cuidado dos espaços coletivos, como o banheiro e o refeitório.</p>
<p>(EI03CG05) Coordenar suas habilidades manuais no atendimento adequado a seus interesses e necessidades em situações diversas.</p>	<p>(EI03CG05RS-01) Criar movimentos, gestos, olhares e mímicas em brincadeiras, jogos e atividades artísticas como dança, teatro e música.</p> <p>(EI03CG05RS-02) Desenvolver habilidade motora fina através de confecção de fantoches de diferentes culturas, confecção de brinquedos típicos regionais, pinturas, recortes e colagens com materiais diversos.</p> <p>(EI03CG05RS-03) Manipular objetos de diferentes tamanhos e pesos.</p> <p>(EI03CG05RS-04) Explorar materiais diversificados como barro, massinha de modelar, argila, massinhas caseiras, entre outros.</p>
	<p>(EI03CG05RS-05) Manipular objetos pequenos, construindo brinquedos ou jogos e utilizar instrumentos</p>

	como palitos, rolos e pequenas espátulas em suas construções, cada vez com maior destreza.
--	--

11.3 CAMPO DE EXPERIÊNCIAS: TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS(TS)

O Referencial Curricular Gaúcho, baseado no conceito deste Campo proposto pela BNCC (2017)⁷, destaca experiências nas quais as crianças tenham oportunidade de perceber o ambiente como um composto de traços, sons, cores e formas, oferecendo condições para sentirem a consistência da terra ou areia, criar misturas, colecionar coisas, modelar com argila, criar tintas, explorar formas coloridas, texturas, sabores, sons e também silêncios e um espaço acolhedor cheio de visualidades e sonoridades, promovendo o desenvolvimento da expressividade e da criatividade infantil e abrindo caminhos para o desenvolvimento de sua afetividade.

O Campo de Experiências Traços, Sons, Cores e Formas refere-se às múltiplas linguagens artísticas que envolvem expressão: música, dança, escultura, cinema e teatro. Cada linguagem é constituída por diferentes elementos – imagens, cores, sons e traços – e utilizadas pelas crianças para se comunicar, expressar e interagir com o meio. Cada linguagem possibilita a ampliação de vivências que consideram a expressão criativa das crianças, a

⁷Conviver com diferentes manifestações artísticas, culturais e científicas, locais e universais, no cotidiano da instituição escolar, possibilita às crianças, por meio de experiências diversificadas, vivenciar diversas formas de expressão e linguagens, como as artes visuais (pintura, modelagem, colagem, fotografia etc.), a música, o teatro, a dança e o audiovisual, entre outras. Com base nessas experiências, elas se expressam por várias linguagens, criando suas próprias produções artísticas ou culturais, exercitando a autoria (coletiva e individual) com sons, traços, gestos, danças, mímicas, encenações, canções, desenhos, modelagens, manipulação de diversos materiais e de recursos tecnológicos. Essas experiências contribuem para que, desde muito pequenas, as crianças desenvolvam senso estético e crítico, o conhecimento de si mesmas, dos outros e da realidade que as cerca. Portanto, a Educação Infantil precisa promover a participação das crianças em tempos e espaços para a produção, manifestação e apreciação artística, de modo a favorecer o desenvolvimento da sensibilidade, da criatividade e da expressão pessoal das crianças, permitindo que se apropriem e reconfigurem, permanentemente, a cultura e potencializem suas singularidades, ao ampliar repertórios e interpretar suas experiências e vivências artísticas. (BNCC, 2017, p. 39).

partir das condições propostas e oferecidas pelo professor. Um trabalho que exige planejamento, acompanhamento, avaliação e, muitas vezes, intervenções.

Nessa perspectiva, o trabalho com as linguagens artísticas não visa a formação de artistas, mas, auxiliar, através das diferentes linguagens e da arte, na formação de crianças sensíveis ao mundo, capazes de expressar sensações, sentimentos, pensamentos e de desenvolver seus próprios percursos criativos, articulando a percepção, a sensibilidade, a imaginação, a cognição, sob a orientação do professor.

O trabalho nesse Campo de Experiências deve permitir a imersão das crianças nas diferentes linguagens artísticas e a familiarização e apropriação de várias formas de expressão (gestual, verbal, plástica, dramática e musical), através de ricas e variadas experiências de conhecimento, apreciação, expressão e interação.

11.3.1 Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento no Campo de Experiências Traços, Sons, Cores e Formas

CONVIVER e fruir com os colegas e professores manifestações artísticas e culturais da sua comunidade e de outras culturas – artes plásticas, música, dança, teatro, cinema, folguedos e festas populares.

BRINCAR com diferentes sons, ritmos, formas, cores, texturas, objetos, materiais, construindo cenários e indumentárias para brincadeiras de faz-de-conta, encenações ou para festas tradicionais.

EXPLORAR variadas possibilidades de usos e combinações de materiais, substâncias, objetos e recursos tecnológicos para criar desenhos, modelagens, músicas, danças, encenações teatrais e musicais.

PARTICIPAR de decisões e ações relativas à organização do ambiente (tanto o cotidiano quanto o preparado para determinados eventos), à definição de temas e à escolha de materiais a serem usados em atividades lúdicas e artísticas.

EXPRESSAR suas emoções, sentimentos, necessidades e ideias cantando, dançando, esculpindo, desenhando, encenando.

CONHECER-SE no contato criativo com manifestações artísticas e culturais locais e de outras comunidades.

11.3.2 Objetivos de Aprendizagem e Desenvolvimento

Os Objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os bebês, as crianças bem pequenas e as crianças pequenas são assim descritos na BNCC e no Referencial Curricular Gaúcho:

11.3.2.1 Objetivos de Aprendizagem e Desenvolvimento para os Bebês

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO – BNCC	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO – RS
(EI01TS01) Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente.	<p>(EI01TS01RS-01) Explorar os elementos da natureza e os espaços externos da escola descobrindo as cores, as formas, os cheiros e os sons produzidos pelo próprio corpo, pela voz e pelos diferentes materiais.</p> <p>(EI01TS03RS-02) Explorar o corpo e as diferentes fontes sonoras cotidianas e materialidades regionais gaúchas na vivência e participação em brincadeiras da música tradicional da infância local, regional e nacional, além da declamação e rícita de canções e melodias típicas das culturas locais.</p>
(EI01TS02) Traçar marcas gráficas, em diferentes suportes, usando instrumentos riscantes e tintas.	(EI01TS02RS-01) Realizar marcas gráficas com o próprio corpo ao lambuzar-se, tocar e experimentar, utilizando elementos como folhas, sementes, flores, terras de diferentes cores, texturas, densidades, formatos, modelagens.

<p>(EI01TS03) Explorar diferentes fontes sonoras e materiais para acompanhar brincadeiras cantadas, canções, músicas e melodias.</p>	<p>(EI01TS03RS-01) Participar de situações que convidem a criar sons com o próprio corpo ou objetos/ instrumentos ao escutar, interpretar, compor e improvisar músicas, experimentando a diversidade de estilos musicais e suas características na especificidade das brincadeiras cantadas típicas de sua localidade, estado e país, expressando, interpretando, imitando e criando gestos.</p> <p>(EI01TS03RS-02) Acompanhar o ritmo de músicas diversas ou apreciar brincadeiras cantadas, participando, imitando e criando gestos, explorando movimentos, fontes sonoras e materiais.</p>
---	---

11.3.2.2 Objetivos de Aprendizagem e Desenvolvimento para as Crianças bem Pequenas

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO – BNCC	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO – RS
<p>(EI02TS01) Criar sons com materiais, objetos e instrumentos musicais, para acompanhar diversos ritmos de música.</p>	<p>(EI02TS01RS-01) Explorar e criar sons e movimentos próprios para acompanhar músicas e danças do repertório cultural regional e local.</p> <p>(EI02TS01RS-02) Utilizar e confeccionar objetos para a exploração sonora, a partir de materiais diversos como madeira, metal, plástico, entre outros.</p> <p>(EI02TS01RS-03) Apreciar e conhecer músicas, canções, acalantos, cantigas de roda, brincos e outras manifestações relacionadas às diferentes culturas.</p>

	<p>(EI02TS01RS-04) Descobrir novos sons ao brincar com objetos, materiais e instrumentos musicais.</p> <p>(EI02TS01RS-05) Imitar, inventar e reproduzir criações musicais para acompanhar canções que lhe são familiares.</p>
<p>(EI02TS02) Utilizar materiais variados com possibilidades de manipulação (argila, massa de modelar), explorando cores, texturas, superfícies, planos, formas e volumes ao criar objetos tridimensionais.</p>	<p>(EI02TS02RS-01) Utilizar materiais e suportes diversos para a exploração grafoplástica (tinta, aquarela, carvão, giz, lápis, papel, argila, massa de modelar, entre outros).</p> <p>(EI02TS02RS-02) Visualizar e apreciar as próprias produções na sala referência e nos demais espaços da escola, à altura das crianças.</p> <p>(EI02TS02RS-03) Participar de eventos culturais apropriados à faixa etária e conhecer espaços artísticos diversificados.</p> <p>(EI02TS02RS-04) Manusear materiais diversos, tanto naturais (tocos, pedras, folhas, sementes, areia, barro) como industrializados (potes, caixas, tampas, tecidos), para montar, encaixar, empilhar e produzir construções e objetos tridimensionais.</p>
<p>(EI02TS03) Utilizar diferentes fontes sonoras disponíveis no ambiente em brincadeiras cantadas, canções, músicas e melodias.</p>	<p>(EI02TS03RS-01) Explorar brincadeiras musicais, instrumentos, cantigas e músicas do folclore regional e local, por meio de jogos e brincadeiras que envolvam a dança e a improvisação musical.</p> <p>(EI02TS03RS-02) Reconhecer e imitar sons da natureza (canto de pássaros, sons de animais, barulho do vento e da chuva), sons da cultura (vozes humanas, sons de</p>

	<p>instrumentos musicais, produzidos por máquinas e objetos), desenvolvendo a sensibilidade e a percepção de sonoridades diversas.</p> <p>(EI02TS03RS-03) Apreciar canções e músicas de diferentes culturas, cantando junto e realizando movimentos e gestos comuns.</p>
--	---

11.3.2.3 Objetivos de Aprendizagem e Desenvolvimento para as Crianças

Pequenas

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO – BNCC	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO - RS
<p>(EI03TS01) Utilizar sons produzidos por materiais, objetos e instrumentos musicais durante brincadeiras de faz de conta, encenações, criações musicais, festas.</p>	<p>(EI03TS01RS-01) Utilizar sons produzidos por materiais, objetos e instrumentos musicais durante brincadeiras de faz de conta, encenações, criações musicais, festas, enfatizando a cultura local e regional.</p> <p>(EI03TS01RS-02) Identificar sons de gaita, violão, violino, entre outros.</p> <p>(EI03TS01RS-03) Apreciar apresentações de músicas da cultura local e regional, reconhecendo os instrumentos tocados (violão, gaita, tambor, entre outros).</p> <p>(EI03TS01RS-04) Cantar canções conhecidas acompanhando o ritmo com gestos ou com instrumentos musicais.</p> <p>(EI03TS01RS-05) Apreciar e valorizar a escuta de obras musicais de diversos gêneros, estilos, épocas e culturas, da</p>

	<p>produção brasileira, rio-grandense e de outros povos e países.</p> <p>(EI03TS01RS-05) Produzir sons tentando reproduzir as músicas ouvidas, utilizando materiais alternativos.</p> <p>(EI03TS01RS-06) Produzir sons com o corpo, palmas, estalos, sopros, reconhecendo suas diversas possibilidades.</p>
<p>(EI03TS02) Expressar-se livremente por meio de desenho, pintura, colagem, dobradura e escultura, criando produções bidimensionais e tridimensionais.</p>	<p>(EI03TS02RS-01) Expressar-se livremente por meio de desenho, pintura, colagem, dobradura e escultura, criando produções bidimensionais e tridimensionais, a partir da cultura local e regional.</p>
<p>(EI03TS03) Reconhecer as qualidades do som (intensidade, duração, altura e timbre), utilizando-as em suas produções sonoras e ao ouvir músicas e sons.</p>	<p>(EI03TS03RS-01) Brincar com música, explorando objetos ou instrumentos musicais para experimentar e interpretar seu ritmo ou imitar, inventar e reproduzir criações musicais.</p> <p>(EI03TS03RS-02) Brincar com instrumentos musicais típicos da cultura local e regional.</p>

11.4 CAMPO DE EXPERIÊNCIAS: ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO (EF)

Este Campo envolve a oralidade, a escuta, o pensamento e a imaginação que devem ser possibilitados desde o início na Educação Infantil. A escuta é concebida no sentido de produzir, acolher mensagens orais, gestuais, corporais, musicais, plásticas. A fala, entendida como expressar, interpretar, não apenas pela oralidade, mas também pela Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), pela escrita convencional e não convencional, pela escrita Braille e também pela dança, desenhos e outras manifestações expressivas. É importante utilizar histórias como fonte de pensamento crítico e compreensão do mundo em que

vivemos, possibilitando à criança o pensar, a partir de propostas de experiências que a levem a criar seus próprios mecanismos de pensamento e criação. A apresentação de histórias, contos, poesias, lendas pertencentes ao repertório local e regional são importantes para o desenvolvimento da imaginação, da criatividade e da oralidade, incentivando o gosto pela leitura e o respeito pela diversidade cultural do território.

A BNCC (2017)⁸ define este Campo de Experiências e orienta que “na pequena infância, a aquisição e o domínio da linguagem verbal está vinculada à constituição do pensamento, à fruição literária, sendo também instrumento de apropriação dos demais conhecimentos” (BRASIL, 2017, p. 24). Nesse sentido, a prática pedagógica nas instituições educativas devem prever espaços, tempos, materiais e experiências que privilegiam as interações e a brincadeira, para que as crianças possam se expressar, imaginar, criar, comunicar, organizar pensamentos e ideias, propiciando-lhes o acesso aos conhecimentos científicos

⁸Escuta, fala, pensamento e imaginação – Desde o nascimento, as crianças participam de situações comunicativas cotidianas com as pessoas com as quais interagem. As primeiras formas de interação do bebê são os movimentos do seu corpo, o olhar, a postura corporal, o sorriso, o choro e outros recursos vocais, que ganham sentido com a interpretação do outro. Progressivamente, as crianças vão ampliando e enriquecendo seu vocabulário e demais recursos de expressão e de compreensão, apropriando-se da língua materna – que se torna, pouco a pouco, seu veículo privilegiado de interação. Na Educação Infantil, é importante promover experiências nas quais as crianças possam falar e ouvir, potencializando sua participação na cultura oral, pois é na escuta de histórias, na participação em conversas, nas descrições, nas narrativas elaboradas individualmente ou em grupo e nas implicações com as múltiplas linguagens que a criança se constitui ativamente como sujeito singular e pertencente a um grupo social. Desde cedo, a criança manifesta curiosidade com relação à cultura escrita: ao ouvir e acompanhar a leitura de textos, ao observar os muitos textos que circulam no contexto familiar, comunitário e escolar, ela vai construindo sua concepção de língua escrita, reconhecendo diferentes usos sociais da escrita, dos gêneros, suportes e portadores. Na Educação Infantil, a imersão na cultura escrita deve partir do que as crianças conhecem e das curiosidades que deixam transparecer. As experiências com a literatura infantil, propostas pelo educador, mediador entre os textos e as crianças, contribuem para o desenvolvimento do gosto pela leitura, do estímulo à imaginação e da ampliação do conhecimento de mundo. Além disso, o contato com histórias, contos, fábulas, poemas, cordéis etc. propicia a familiaridade com livros, com diferentes gêneros literários, a diferenciação entre ilustrações e escrita, a aprendizagem da direção da escrita e as formas corretas de manipulação de livros. Nesse convívio com textos escritos, as crianças vão construindo hipóteses sobre a escrita que se revelam, inicialmente, em rabiscos e garatujas e, à medida que vão conhecendo letras, em escritas espontâneas, não convencionais, mas já indicativas da compreensão da escrita como sistema de representação da língua. (BNCC, 2017, p. 40)

e conhecimentos produzidos coletiva e historicamente por diferentes grupos sociais bem como a ampliação das suas experiências culturais.

Neste Campo de Experiências é importante propiciar às crianças a aproximação e a participação na cultura escrita. Entende-se por cultura escrita o lugar que o escrito (todo e qualquer evento ou prática que tenha como mediação a palavra escrita) ocupa em determinada sociedade, comunidade ou grupo social. Cabe à escola considerar que a Educação Infantil não tem compromisso com uma proposta de alfabetização. Muito mais importante que ensinar as letras do alfabeto é familiarizar as crianças, desde bebês, com práticas sociais em que a leitura e a escrita estejam presentes exercendo funções diversas nas interações sociais.

11.4.1 Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento no Campo de Experiências Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação

CONVIVER com crianças e adultos em situações comunicativas cotidianas, constituindo modos de pensar, imaginar, sentir, narrar, dialogar e conhecer.⁹

BRINCAR com parlendas, trava-línguas, adivinhas, memória, rodas, brincadeiras cantadas, jogos e textos de imagens, escritos e outros, ampliando o repertório das manifestações culturais da tradição local e de outras culturas, enriquecendo sua linguagem oral, corporal, musical, dramática, escrita, dentre outras.

PARTICIPAR de rodas de conversa, de relatos de experiências, de contação e leitura de histórias e poesias, de construção de narrativas, da elaboração, descrição e representação de papéis no faz de conta, da exploração de materiais impressos e de variedades linguísticas, construindo diversas formas de organizar o pensamento.

EXPLORAR gestos, expressões, sons da língua, rimas, imagens, textos escritos, além dos sentidos das palavras, nas poesias, parlendas, canções e nos enredos de histórias, apropriando-se desses elementos para criar novas falas, enredos, histórias e escritas convencionais ou não.

EXPRESSAR sentimentos, ideias, percepções, desejos, necessidades, pontos de vista, informações, dúvidas e descobertas, utilizando múltiplas linguagens, considerando o que é comunicado pelos colegas e adultos.

CONHECER-SE e reconhecer suas preferências por pessoas, brincadeiras, lugares, histórias, autores, gêneros linguísticos, e seu interesse em produzir com a linguagem verbal.

11.4.2 Objetivos de Aprendizagem e Desenvolvimento

Os Objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os bebês, as crianças bem pequenas e as crianças pequenas assim são descritos na BNCC e no Referencial Curricular Gaúcho:

11.4.2.1 Objetivos de Aprendizagem e Desenvolvimento para os Bebês

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO – BNCC	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO - RS
(EI01EF01) Reconhecer quando é chamado por seu nome e reconhecer os nomes de pessoas com quem convive.	<p>(EI01EF01RS-01) Participar de momentos de cantiga, reconhecendo seu nome e dos colegas.</p> <p>(EI01EF01RS-02) Reconhecer-se através de sua foto, de sua imagem no espelho e ao chamar seu nome.</p> <p>(EI01EF01RS-03) Reconhecer os colegas e os adultos referência por meio de fotografias e pelo nome.</p>

	<p>(EI01EF01RS-04) Reconhecer seus pertences pessoais quando acompanhados de sua foto ou da foto com a escrita de seu nome.</p>
<p>(EI01EF02) Demonstrar interesse ao ouvir a leitura de poemas e a apresentação de músicas.</p>	<p>(EI01EF02RS-01) Participar de brincadeiras de interação respondendo a comandos por meio de gestos, movimentos, balbucios, vocalizações.</p> <p>(EI01EF02RS-02) Participar de situações de escuta de poemas ou músicas imitando o adulto ou seus colegas.</p>
<p>(EI01EF03) Demonstrar interesse ao ouvir histórias lidas ou contadas, observando ilustrações e os movimentos de leitura do adulto-leitor (modo de segurar o portador e de virar as páginas).</p>	<p>(EI01EF03RS-01) Conhecer um conjunto de histórias, ampliando o repertório de histórias preferidas, imitando o comportamento do adulto ou de seus colegas ao explorar livros.</p> <p>(EI01EF03RS-02) Ampliar o conjunto de palavras conhecidas fazendo uso destas ao apontar ilustrações nos livros ou, ainda, abordar atitudes a serem desenvolvidas, como ter prazer ao escutar histórias lidas, contadas com fantoches, representadas em encenações, escutadas em áudios.</p>
<p>(EI01EF04) Reconhecer elementos das ilustrações de histórias, apontando-os, a pedido do adulto-leitor.</p>	<p>(EI01EF04RS-01) Observar e manusear livros com imagens, apontar fotos e figuras em livros, nomear os personagens ou objetos conhecidos em ilustrações dos livros.</p> <p>(EI01EF04RS-02) Interessar-se por ilustrações e imagens dos livros, buscando atribuir a elas algum significado e expressando-se de diferentes formas ao interagir com a narrativa.</p>

<p>(EI01EF05) Imitar as variações de entonação e gestos realizados pelos adultos, ao ler histórias e ao cantar.</p>	<p>(EI01EF05RS-01) Repetir acalantos, cantigas de roda, poesias e parlendas, explorando ritmo, sonoridade e a conotação das palavras ao escutar histórias, contos de repetição e poemas.</p>
<p>(EI01EF06) Comunicar-se com outras pessoas usando movimentos, gestos, balbucios, fala e outras formas de expressão.</p>	<p>(EI01EF06RS-01) Expressar-se com “sim” ou “não” balançando a cabeça, por meio da atenção compartilhada ao olhar para mesma coisa que o professor ou colega está olhando.</p> <p>(EI01EF06RS-02) Sinalizar, por meio da vocalização, balbucios, gestos, movimentos e expressões gráficas algo que deseja, além de fazer uso de palavras/frases que possam comunicar uma ideia, uma intenção, uma necessidade.</p> <p>(EI01EF06RS-03) Expressar-se utilizando gestos comuns em sua cultura, como dar “tchau” balançando a mão, falar “não” mexendo a cabeça ou o dedo indicador, brincar com o barco emitindo o som de impacto nas águas ou carro imitando som de acelerador.</p>
<p>(EI01EF07) Conhecer e manipular materiais impressos e audiovisuais em diferentes portadores (livro, revista, gibi, jornal, cartaz, CD, tablet etc.).</p>	<p>(EI01EF07RS-01) Interessar-se pela exploração de diferentes materiais impressos e audiovisuais, solicitando sua utilização ou fazendo uso deles em suas brincadeiras.</p> <p>(EI01EF07RS-02) Dançar e cantar quando o adulto pegar CD, encenando frente a uma filmadora ou buscando sua imagem na máquina fotográfica.</p>
<p>(EI01EF08) Participar de situações de escuta de textos em diferentes gêneros textuais</p>	<p>(EI01EF08RS-01) Divertir-se com a escuta de poemas, parlendas e canções, histórias, receitas, etc.</p>

(poemas, fábulas, contos, receitas, quadrinhos, anúncios etc.).	
(EI01EF09) Conhecer e manipular diferentes instrumentos e suportes de escrita.	<p>(EI01EF09RS-01) Participar de situações nos espaços de brincadeira, nas paredes da sala, nos objetos e materiais que fazem parte de seu cotidiano, que envolvam os instrumentos e suportes de escrita.</p> <p>(EI01EF09RS-02) Explorar, no espaço do faz de conta, embalagens de produtos de supermercado, livros variados: livro brinquedo, livro imagem, livros com textos, CDs e recursos audiovisuais.</p>

11.4.22 Objetivos de Aprendizagem e Desenvolvimento para as Crianças bem Pequenas

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO – BNCC	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO- RS
(EI02EF01) Dialogar com crianças e adultos, expressando seus desejos, necessidades, sentimentos e opiniões.	<p>(EI02EF01RS-01) Vivenciar momentos diários de diálogo, conversa e relatos sobre assuntos propostos pelo adulto e pelas crianças.</p> <p>(EI02EF01RS-02) Comunicar-se e interagir oralmente, ampliando gradualmente seu vocabulário para formular perguntas, iniciar diálogos e ter atenção para escutar o outro.</p>
(EI02EF02) Identificar e criar diferentes sons e reconhecer rimas e aliterações em cantigas de roda e textos poéticos.	(EI02EF02RS-01) Explorar e criar diferentes sonoridades para contar e recontar histórias, declamações, rimas, parlendas, rodas cantadas, entre outras, ampliando o vocabulário, a imaginação e a criatividade.

	<p>(EI02EF02RS-02) Divertir-se com os sons e as rimas ao imitar gestos e entonações dos personagens de histórias do repertório universal, regional e local.</p>
<p>(EI02EF03) Demonstrar interesse e atenção ao ouvir a leitura de histórias e outros textos, diferenciando escrita de ilustrações, e acompanhando, com orientação do adulto-leitor, a direção da leitura (de cima para baixo, da esquerda para a direita).</p>	<p>(EI02EF03RS-01) Ouvir a leitura de histórias e outros textos, acompanhando, com orientação do adulto-leitor, a presença dos diferentes índices gráficos que compõem a obra (capa, título, autor, páginas, texto, ilustração, entre outros).</p> <p>(EI02EF03RS-02) Demonstrar curiosidade e apreciar histórias e contos do folclore regional e local, ampliando o repertório e reconhecendo a diversidade das culturas.</p>
<p>(EI02EF04) Formular e responder perguntas sobre fatos da história narrada, identificando cenários, personagens e principais acontecimentos.</p>	<p>(EI02EF04RS-01) Recontar ou dramatizar histórias narradas, apoiada em ilustrações, cenários e adereços, falando sobre características dos personagens e cenários.</p> <p>(EI02EF04RS-02) Identificar aspectos da estrutura da narrativa, respondendo perguntas como “quem?”, “o que?”, “quando?”, “como?” e “por quê?”.</p>
<p>(EI02EF05) Relatar experiências e fatos acontecidos, histórias ouvidas, filmes ou peças teatrais assistidos etc.</p>	<p>(EI02EF05RS-01) Expressar-se oralmente em pequenos grupos, trios e duplas, compartilhando ideias, observações e experiências, incentivada e escutada pelo adulto.</p> <p>(EI02EF05RS-02) Participar de situações de conversas, relatando acontecimentos e situações significativas e interessando-se por escutar relatos de seus colegas.</p>

<p>(EI02EF06) Criar e contar histórias oralmente, com base em imagens ou temas sugeridos.</p>	<p>(EI02EF06RS-01) Contar e recontar histórias oralmente, utilizando recursos de imagens, fantoches, adereços, dramatização.</p> <p>(EI02EF06RS-02) Ampliar a oralidade e o vocabulário através da exploração de contos, parlendas, rimas, charadas, trava-línguas, poemas, canções que envolvam a cultura regional e local.</p>
<p>(EI02EF07) Manusear diferentes portadores textuais, demonstrando reconhecer seus usos sociais.</p>	<p>(EI02EF07RS-01) Manusear diferentes portadores textuais, associados e relevantes aos contextos de brincadeira presentes nos espaços da sala referência (revistas, jornais, catálogos, encartes, cardápios, manuais, livros de receitas, agendas, blocos, calendários, entre outros), demonstrando reconhecer seus usos sociais.</p> <p>(EI02EF07RS-02) Visualizar materiais escritos presentes nos diferentes espaços da escola (cartazes, recados, comunicados às famílias, agendas, cardápios, entre outros), reconhecendo suas diferentes funções sociais.</p>
<p>(EI02EF08) Manipular textos e participar de situações de escuta para ampliar seu contato com diferentes gêneros textuais (parlendas, histórias de aventura, tirinhas, cartazes de sala, cardápios, notícias etc.).</p>	<p>(EI02EF08RS-01) Ouvir a leitura diária feita pelo professor de textos diversos para ampliar o contato com diferentes gêneros textuais e com o repertório de histórias universais, da cultura regional e local.</p>
<p>(EI02EF09) Manusear diferentes instrumentos e suportes de escrita para desenhar, traçar letras e outros sinais gráficos.</p>	<p>(EI02EF09RS-01) Manusear diferentes instrumentos e suportes de escrita, associados e relevantes aos contextos de brincadeira presentes nos espaços da sala referência e de acordo com o interesse das crianças (agendas, blocos de anotações, calendários, canetas, lápis, carimbos,</p>

	<p>teclados, entre outros), para desenhar, traçar letras e outros sinais gráficos.</p> <p>(EI02EF09RS-02) Imitar comportamentos de escritor, usando desenhos, garatujas, símbolos gráficos e outras formas de grafar inventadas pela criança, com a intenção de comunicar ideias, sentimentos, histórias.</p>
--	--

11.4.2.3 Objetivos de Aprendizagem e Desenvolvimento para as Crianças

Pequenas

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO – BNCC	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO - RS
<p>(EI03EF01) Expressar ideias, desejos e sentimentos sobre suas vivências, por meio da linguagem oral e escrita (escrita espontânea) de fotos, desenhos e outras formas de expressão.</p>	<p>(EI03EF01RS-01) Comunicar-se com diferentes intenções, em diferentes contextos, com diferentes interlocutores, respeitando sua vez de falar e escutando o outro com atenção.</p> <p>(EI03EF01RS-02) Valorizar a história da cultura local e regional, o vocabulário, as comidas, as vestimentas, as danças, as festividades típicas.</p>
<p>(EI03EF02) Inventar brincadeiras cantadas, poemas e canções, criando rimas, alterações e ritmos.</p>	<p>(EI03EF02RS-01) Conhecer, explorar e recontar parlendas, lendas, cantigas folclóricas, cantos, músicas, versos, trovas, declamações, trava-línguas de artistas regionais para compor e recompor produções, canções e melodias de diferentes formas, brincadeiras de roda, poemas e ditados da cultura local e regional.</p> <p>(EI03EF02RS-02) Declamar poesias, parlendas preferidas, fazendo uso de ritmo e entonação.</p>

	<p>(EI03EF02RS-03) Divertir-se e interessar-se por brincar com os textos poéticos, lendas, parlendas, cantos, entre outros, da cultura regional, em suas brincadeiras livres com outras crianças</p>
<p>(EI03EF03) Escolher e folhear livros, procurando orientar-se por temas e ilustrações e tentando identificar palavras conhecidas.</p>	<p>(EI03EF03RS-01) Relacionar imagens à escrita, levantando hipóteses sobre as mesmas, por meio de livros com temas voltados aos contos e histórias da cultura local e regional.</p>
<p>(EI03EF04) Recontar histórias ouvidas e planejar coletivamente roteiros de vídeos e de encenações, definindo os contextos, os personagens, a estrutura da história.</p>	<p>(EI03EF04RS-01) Recontar histórias ouvidas e planejar coletivamente formas diferenciadas de apresentar a mesma utilizando diversos recursos tecnológicos.</p> <p>(EI03EF04RS-02) Identificar personagens, cenários, trama, sequência cronológica, ação e intenção dos personagens.</p>
<p>(EI03EF05) Recontar histórias ouvidas para produção de reconto escrito, tendo o professor como escriba.</p>	<p>(EI03EF05RS-01) Recontar coletivamente história ouvida, reinventando os finais de histórias, tendo o professor como escriba.</p> <p>(EI03EF05RS-02) Compreender que a escrita representa a fala.</p> <p>(EI03EF05RS-03) Participar de situações coletivas de criação ou reconto de histórias.</p>
<p>(EI03EF06) Produzir suas próprias histórias orais e escritas (escrita espontânea), em situações com função social significativa.</p>	<p>(EI03EF06RS-01) Expressar vivências a partir de pesquisas, junto a família, de histórias regionais, relatando de forma oral ou através de desenhos.</p>

	<p>(EI03EF06RS-02) Produzir as próprias histórias, a partir de histórias e lendas contadas.</p>
<p>(EI03EF07) Levantar hipóteses sobre gêneros textuais veiculados em portadores conhecidos, recorrendo a estratégias de observação gráfica e/ou de leitura.</p>	<p>(EI03EF07RS-01) Levantar hipóteses em relação à linguagem escrita, realizando registros de palavras por meio de escrita espontânea.</p> <p>(EI03EF07RS-02) Interessar-se pela escuta da leitura de diferentes gêneros textuais.</p>
<p>(EI03EF08) Selecionar livros e textos de gêneros conhecidos para leitura de um adulto ou para sua própria leitura (partindo de seu repertório sobre esses textos, como recuperação pela memória, pela leitura das ilustrações, etc.).</p>	<p>(EI03EF08RS-01) Identificar um livro pela leitura do título.</p> <p>(EI03EF08RS-02) Apresentar uma história, mostrando a capa do livro, o título e o nome do autor</p> <p>(EI03EF08RS-02) Identificar portadores e gêneros textuais que sejam típicos da cultura local e regional.</p>
<p>(EI03EF09) Levantar hipóteses em relação à linguagem escrita, realizando registros de palavras e textos, por meio de escrita espontânea.</p>	<p>(EI03EF09RS-01) Levantar hipóteses em relação à linguagem escrita por meio da escrita espontânea.</p> <p>(EI03EF09RS-02) Compreender que textos como lista de compras, cardápio, carta, recado, receita, etc. tem uma função social.</p> <p>(EI03EF09RS-03) Reconhecer letras do seu nome e dos colegas, escrevendo espontaneamente.</p> <p>(EI03EF09RS-04) Apreciar e conhecer a biografia e obras de artistas da cultura local e regional.</p>

11.5 CAMPO DE EXPERIÊNCIAS: ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES (ET)

Neste Campo, destacam-se experiências nas quais as crianças falam, descrevem, narram, explicam e fazem relações, requisitos fundamentais para a construção e ampliação de saberes, como forma de fortalecimento de sua autonomia e ricas oportunidades para a construção do raciocínio lógico, de noções de espaços, tempos, quantidades, de classificação, seriação, entre outros, para chegar à percepção de relações e transformações em todas as suas vivências.

No Campo de Experiências Espaços, Tempos, Quantidades, Relações e Transformações, os bebês e as crianças demonstram interesse e curiosidade nas situações de criação de cenários, narrativas de histórias, fazem diferentes descobertas, sendo capazes de resolverem situações-problemas do cotidiano.

As crianças, por meio da curiosidade que lhes é peculiar, da indagação, da experimentação e da formulação de noções intuitivas, vão formulando questões acerca do mundo e de si mesmas.

Na busca pela ampliação do mundo físico e sociocultural das crianças, este Campo de Experiências, baseado no seu conceito proposto pela BNCC (2017)¹⁰, envolve tantos os conhecimentos cotidianos, quanto aqueles

¹⁰ Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações – As crianças vivem inseridas em espaços e tempos de diferentes dimensões, em um mundo constituído de fenômenos naturais e socioculturais. Desde muito pequenas, elas procuram se situar em diversos espaços (rua, bairro, cidade etc.) e tempos (dia e noite; hoje, ontem e amanhã etc.). Demonstram também curiosidade sobre o mundo físico (seu próprio corpo, os fenômenos atmosféricos, os animais, as plantas, as transformações da natureza, os diferentes tipos de materiais e as possibilidades de sua manipulação etc.) e o mundo sociocultural (as relações de parentesco e sociais entre as pessoas que conhece; como vivem e em que trabalham essas pessoas; quais suas tradições e seus costumes; a diversidade entre elas etc.). Além disso, nessas experiências e em muitas outras, as crianças também se deparam, frequentemente, com conhecimentos matemáticos (contagem, ordenação, relações

historicamente acumulados pela humanidade. Esses conhecimentos compõem o patrimônio científico, ambiental e tecnológico, estabelecendo relações com as noções de espaço, de tempo, de quantidade, de relações e de transformações de elementos.

Diante disso, os bebês e as crianças, sejam do contexto do campo ou moradoras de zonas urbanas, estão imersas em um meio repleto de produtos da cultura. Em sua atuação protagonista, as crianças buscam compreender o funcionamento das coisas que as cercam, diferenciam propriedades e características de materiais diversos, sempre fazendo indagações do “como?” e “por quê?”, buscando apropriar-se do conhecimento de maneira crítica, criativa e significativa.

entre quantidades, dimensões, medidas, comparação de pesos e de comprimentos, avaliação de distâncias, reconhecimento de formas geométricas, conhecimento e reconhecimento de numerais cardinais e ordinais etc.) que igualmente aguçam a curiosidade. Portanto, a Educação Infantil precisa promover experiências nas quais as crianças possam fazer observações, manipular objetos, investigar e explorar seu entorno, levantar hipóteses e consultar fontes de informação para buscar respostas às suas curiosidades e indagações. Assim, a instituição escolar está criando oportunidades para que as crianças ampliem seus conhecimentos do mundo físico e sociocultural e possam utilizá-los em seu cotidiano. (BNCC, 2017, p. 40-41).

11.5.1 Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento no Campo de Experiências Espaços, Tempos, Quantidades, Relações e Transformações

CONVIVER com crianças e adultos e com eles investigar o mundo natural e social.

BRINCAR com materiais, objetos e elementos da natureza e de diferentes culturas e perceber a diversidade de formas, texturas, cheiros, cores, tamanhos, pesos, densidades que apresentam.

EXPLORAR características do mundo natural e social, nomeando-as, agrupando-as e ordenando-as segundo critérios relativos às noções de espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.

PARTICIPAR de atividades de investigação de características de elementos naturais, objetos, situações, espaços, utilizando ferramentas de exploração (bússola, lanterna, lupa) e instrumentos de registro e comunicação, como máquina fotográfica, filmadora, gravador, projetor e computador.

EXPRESSAR suas observações, explicações e representações sobre objetos, organismos vivos, fenômenos da natureza, características do ambiente.

CONHECER-SE e construir sua identidade pessoal e cultural, reconhecendo seus interesses na relação com o mundo físico e social.

11.5.2 Objetivos de Aprendizagem e Desenvolvimento

Os Objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os bebês, as crianças bem pequenas e as crianças pequenas assim são descritos na BNCC e no Referencial Curricular Gaúcho:

11.5.2.1 Objetivos de Aprendizagem e Desenvolvimento para os Bebês

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO – BNCC	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO – RS
<p>(EI01ET01) Explorar e descobrir as propriedades de objetos e materiais (odor, cor, sabor, temperatura).</p>	<p>(EI01ET01RS-01) Explorar e descobrir as propriedades de objetos e materiais de diferentes texturas, odores, cores, sabores e temperaturas.</p> <p>(EI01ET01RS-02) Manipular materiais diversos, estruturados e não estruturados, para comparar as diferenças e semelhanças entre eles.</p>
<p>(EI01ET02) Explorar relações de causa e efeito (transbordar, tingir, misturar, mover e remover etc.) na interação com o mundo físico.</p>	<p>(EI01ET02RS-01) Demonstrar interesse e curiosidade ao vivenciar situações de contato com a natureza (luz solar, chuva, vento, correnteza) e com diferentes materiais.</p>
<p>(EI01ET03) Explorar o ambiente pela ação e observação, manipulando, experimentando e fazendo descobertas.</p>	<p>(EI01ET03RS-01) Descobrir, por meio dos seus sentidos, os seres vivos próximos ao entorno que lhes atraem.</p> <p>(EI01ET03RS-02) Participar de brincadeiras com areia, com água, com grama, apreciando e manifestando curiosidade frente aos elementos da natureza, se entretendo com eles.</p>
<p>(EI01ET04) Manipular, experimentar, arrumar e explorar o espaço por meio de experiências de deslocamentos de si e dos objetos.</p>	<p>(EI01ET04RS-01) Acompanhar com os olhos os movimentos dos materiais, usando o corpo para explorar o espaço, virando-se para diferentes lados ou rastejando-se.</p> <p>(EI01ET04RS-02) Resolver problemas espaciais que envolvam obstáculos passando por cima, ao lado ou removendo-os, ou persistir em alcançar um brinquedo desejado.</p>

<p>(EI01ET05) Manipular materiais diversos e variados para comparar as diferenças e semelhanças entre eles.</p>	<p>(EI01ET05RS-01) Agir sobre os materiais repetidas vezes, experimentando gostos, texturas, sabores, odores, sons e tendo oportunidades de realizar comparações simples entre eles.</p> <p>(EI01ET05RS-01) Brincar individualmente, em pares, trios ou pequenos grupos, com objetos variados, como os que produzem sons, refletem, ampliam, iluminam, e que possam ser encaixados, desmontados, enchidos e esvaziados, divertindo-se ao identificar características e reconhecer algumas semelhanças e diferenças.</p>
<p>(EI01ET06) Vivenciar diferentes ritmos, velocidades e fluxos nas interações e brincadeiras (em danças, balanços, escorregadores etc.)</p>	<p>(EI01ET06RS-01) Participar de brincadeiras que envolvam o canto, o movimento, divertindo-se com a exploração de seu corpo e a percepção rítmica.</p> <p>(EI01ET06RS-02) Interagir nas brincadeiras cantadas e dançadas, buscando corresponder seus gestos aos versos da canção, ajustando seus movimentos ao ritmo.</p>

11.5.2.2 Objetivos de Aprendizagem e Desenvolvimento para as Crianças bem Pequenas

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO – BNCC	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO – RS
<p>(EI02ET01) Explorar e descrever semelhanças e diferenças entre as características e propriedades dos objetos (textura, massa, tamanho).</p>	<p>(EI02ET01RS-01) Observar e nomear características de objetos e materiais presentes no cotidiano.</p> <p>(EI02ET01RS-02) Mostrar curiosidade em explorar os diversos materiais, suas características, semelhanças e diferenças, por meio da investigação e da brincadeira com água, terra, plantas, tintas, objetos diversos, entre outros.</p>

<p>(EI02ET02) Observar, relatar e descrever incidentes do cotidiano e fenômenos naturais (luz solar, vento, chuva etc.).</p>	<p>(EI02ET02RS-01) Observar, apreciar e relatar os fenômenos naturais, nas diferentes estações do ano, por meio de passeios ao ar livre e em contato com a natureza.</p> <p>(EI02ET02RS-02) Brincar ao ar livre, em contato com elementos naturais, diariamente, e por um tempo significativo.</p>
<p>(EI02ET03) Compartilhar, com outras crianças, situações de cuidado de plantas e animais nos espaços da instituição e fora dela.</p>	<p>(EI02ET03RS-01) Plantar, cuidar, ver crescer, colher, observar e admirar o ciclo de vida de plantas diversas (árvores frutíferas nativas e exóticas, legumes, hortaliças, flores, chás, ervas), nos espaços da escola e no seu entorno.</p> <p>(EI02ET03RS-02) Apreciar e explorar as diferentes sensações do contato com elementos naturais, como cheiros, gostos, sons, texturas, temperaturas.</p> <p>(EI02ET03RS-03) Subir e brincar em árvores presentes no pátio da escola, em parques, praças e outros espaços da comunidade local.</p> <p>(EI02ET03RS-04) Observar, identificar e relatar semelhanças e diferenças entre seres vivos e outros elementos e materiais de seu meio.</p>
<p>(EI02ET04) Identificar relações espaciais (dentro e fora, em cima, embaixo, acima, abaixo, entre e do lado) e temporais (antes, durante e depois).</p>	<p>(EI02ET04RS-01) Explorar e narrar as ações e movimentos realizados no espaço e no tempo e nomear as relações espaciais e temporais que vivenciam no cotidiano.</p>

	<p>(EI02ET04RS-02) Identificar pontos de referência para situar-se e deslocar-se nos espaços da escola e do seu meio.</p> <p>(EI02ET04RS-03) Participar da organização de festividades e comemorações e passagens significativas do tempo, da cultura regional e local, dos grupos familiares e da comunidade escolar.</p>
<p>(EI02ET05) Classificar objetos, considerando determinado atributo (tamanho, peso, cor, forma etc.).</p>	<p>(EI02ET05RS-01) Criar e brincar com coleções de objetos e materiais diversos, naturais e industrializados, explorando e nomeando quantidades, semelhanças, diferenças e seus atributos (tamanho, peso, cor, forma, entre outros).</p> <p>(EI02ET05RS-02) Quantificar, classificar, medir e ordenar materiais diversos, por meio do jogo heurístico (bandejas de experimentação).</p>
<p>(EI02ET06) Utilizar conceitos básicos de tempo (agora, antes, durante, depois, ontem, hoje, amanhã, lento, rápido, depressa, devagar).</p>	<p>(EI02ET06RS-01) Explorar e utilizar conceitos básicos de tempo através de movimentos corporais, brincadeiras, histórias, deslocamentos nos espaços da escola e nos diferentes momentos da jornada diária.</p> <p>(EI02ET06RS-02) Vivenciar, na jornada diária, momentos e atividades coletivas e individuais, dirigidas pelo adulto e de escolha das crianças, de movimento e de repouso, a partir de suas necessidades.</p> <p>(EI02ET06RS-03) Brincar nos espaços externos, explorando diversos movimentos corporais e experimentando diferentes níveis de velocidade (correr, caminhar, saltar, escorregar, rolar, subir, descer).</p>

<p>(EI02ET07) Contar oralmente objetos, pessoas, livros etc., em contextos diversos.</p>	<p>(EI02ET07RS-01) Participar da organização e da distribuição de materiais e objetos que fazem parte do cotidiano, quantificando-os oralmente (utensílios de alimentação, brinquedos, objetos de uso pessoal e coletivo).</p> <p>(EI02ET07RS-02) Identificar quantidades e contar oralmente através de canções, histórias, jogos e brincadeiras.</p> <p>(EI02ET07RS-03) Manusear objetos e materiais inseridos nos contextos reais e de brincadeira que contenham números, como no seu calçado, no telefone e nas brincadeiras de faz-de-conta, em que faça uso de calculadora, régua, fita métrica, teclado de computador, entre outros.</p>
<p>(EI02ET08) Registrar com números a quantidade de crianças (meninas e meninos, presentes e ausentes) e a quantidade de objetos da mesma natureza (bonecas, bolas, livros etc.).</p>	<p>(EI02ET08RS-01) Explorar coletivamente a contagem de materiais, brinquedos, objetos e pessoas presentes no cotidiano, registrando essas quantidades com números, com apoio do adulto.</p> <p>(EI02ET08RS-02) Jogar e participar de brincadeiras que envolvam a contagem e que apresentem números escritos, como jogos de trilha, de tabuleiro, de ordenar peças, de rodas cantadas, de amarelinha, entre outros.</p>

11.5.2.3 Objetivos de Aprendizagem e Desenvolvimento para as Crianças

Pequenas

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO – BNCC	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO – RS
<p>(EI03ET01) Estabelecer relações de comparação entre objetos, observando suas propriedades.</p>	<p>(EI03ET01RS-01) Estabelecer relações de comparação entre objetos da cultura local e regional, observando suas propriedades e comparando com objetos das demais culturas.</p>
<p>(EI03ET02) Observar e descrever mudanças em diferentes materiais, resultantes de ações sobre eles, em experimentos envolvendo fenômenos naturais e artificiais.</p>	<p>(EI03ET02RS-01) Participar de diversas situações de exploração de objetos, materiais e fenômenos.</p>
<p>(EI03ET03) Identificar e selecionar fontes de informações, para responder a questões sobre a natureza, seus fenômenos, sua conservação.</p>	<p>(EI03ET03RS-01) Perceber as mudanças climáticas e suas diferenças nas quatro estações do ano, comparando características da região onde vive com as demais regiões do Estado, observando suas semelhanças e diferenças.</p> <p>(EI03ET03RS-02) Realizar experiências como a da chuva, utilizando um vidro suspenso e uma chaleira, pequenos terrários e observar como ele se desenvolve.</p> <p>(EI03ET03RS-03) Passear pelos arredores da escola e observar o relevo, expandir para observações de mapas, confeccionar maquetes para demonstrar depressões, planaltos, planícies, etc.</p>

<p>(EI03ET04) Registrar observações, manipulações e medidas, usando múltiplas linguagens (desenho, registro por números ou escrita espontânea), em diferentes suportes.</p>	<p>(EI03ET04RS-01) Registrar observações, manipulações e medidas, usando múltiplas linguagens (desenho, registro por números ou escrita espontânea), utilizando tabelas, gráficos, cartazes, medidas em receitas, desenhos.</p>
<p>(EI03ET05) Classificar objetos e figuras de acordo com suas semelhanças e diferenças.</p>	<p>(EI03ET05RS-01) Reconhecer e classificar os objetos da cultura local e regional.</p>
<p>(EI03ET06) Relatar fatos importantes sobre seu nascimento e desenvolvimento, a história dos seus familiares e da sua comunidade.</p>	<p>(EI03ET06RS-01) Reconhecer sua identidade, seu nome, através de uma linha do tempo confeccionada com fotos do nascimento até a idade atual.</p> <p>(EI03ET06RS-02) Identificar através de cenários (fotos, cenas, imagens), características da cultura local e regional como: comidas, jogos, vestuário, linguagem, crenças populares, bebidas, entre outras.</p> <p>(EI03ET06RS-03) Criar a sua árvore genealógica com a ajuda dos familiares contando sua história de vida.</p>
<p>(EI03ET07) Relacionar números às suas respectivas quantidades e identificar o antes, o depois e o entre em uma sequência.</p>	<p>(EI03ET07RS-01) Relacionar números às suas respectivas quantidades e identificar o antes, o depois e o entre em uma sequência de forma oral.</p>
<p>(EI03ET08) Expressar medidas (peso, altura etc.), construindo gráficos básicos.</p>	<p>(EI03ET08RS-01) Expressar medidas (peso, altura, etc.) de forma prática, coletiva e lúdica (gráficos básicos).</p> <p>(EI03ET08RS-02) Compreender, analisar, descrever, vivenciar e relacionar situações de trajeto, percurso e localização no espaço físico externo.</p>

No título seguinte, é apresentada a síntese das aprendizagens e desenvolvimento propostos pela BNCC (2017), considerando o percurso das crianças da Educação Infantil em cada um dos Campos de Experiências. O propósito dessa síntese é tornar claro para a escola e para o professor o que é preciso organizar para garantir os direitos e as especificidades do processo educativo de todas as crianças nesta etapa.

12. SÍNTESE DAS APRENDIZAGENS E DESENVOLVIMENTO DAS CRIANÇAS NO PERCURSO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Considerando os Direitos e os Objetivos de aprendizagem e desenvolvimento elencados pela BNCC (2017), apresenta-se o quadro síntese das aprendizagens esperadas em cada Campo de Experiências. Essa síntese deve ser compreendida como um elemento balizador e indicativo de objetivos a serem explorados ao longo de toda a etapa da Educação Infantil e que serão ampliados e aprofundados no Ensino Fundamental, não constituindo condição ou requisito para o acesso a esta etapa.

Portanto, a síntese oferece uma referência para o planejamento das ações didáticas, da composição dos espaços, da definição dos tempos, da seleção e oferta de materiais, das diversas formas de agrupamentos de crianças, das intervenções do professor, das relações e interações, da multiplicidade de experiências e possibilidades de aprendizagem e desenvolvimento que a escola deve organizar para garantir os direitos e as especificidades do percurso educativo de todas as crianças na Educação Infantil.

Síntese das Aprendizagens – BNCC

<p>O Eu, o Outro e o Nós (EO)</p>	<p>Respeitar e expressar sentimentos e emoções.</p> <p>Atuar em grupo e demonstrar interesse em construir novas relações, respeitando a diversidade e solidarizando-se com os outros.</p> <p>Conhecer e respeitar regras de convívio social, manifestando respeito pelo outro.</p>
<p>Corpo, Gestos e Movimentos (CG)</p>	<p>Reconhecer a importância de ações e situações do cotidiano que contribuem para o cuidado de sua saúde e a manutenção de ambientes saudáveis.</p> <p>Apresentar autonomia nas práticas de higiene, alimentação, vestir-se e no cuidado com seu bem-estar, valorizando o próprio corpo.</p> <p>Utilizar o corpo intencionalmente (com criatividade, controle e adequação) como instrumento de interação com o outro e com o meio.</p> <p>Coordenar suas habilidades manuais.</p>
<p>Traços, Sons, Cores e Formas (TS)</p>	<p>Discriminar os diferentes tipos de sons e ritmos e interagir com a música, percebendo-a como forma de expressão individual e coletiva.</p> <p>Expressar-se por meio das artes visuais, utilizando diferentes materiais.</p> <p>Relacionar-se com o outro empregando gestos, palavras, brincadeiras, jogos, imitações, observações e expressão corporal.</p>
<p>Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação (EF)</p>	<p>Expressar ideias, desejos e sentimentos em distintas situações de interação, por diferentes meios.</p> <p>Argumentar e relatar fatos oralmente, em sequência temporal e causal, organizando e adequando sua fala ao contexto em que é produzida.</p>

	<p>Ouvir, compreender, contar, recontar e criar narrativas.</p> <p>Conhecer diferentes gêneros e portadores textuais, demonstrando compreensão da função social da escrita e reconhecendo a leitura como fonte de prazer e informação.</p>
<p>Espaços, Tempos, Quantidades, Relações e Transformações</p>	<p>Identificar, nomear adequadamente e comparar as propriedades dos objetos, estabelecendo relações entre eles.</p> <p>Interagir com o meio ambiente e com fenômenos naturais ou artificiais, demonstrando curiosidade e cuidado com relação a eles.</p> <p>Utilizar vocabulário relativo às noções de grandeza (maior, menor, igual etc.), espaço (dentro e fora) e medidas (comprido, curto, grosso, fino) como meio de comunicação de suas experiências.</p> <p>Utilizar unidades de medida (dia e noite; dias, semanas, meses e ano) e noções de tempo (presente, passado e futuro; antes, agora e depois), para responder a necessidades e questões do cotidiano.</p> <p>Identificar e registrar quantidades por meio de diferentes formas de representação (contagens, desenhos, símbolos, escrita de números, organização de gráficos básicos etc.).</p>

13. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção de um currículo que considerasse as especificidades do nosso Estado é um desejo e uma reivindicação dos educadores gaúchos. Nesse documento de referência curricular, foi possível considerar os aspectos locais e regionais nos Objetivos de aprendizagem e desenvolvimento e a valorização da diversidade cultural do território, a partir das contribuições dos educadores de todo o Estado, via plataforma digital. Este documento curricular representa um marco histórico de reconhecimento da Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica, com identidade própria e com um currículo que afirma os direitos e as especificidades do desenvolvimento de bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas.

Ao finalizar esse documento, é importante destacar a necessidade da consolidação, em cada instituição, de um currículo brincante, relacional, capaz de produzir significado e acolher a ludicidade, a criatividade, a autoria e a curiosidade de crianças e adultos. Um currículo que coloque no centro do processo educativo as crianças, as interações e a brincadeira, e que promova possibilidades de desenvolvimento e aprendizagem por meio de múltiplas linguagens. Um currículo fundamentado na garantia dos direitos das crianças, articulados aos Campos de Experiências, organização curricular que parte da concepção de uma pedagogia relacional, em que o conhecimento é produzido na interação entre as crianças e o mundo, entre os adultos e as crianças, entre as crianças e outras crianças, aberto para a complexidade que é conhecer-se e conhecer o mundo. Um currículo que busca dar sentido à variedade de experiências que as crianças experimentam cotidianamente na escola. A complexidade de um currículo fortemente marcado pela intencionalidade educativa, pela presença atenta, sensível e interessada de um professor que, junto às crianças, se lança a experimentar e descobrir o mundo.

Nesse sentido, o grande desafio é o de promover uma educação que integre, nas práticas cotidianas, a atenção aos cuidados, à saúde, à proteção, assim como as aprendizagens dos repertórios culturais e da diversidade de linguagens a que as crianças têm direito. Trata-se de comprometer-se com escolhas discutidas, refletidas e definidas coletivamente, entre os educadores,

em parceria com as famílias e a partir da escuta atenta das crianças, para fundamentar a construção de um projeto educacional planejado e desenvolvido pelos envolvidos no objetivo comum que é oferecer educação de qualidade aos bebês, às crianças bem pequenas e às crianças pequenas, ao encontro de aprendizagens significativas na Educação Infantil.



UNDIME

União Nacional dos Dirigentes
Municipais de Educação



**BASE
NACIONAL
COMUM
CURRICULAR**

EDUCAÇÃO É A BASE



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO